

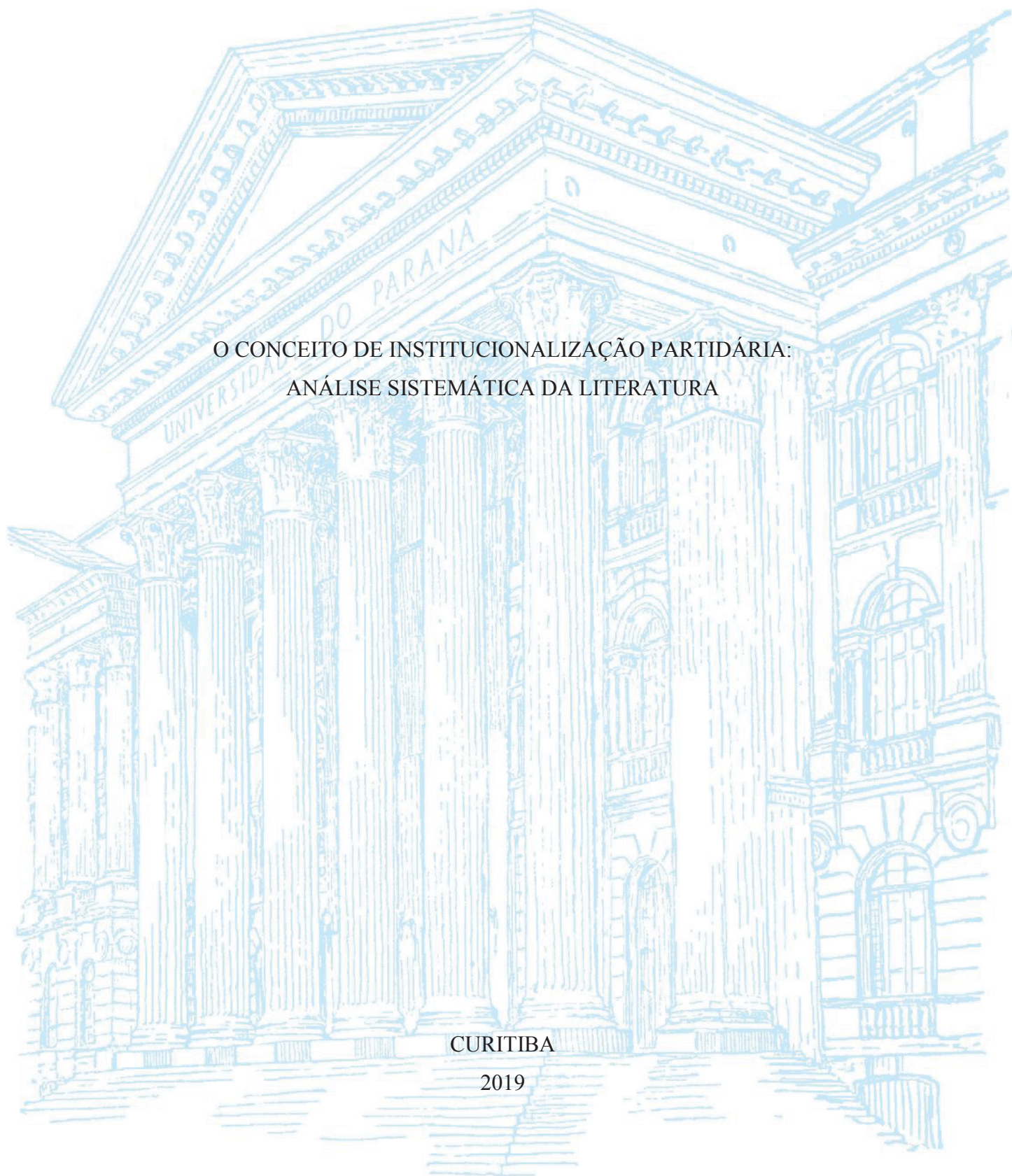
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KATIANO MIGUEL CRUZ

O CONCEITO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA:
ANÁLISE SISTEMÁTICA DA LITERATURA

CURITIBA

2019



KATIANO MIGUEL CRUZ

O CONCEITO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA:
UMA ANÁLISE SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, do Departamento de Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Adriano Nervo Codato
Coorientador: Prof. Dr. Bruno Bolognesi

Linha de Pesquisa: Elites Políticas

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Cruz, Katiano Miguel

O conceito de institucionalização partidária : uma análise sistemática da literatura de ciência política. / Katiano Miguel Cruz. – Curitiba, 2019.

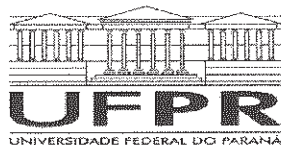
Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Adriano Nervo Codato

Coorientador : Prof. Dr. Bruno Bolognesi

1. Partidos políticos. 2. Bibliometria. 3. Ciência política. I. Codato, Adriano Nervo. II. Bolognesi, Bruno. III. Título.

CDD – 324.2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA -
40001016061P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **KATIANO MIGUEL CRUZ**, intitulada: **O CONCEITO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA: ANÁLISE SISTEMÁTICA DA LITERATURA**, sob orientação do Prof. Dr. ADRIANO NERVO CODATO, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 28 de Agosto de 2019.

ADRIANO NERVO CODATO
Presidente da Banca Examinadora

PAULO SERGIO PERES
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL)

BRUNO BOLOGNESI
Coorientador - Avaliador Interno (UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

Canto, desde os 29, a frase que diz “o importante é saber agradecer!”. Depois de tanto trabalho, de permanecer recluso numa caverna de estudos, aqui estou agradecendo, lembrando de todos e todas que de alguma forma contribuíram para a conclusão desse processo. Meus agradecimentos vão:

À Universidade Federal do Paraná, pelo que ela representa e pela oportunidade de realizar o mestrado com afastamento parcial, sem o qual seria impossível. Obrigado UFPR, instituição que é mais que minha segunda casa, e que me permite vivenciar diariamente a vocação de servir.

Ao meu orientador, prof. Adriano Codato, um exemplo de profissional e pesquisador, pela sobriedade com a qual me orientou. Estendo o agradecimento ao prof. Bruno Bolognesi, pela coorientação. Talvez os dois nem imaginem o quanto foram responsáveis pelo andamento e conclusão deste trabalho, a cada aula ou reunião de grupo de pesquisa, mesmo que eu permanecesse em silêncio na maior parte do tempo.

Ao prof. Paulo Peres, que gentilmente aceitou participar da banca de defesa.

Ao prof. Jamil Marques, por ensinar pesquisa, e pela qualificação nos seminários metodológicos.

Ao Programa de Ciência Política, pelo acolhimento, e nesse sentido, estendo os agradecimentos a Sílvia, pelo trabalho importantíssimo que executa. Também agradeço ao Programa de Sociologia, pela compreensão, principalmente aos docentes/amigos: Cida, Marlene, Ana Luisa, Alfio, Tarcisa e Rasia. Agradeço ao Marcel, meu parceiro de secretaria, por aguentar as pontas todo esse tempo.

Aos colegas dos dois grupos de pesquisa que frequentei, Laboratório de Análise de Campo Científico e Laboratório de Partidos e Sistemas, por ouvirem e apontarem fragilidades deste trabalho em construção.

A minha turma de mestrado, ingressa em 2017, não só pela convivência quase diária no primeiro ano, mas por também ouvirem e apontarem questões iniciais no projeto. Agradeço também a turma de mestrado de 2018, dado o meu eventual e corriqueiro atraso, acredito que convivi a mesma parcela de tempo com ambas, o que foi enriquecedor para mim, não apenas no sentido acadêmico.

Agradeço com muito carinho aos demais professores que tive a oportunidade de ouvir durante o mestrado: Renato Perissinotto, Alessandro Pereira, Sérgio Braga, Rafael Sampaio e Emerson Cervi.

Agradeço a fantástica mulher do Cazaquistão, por romper barreiras científicas.

Não posso deixar de agradecer a quem já me agradeceu, pois a partir desse “pequeno gesto”, plantou em mim a semente da inspiração e me motivou a realmente fazer parte disso: Samara Flores, Ana Christina, Ana Ferreira, Ezequiel, Christian, Lígia, Fernanda Maia, Maria Alejandra, Felipe, Tabata, Rafaela, Jules, Luara, Luiz Demetrio, Izabel, Sandra Mara, Roseli, Tautê, Priscila, Maria Isabel, Marcela Brecailo, Caro, Cyro, Cândida, Derivan, Ana Paula, Walter, Patrícia Guerino, Carol Pacheco, Andressa Ignácio, Marina Zminko, Thiago Leibante, Claudia Rejane, Ramiro, Carolina Ribeiro, Kamille, Mariana Azevedo, e Solange. Obrigado a vocês!

Saindo do âmbito acadêmico, agradeço aos amigos mais próximos, que me deram força, e ouviram falar muito desse mestrado (muitas lamentações!), por todas as conversas aleatórias, pelas cervejas e hambúrgueres, pelas fantásticas aventuras rpgísticas, que paradoxalmente me puxavam para a realidade de novo e de novo. Um salve!

Agradeço de coração a minha família, que sempre acreditou em mim, me respeitou nas ausências e no trabalho solitário. Em especial à minha mãe, Maria Lúcia, e ao meu pai, Miguel, a conclusão dessa etapa é dedicada à vocês. Às irmãs Karina, Kathiúscia e Karen, aos sobrinhos Edo e Gustavo, às sobrinhas Nicoli, Natali e Amandha, agradeço porque sou parte de vocês, assim como vocês fazem parte de mim.

E claro, agradeço a Melissa, pelo pólen e pelo mel, pela paciência estabanada e pelo carinho e pela inspiração, enquanto me evaporava na lida insana. (Sem esquecer da revisão!)

Espero não ter esquecido ninguém. Agradecido!

“Podemos pensar no conceito como uma estrutura tridimensional bastante complicada, enrolada, no meio de um recinto escuro. Os teóricos políticos nos dão, por assim dizer, flashes e fotografias da estrutura tiradas de diferentes ângulos. Porém, cada um passa a tratar sua visão parcial como se fosse a estrutura completa. Não admira, pois, que várias fotografias não coincidam, e que as extrapolações dos teóricos a partir destas imagens estejam em conflito. No entanto, há algo lá, no meio do escuro, que todos eles estão fotografando; e as diferentes fotografias em conjunto podem ser usadas para reconstruir [a estrutura] em detalhe completo.” (PITKIN, Hanna Fenichel (1967, p.11), em “*The Concept of Representation*”)

RESUMO

O conceito de institucionalização, em sua definição clássica, refere-se ao processo pelo qual organizações, condutas e/ou processos se tornam estáveis no tempo e adquirem valor por si mesmas. Na teoria partidária, o conceito é utilizado principalmente para duas funções: análise da evolução e consolidação de sistemas partidários, e análise de partidos políticos. O foco desta dissertação é o conceito de institucionalização referido a partido. No caso específico de partidos políticos, o processo de institucionalização pode ser entendido como a passagem do caráter de organizações para o de instituições, contemplando as várias dimensões de ação dos partidos, seja dimensão estrutural/organizacional ou dimensão atitudinal/ideológica. Com isso em mente, esta pesquisa objetivou responder duas questões principais: 1) como a Ciência Política trata o conceito de institucionalização partidária; e 2) como a Ciência Política se propõe a mensurar tal conceito. Trata-se de pesquisa em caráter exploratório, realizada através da técnica de revisão sistemática da literatura e que também utiliza uma abordagem bibliométrica. Com estas, foram analisados 45 artigos (indexados principalmente na base Scopus), o que permitiu a categorização e a quantificação das características metodológicas, unidades de análise, encontrar consensos e dissensos sobre a conceituação, como são as propostas de mensuração, além de categorias e agrupamento de resultados. A análise bibliométrica foi feita a partir de dois tipos de rede: citação e acoplamento bibliográfico. Esses recursos identificaram a estrutura intelectual desse subdomínio científico, seus autores fundamentais e principais referências, além de aproximar os documentos a partir de temas e abordagens convergentes. Constatou-se que, nessa literatura, foram mobilizadas 20 variáveis/critérios, ou dimensões conceituais, e 126 indicadores empíricos, detalhados no estudo. A maioria dos textos são *Large N* (45%), e predominantemente qualitativos (66%). Na discussão, apresenta-se como são as propostas de mensuração utilizadas, métodos e técnicas utilizadas na literatura, além das categorizações sobre a conceituação da institucionalização partidária, num total de seis categorias, e categorização de agrupamentos de resultados (ou proposições conclusivas) dos estudos revisados, num total de cinco categorias. A discussão demonstra, de forma sistemática, como a confusão conceitual da literatura não está apenas na operacionalização do conceito, mas vem já na definição, e que a agenda de pesquisa sobre um modelo empírico para mensuração ainda persiste.

Palavras-chave: Institucionalização partidária. Teoria partidária. Partidos políticos. Revisão sistemática. Bibliometria.

ABSTRACT

The concept of institutionalization, in its classical definition, refers to the process by which organizations, behaviors and/or processes become stable over time and acquire value by themselves. In party theory, the concept is mainly used for two functions: analysis of the evolution and consolidation of party systems, and analysis of political parties. The focus of this dissertation is the concept of institutionalization related to the party. In the specific case of political parties, the process of institutionalization can be understood as the passage from organizations to institutions, contemplating the various dimensions of action of the parties, whether structural/organizational or attitudinal/ideological. With this in mind, this research aims to answer two main questions: 1) how Political Science deals with the concept of party institutionalization; and 2) how Political Science proposes to measure this concept. This is an exploratory research, carried out through the technique of systematic literature review and which also uses a bibliometric approach. Forty-five articles are analyzed (indexed mainly in the Scopus database). The systematic review allows the categorization and quantification of methodological characteristics, units of analysis, finding consensus and dissent on the concept, how the measurement proposals are, and grouping results. The bibliometric analysis was based on two types of network: citation and bibliographic coupling. These resources identify the intellectual structure of this scientific subdomain, the fundamental authors and main references, in addition to approximating the documents from themes and convergent approaches. It was found that, in this literature, 20 variables/criteria, or conceptual dimensions, and 126 empirical indicators were mobilized, detailed in the study. The majority of the texts are Large N (45%), and predominantly qualitative (66%). In the discussion, it is presented how are the measurement proposals, the methods and techniques used, in addition to the categorizations of concepts of party institutionalization (six categories), and categorizations of groupings of results (or conclusive proposals) of the studies reviewed (five categories). The discussion demonstrates, in a systematic sense, how the conceptual confusion of the literature is not only in the operationalization of the concept, but already comes in the definition, and that the research agenda on an empirical model for measurement still persists.

Keywords: Party institutionalization. Party theory. Political parties. Systematic review. Bibliometric networks.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: DIMENSÕES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA.....	26
FIGURA 2: MODELO DO FLUXO DE SELEÇÃO DA LITERATURA.....	41
FIGURA 3: REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DE UMA ANÁLISE DE COCITAÇÃO DE REFERÊNCIAS.....	43
FIGURA 4: REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ANÁLISE DE ACOPLAMENTO BIBLIOGRÁFICO.....	44
FIGURA 5: TEXTOS DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO (DIAGRAMA DE VENN)	49
FIGURA 6: VISUALIZAÇÃO DA REDE DE ACOPLAMENTO BIBLIOGRÁFICO A PARTIR DE 36 DOCUMENTOS DA BASE SCOPUS.....	52
FIGURA 7: VISUALIZAÇÃO DA REDE DE COCITAÇÃO DE DOCUMENTOS, A PARTIR DE 50 REFERÊNCIAS CITADAS NO CONJUNTO DE DOCUMENTOS DA BASE SCOPUS.....	57
FIGURA 8: VISUALIZAÇÃO DA REDE DE COCITAÇÃO DE AUTORES, A PARTIR DE 34 AUTORES CITADOS NO MÍNIMO 8 VEZES NO CONJUNTO DE DOCUMENTOS, COLETADOS NA BASE SCOPUS.....	60
FIGURA 9: ESTUDOS DE ACORDO COM SUAS CARACTERÍSTICAS METODOLÓGICAS.....	65
FIGURA 10: REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DIMENSÃO AMPLA, CRITÉRIOS E INDICADORES.....	75
FIGURA 11: NÍVEL DE INSTITUCIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA DE PARTIDOS SUL-AMERICANOS.....	99

LISTAS DE QUADROS

QUADRO 1: ETAPAS DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.....	31
QUADRO 2: RESUMO DAS ETAPAS DA REVISÃO SISTEMÁTICA.....	33
QUADRO 3: OBJETIVOS E QUESTÕES DA REVISÃO SISTEMÁTICA DESTA DISSERTAÇÃO.....	35
QUADRO 4: DEFINIÇÕES OPERACIONAIS DA REVISÃO SISTEMÁTICA DA DISSERTAÇÃO.....	36
QUADRO 5: ELEGIBILIDADE DOS ESTUDOS.....	37
QUADRO 6: FORMULÁRIO PARA EXTRAÇÃO DE DADOS DOS ARTIGOS SELECIONADOS NO CORPUS DO ESTUDO.....	38
QUADRO 7: FERRAMENTA DE MENSURAÇÃO DE BASEDAU E STROH (2008), EXEMPLO DO LIVRO-CÓDIGO REFERENTE A UMA DIMENSÃO (RAÍZES NA SOCIEDADE)	97

LISTAS DE TABELAS

TABELA 1: FREQUÊNCIA DE TEXTOS POR CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO.....	47
TABELA 2: ESTATÍSTICA DESCRITIVA DO BANCO DE DADOS DOS ARTIGOS SOBRE INSTITUCIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA SELECIONADOS NA BASE SCOPUS.....	51
TABELA 3: SUMARIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OS DOCUMENTOS DE MAIOR IMPACTO.....	53
TABELA 4: SUMARIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE AS PRINCIPAIS OBRAS DE REFERÊNCIA.....	58
TABELA 5: VALORES DE N MÉDIO DAS UNIDADES DE ANÁLISES E OUTRAS MEDIDAS DE CENTRALIDADE DO CORPUS ESTUDADO.....	62
TABELA 6: CATEGORIZAÇÃO SOBRE O TEMPO DOS ESTUDOS.....	63
TABELA 7: ESTUDOS POR TIPO DE N	65
TABELA 8: CATEGORIAS DE CONCEITUAÇÃO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA.....	68
TABELA 9: CATEGORIAS DE RESULTADOS.....	71
TABELA 10: DIMENSÕES / VARIÁVEIS/ CRITÉRIOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA, DE ACORDO COM OS TEXTOS ENTRE 1992-2005.....	77
TABELA 11: DIMENSÕES / VARIÁVEIS / CRITÉRIOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA, DE ACORDO COM OS TEXTOS ENTRE 2008-2013.....	78
TABELA 12: DIMENSÕES / VARIÁVEIS / CRITÉRIOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA, DE ACORDO COM OS TEXTOS ENTRE 2014-2018.....	79
TABELA 13: INDICADORES DE ADAPTABILIDADE.....	80
TABELA 14: INDICADORES DE COMPLEXIBILIDADE.....	81
TABELA 15: INDICADORES DE AUTONOMIA.....	81
TABELA 16: INDICADORES DE COERÊNCIA.....	82
TABELA 17: INDICADORES DE IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA.....	83
TABELA 18: INDICADORES DA DIMENSÃO ORGANIZATIVA.....	85
TABELA 19: INDICADORES DE ESTABILIDADE.....	86
TABELA 20: INDICADORES DE VITALIDADE ORGANIZACIONAL, FACCIONALISMO E VIDA COMUTARIA INTEGRATIVA.....	87
TABELA 21: INDICADORES DE INFUSÃO DE VALORES.....	87
TABELA 22: INDICADORES DE REIFICAÇÃO.....	88

TABELA 23: INDICADORES DE DENSIDADE ELEITORAL, CONFIANÇA NOS PARTIDOS E APOIO ELEITORAL.....	89
TABELA 24: INDICADORES DE LIDERANÇA.....	90
TABELA 25: INDICADORES DE DEMOCRACIA INTERNA.....	90
TABELA 26: INDICADORES DE INTEGRAÇÃO REGIONAL OU INTERNACIONAL.....	91
TABELA 27: INDICADORES DE RAMIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E LIGAÇÕES PARTIDÁRIAS.....	91
TABELA 28: MODELO ANALÍTICO / PROPOSTA DE MENSURAÇÃO DE DAZA (2005), EXEMPLO A PARTIR DE UMA DIMENSÃO AMPLA (SISTEMATICIDADE).....	96

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1. PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS	18
1.2. SOBRE AS ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	20
1.3. A TRAJETÓRIA DO CONCEITO	22
1.4. JUSTIFICATIVAS E DESENHO DA PESQUISA	27
2. MATERIAIS E MÉTODOS.....	29
2.1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE REVISÃO SISTEMÁTICA.....	29
2.2. REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE O CONCEITO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA	32
2.2.1. Suporte instrumental: StArt e VOSviewer	32
2.2.2. Apresentação do Protocolo.....	34
2.3. MATERIAIS: ESTRATÉGIAS E MÉTODOS DE COLETA.....	38
2.4. ESTRATÉGIAS E MÉTODOS DE ANÁLISE	42
3. ANÁLISE DOS DADOS INICIAIS DA REVISÃO SISTEMÁTICA E BIBLIOMETRIA	46
3.1. O SUBDOMÍNIO CIENTÍFICO DE ESTUDOS SOBRE INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	46
3.2. ANÁLISES BIBLIOMÉTRICAS DE ACOPLAMENTO BIBLIOGRÁFICO E COCITAÇÃO	50
3.3. A COBERTURA DOS TEXTOS SELECIONADOS NA REVISÃO SISTEMÁTICA	61
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	64
4.1. CARACTERÍSTICAS METODOLÓGICAS DOS TEXTOS	64
4.2. SOBRE A CONCEITUAÇÃO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA	67
4.3. SOBRE OS RESULTADOS	70
4.4. DIMENSÕES, CRITÉRIOS E VARIÁVEIS DO CONCEITO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA E SEUS INDICADORES	73

4.5. PROPOSTAS DE MENSURAÇÃO	92
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE I - PROTOCOLO DA REVISÃO SISTEMÁTICA – SOFTWARE START	112
APÊNDICE II – QUADRO SÍNTESE DA REVISÃO SISTEMÁTICA. DIMENSÕES, INDICADORES E PROPOSTAS DE MENSURAÇÃO.....	114
ANEXO I – Lista dos textos elegidos na revisão sistemática	124
ANEXO II – Lista de países analisados nos textos revisados	127
ANEXO III – Lista de partidos analisados nos textos revisados.....	129
ANEXO IV - Tabelas de Frequências	133
ANEXO V - Periódicos	135
ANEXO VI – Dados da análise de acoplamento bibliográfico	136
ANEXO VII – Dados da análise de cocitação de documentos.....	137

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é realizar um estudo aprofundado sobre o conceito de institucionalização partidária, ou como o título anuncia, uma análise sistemática da literatura. Considerando o debate teórico sobre a multidimensionalidade desse conceito, busca-se organizar quais são as dimensões utilizadas pelos autores e como são as propostas de mensuração. A pesquisa é construída a partir da técnica de revisão sistemática, uma metodologia rigorosa, passível de replicação e transparente em seus enunciados, capaz de identificar e interpretar pesquisas relevantes sobre um campo ou subcampo específico (COOPER, 1982). Somando-se a isso, utilizamos também técnicas bibliométricas, ambas explicadas no segundo capítulo. O corpus final analisado foi de 45 artigos, indexados principalmente na base Scopus da Elsevier, que tratam sobre o tema. Nesta introdução apresentamos as questões, objetivos e desenho da pesquisa, além de um breve panorama sobre o conceito. A análise dos dados é apresentada no terceiro capítulo, e na sequência apresentamos os resultados, achados e discussão, momento em que se retoma a teoria.

Mesmo considerando a predominância de estudos empíricos, vitais para o avanço da ciência, às vezes ainda é preciso dar um passo atrás, pois a análise conceitual continua sendo uma tarefa metodológica crucial para os cientistas sociais. Talvez a principal distinção da ciência perante outros discursos seja a capacidade de que toda a comunidade nela envolvida possa testar e criticar a validade de cada uma das afirmações de seus pares, e isso somente é possível dada a clareza das implicações empíricas de tais afirmações (ADCOCK, 2005). Uma preocupação um tanto quanto alardeada e que deve ser constantemente rebatida, diz que as ciências sociais não estariam à altura de outras ciências, simplesmente porque suas “palavras continuam a se referir a concepções vagas ao invés de conceitos claramente demarcados” (SARTORI et al., 1975, tradução nossa). A própria definição de “conceito”¹, primeiro termo que esta dissertação carrega em seu título, já nos envia a um debate amplo, considerando o caráter multifacetado e poderosamente flexível do termo. Porém, sempre é necessário se ater ao básico, assim, de acordo com Sartori et al. (1975), “os conceitos definidos são, por uma questão de princípio, supostos ser intersubjetivos, isto é, capazes de comunicar conteúdo ou referência sem ambiguidade”. É nesse sentido que esta dissertação se permite voltar um

¹ Para o debate sobre definições, usos, origem e discussões sobre o termo “conceito”, ver Adcock (2005).

passo atrás e apresentar o que decidimos chamar de análise sistemática de um conceito, focando no estudo em questão o conceito de institucionalização partidária.

O conceito de institucionalização partidária tem sido bastante debatido por pesquisadores da área de Ciência Política e de teoria partidária no mundo todo. A importância dada a esse conceito teórico revela a preocupação em entender as dinâmicas no desenvolvimento partidário, tanto em sua dimensão organizacional e burocrática, quanto em sua dimensão simbólica, como canais de representação da vontade social, e do reconhecimento de que os partidos têm um papel fundamental para a democracia e sociedade em geral. Se concordamos que é impensável uma democracia senão em termos de partidos políticos (SCHATTSCHEIDER, 1942), se faz necessário identificar quais são as características que fazem com que estas organizações obtenham esse reconhecimento e a legitimidade para cumprir suas atividades de organização e regulação da disputa político-democrática.

Ao explorar esse subcampo científico, e seguir a corrente predominante de estudos partidários, verifica-se o crescente o número de pesquisas que se preocupam primordialmente com a dimensão organizativa dos partidos, formando outro grupo que se distancia da abordagem sobre institucionalização. Por outro lado, há vários estudos que correlacionam o conceito de institucionalização com outras dimensões da dinâmica político-democrática. Muitos trabalhos se aprofundam em termos históricos e características específicas de um único partido, como Martínez González (2005) com o PRD do México, ou Levitsky (1998), com o PJ da Argentina, ou analisam relações e características sistêmicas num conjunto de partidos nacionais (VERCESI, 2015; STOKKE et al., 2015; IKEANYIBE, 2014; RAKNER, 2011), suas trajetórias e características de surgimento e formação, evolução dos partidos, relação governo oposição, ou a interação com o sistema partidário. São estudos de caso e também análises comparativas, que enfatizam as especificidades dos sistemas partidários ao redor do mundo e como essas impactam na formação de cada partido, ou vice-versa. Da mesma maneira, há estudos comparativos diacrônicos, elaborados a partir de uma seleção de partidos de um único país ou de um conjunto de países (CASAL BÉRTOA, 2017; BIZZARRO et al., 2017; PEREPECHKO et al. 2011; KRUPAVICIUS, 1998; DIX, 1992), que apresentam análises agregadas, ora aproximando os partidos por similitudes, ora destacando os contrastes das formações partidárias, os incentivos e constrangimentos em relação ao ambiente ou conjunto de regras.

Além de estudos estritamente teóricos, que apresentam modelos analíticos para

mensuração do conceito ou tipologias (RANDALL; SVÅSAND, 2002; DAZA, 2005; HARMEL; SVÅSAND, 1993; KUMBARACIBAŞI, 2018), elucidações também são feitas quando o conceito de institucionalização tenta responder ou se relacionar com outros fenômenos específicos da teoria partidária e da política real, como volatilidade eleitoral, recrutamento, carreira legislativa, migração partidária, fidelidade parlamentar, campanhas, cotas de gênero, dentre outros (BOHN; PAIVA, 2009; BASABE-SERRANO, 2018; JIMÉNEZ BADILLO, 2018; KOUBA, 2016; ŠKRABÁKOVÁ, 2017; TAN, 2016; DI MASCIO, 2014; CAMPELLO, 2015). Porém, analisando toda essa literatura, mesmo que de maneira não sistemática, percebe-se que ainda carecemos de uma definição refinada do conceito de institucionalização partidária, que abranja as especificidades de cada contexto, sem perder em generalização.

Como definição clássica, hegemonicamente referenciada nos estudos sobre o tema, encontramos a afirmação de que a “institucionalização é o processo através do qual as organizações e os processos adquirem valor e estabilidade” (HUNTINGTON, 1975, p. 23), indicando que desde o início da utilização do conceito na Ciência Política já se alertava para o caráter multidimensional do mesmo. Não basta mensurar apenas estabilidade (uma dimensão), nem somente analisar o valor simbólico dos partidos em si mesmos, é preciso agregar todas as dimensões em um mesmo estudo. É ver o partido como ator relevante na arena eleitoral, reconhecido por seus pares e legitimado na sociedade. O debate sobre multidimensionalidade separa essa literatura de outros estudos que se preocupam somente com a dimensão organizativa dos partidos, quer seja sua hierarquia e burocracia, ou subunidades como gabinetes, diretórios, e regras em geral.

A definição clássica tem um caráter geral, aplicada aos sistemas políticos como um todo, aos procedimentos ou subunidades políticas, como partidos, pois todos estes estão aptos a adquirir valor por si mesmos e estabilidade através do tempo. Supõe-se que a resultante dessa estabilidade é uma política mais previsível, a diminuição das incertezas e indicativo de que regras e papéis são incorporados pelos agentes (HUNTINGTON, 1975). Contudo, levando em consideração a literatura que toma apenas os partidos políticos, pode-se afirmar que o conceito de institucionalização é "a consolidação da organização, a passagem de uma fase de fluidez estrutural inicial [...], a uma fase em que a organização se estabiliza, desenvolve interesses estáveis para a sobrevivência e lealdades organizativas igualmente estáveis" (PANEBIANCO, 2005, p. 36).

Em suma, ao se aprofundar no debate teórico, não encontramos apenas estudos orientados de formas diferentes, mas também apresentando conceituações diferentes, e

questionando até se de fato o fenômeno deve ser entendido como multidimensional (MCMENAMIN; GWIAZDA, 2011). Se multidimensional, quais dimensões devem ser consideradas? Há hierarquia ou peso entre elas? O debate sobre a multidimensionalidade leva a uma multiplicação de variáveis (ou critérios) a serem consideradas pelos pesquisadores, que compõem o todo da institucionalização partidária. Além disso, cada variável apresentada pode ser examinada a partir de um ou mais indicadores empíricos, fechando o pacote gigantesco de termos associados ao conceito de institucionalização, sendo muitas vezes termos semelhantes enunciando coisas diferentes, ou termos diferentes aplicados ao mesmo fenômeno. O que nos leva novamente às questões apontadas no início do texto, em geral, o debate sobre conceituação nas ciências sociais sugere que “quaisquer dois estudiosos cujo uso de palavras emprega conjuntos ligeiramente diferentes de características devem ser vistos como empregando ‘conceitos’ diferentes”² (ADCOCK, 2005, p.21, tradução nossa).

Mais uma vez, é preciso considerar que uma definição geral do conceito é imprescindível para que se permita a comparabilidade segura entre partidos políticos. Nesse sentido, Panebianco (2005) afirma que o nível de institucionalização seria uma das principais características de diferenciação, antes mesmo do que outras características como ideologia ou modelo originário. Sartori, em sua obra clássica sobre partidos e sistemas partidários, ressaltava para a importância das definições, afirmando que “quanto mais avançamos no caminho operacional, mais nós temos de haver com definições precisas” (SARTORI, 1982, p. 82). O autor aludia a uma série de definições, simples e complexas, sobre partidos e sistemas partidários na literatura, e também sobre “consolidação estrutural [destes] (...) um conceito muito mais simples e muito menos ambicioso que o de institucionalização” (*ibidem*, p.274), deixando claro a sua distância em relação ao conceito de Huntington (1968).

Assim, considerando a preocupação com definições, termos precisos e conceituação clara, itens inerentes ao acúmulo de conhecimento, necessários para o avanço do debate científico, e no intuito de identificar os consensos e dissensos teóricos sobre o conceito de “institucionalização partidária”, o estudo se propõe a analisar como a Ciência Política vem tratando este conceito teórico. Indo além, considerando que a Teoria Política se debruça sobre um emaranhado complexo de fenômenos da vida real, este

² No original: “that any two scholars whose application of words employ slightly different sets of characteristics must be seen as employing different “concepts.” (ADCOCK, 2005, p.21)

trabalho também discorre sobre a questão de como os pesquisadores e especialistas da área mobilizam o conceito de institucionalização partidária de maneira empiricamente orientada, ou seja, saímos dos modelos analíticos teóricos para as propostas de ferramentas de mensuração, da busca por indicadores mais objetivos e formulação de índices. A pergunta de fundo aqui é se há na literatura o melhor método ou ferramenta metodológica para mensurar o grau de institucionalização de partidos políticos.

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS

Considerando uma abordagem do conceito na qual institucionalizar-se é se tornar instituição, temos os estudos que consideram o conceito de institucionalização como um processo, como uma etapa de transição, que Panebianco (2005) aponta como a segunda fase de três identificáveis no desenvolvimento de um partido³. Randall e Svåsand (2002) enfatizam a necessidade de diferenciação entre organizações e instituições, e da passagem das primeiras até as segundas, assim

começamos por reconhecer a necessidade, elaborada em uma extensa literatura de ciências sociais [...], para distinguir entre instituições e organizações. As organizações não são necessariamente instituições e vice-versa. *Organizações*, de forma variável e ao longo do tempo, são transformadas em *instituições* [...]. Os partidos políticos são organizações, por mais rudimentares que sejam, criadas de maneira mais ou menos intencional e com algum tipo de regras e objetivos formais. (RANDALL; SVÅSAND, 2002, p. 12, tradução nossa)⁴

Sobre estudos empíricos, Panebianco (2005) alertava que os partidos não deveriam ser analisados apenas de maneira estática no tempo, um partido ‘X’ num momento ‘T’, “[...] [pois] um partido, como qualquer organização, é uma estrutura em movimento que sofre evoluções, se modifica no tempo e reage às mudanças externas, à modificação dos ambientes nos quais está inserido e atua” (PANEBIANCO, 2005, p. 91). Uma análise temporal da institucionalização partidária pode distinguir não apenas as características dos partidos políticos que já passaram por esse processo, e que pode

³ As etapas de desenvolvimento de Panebianco (2005) são, Fase I: “gênese”; Fase II: “Institucionalização”; Fase III: “Maturidade” (ou consolidação).

⁴ No original: “We begin by recognizing the need, elaborated in an extensive social science literature [...], to distinguish between institutions and organizations. Organizations are not necessarily institutions, and vice versa. ‘ ‘Organizations,’ to a variable extent and over time, are transformed into “institutions” ’ [...]. Political parties are organizations, however rudimentary, set up more or less intentionally and with some kind of formal rules and objectives”. (RANDALL; SVÅSAND, 2002, p. 12)

resultar em instituições com institucionalização forte ou institucionalização fraca, mas também do que é entendido como “desinstitucionalização”.

Há também, para além da institucionalização como processo, a vertente que apresenta o conceito a partir de outra abordagem, entendendo a institucionalização, não apenas como um processo, “mas sim como uma medida do grau em que um partido se aproxima de um tipo ideal [...] quanto mais parecido é o partido com este tipo ideal, mais institucionalizado é” (BIZZARRO et al., 2017, p. 3, tradução nossa)⁵.

Uma vez colocada a questão sobre medidas, sobre mensuração do grau ou nível de institucionalização partidária, em determinada altura de sua obra clássica, Panebianco assume que haveria um grande ganho analítico caso fosse possível medir com precisão as diferenças de nível de institucionalização entre partidos, “*mas nunca o é totalmente*” (PANEBIANCO, 2005, p. 112, grifo nosso). A precisão de indicadores numéricos, dados empíricos coletados sobre os partidos e sua atuação na sociedade, resultariam nesse ganho analítico, já deixando de lado a ideia de uma barreira entre análises estáticas ou análises dinâmicas e históricas, mas possibilitando medir com precisão as subunidades partidárias. Porém, o tempo continuará passando e as organizações, agora instituições, continuarão se adaptando às mudanças ambientais. Por isso, ainda se faz premente a necessidade de uma análise estática⁶. Como em resposta, vários trabalhos refinam propostas de operacionalização empírica do conceito de institucionalização partidária (RANDALL; SVÅSAND, 2002; BASEDAU; STROH, 2008; BIZZARRO et al., 2017; BOLOGNESI 2012; 2013), adaptando as inúmeras variáveis explicativas indicadas desde as obras clássicas que abordam o fenômeno da institucionalização. O próprio Huntington (1968) já apontava, no final da década de 60, que, uma vez que os critérios de institucionalização identificados podem ser medidos, é possível comparar as organizações partidárias, seja em períodos distintos, ou de diferentes países, o que permitiria até a comparação entre o desenvolvimento democrático destes países.

Tendo em mente essas características, a evolução de um campo de estudo teórico-dedutivo para estudos empiricamente orientados, a proposição de ferramentas metodológicas e modelos formais de mensuração empiricamente viáveis vêm à tona. Do

⁵No original: “but rather as a measure of the degree to which a party approximates an ideal type. The more similar the party is to this ideal type, the more institutionalized it is.” (BIZZARRO et al., 2017, p. 3)

⁶ Em comparação diacrônicas, quando o pesquisador analisa o nível de institucionalização de um partido na década de 90, e compara com o nível de institucionalização do mesmo partido 20 anos depois, por exemplo. Dois momentos “estáticos”, analisados temporalmente.

debate de pouco consenso sobre quais variáveis e indicadores são mais importantes, mais usadas, ou retratam melhor determinado cenário político-partidário, que geralmente difere de um país para o outro, surge a questão posta na dissertação. A intenção de estudar como a literatura vem tratando um conceito teórico específico pode ajudar a dirimir a confusão conceitual reinante.

Em se tratando de uma dissertação sobre um conceito teórico e com caráter exploratório, a pesquisa tem os seguintes objetivos: i) identificar e mapear a literatura da área de Ciência Política sobre o conceito de “institucionalização partidária”; ii) reunir e enumerar todos os critérios ou variáveis utilizadas nessa literatura para explicar o fenômeno de institucionalização dos partidos; iii) reunir e enumerar os indicadores empiricamente observáveis vinculados a cada variável indicada na literatura; iv) categorizar os estudos a partir de seus elementos teóricos: questão/objetivos, objetos, metodologia predominante e principais resultados.

De forma sintética, o esforço de pesquisa em identificar quais variáveis são utilizadas pela literatura em Ciência Política e como são operacionalizadas através de indicadores empíricos se desenvolve dentro da questão geral de pesquisa. O trabalho tenta responder como a Ciência Política vem tratando do conceito institucionalização partidária e como se propõe a mensurá-lo. O debate sobre a conceituação e métodos utilizados também nos leva a delinear questões específicas, aproveitando-se do que uma abordagem bibliométrica permite ao pesquisador, como: “quais são os autores fundamentais desse domínio específico e quais as principais ideias desse campo de estudo?”. Além disso, questiona-se também qual é a estrutura intelectual (temas, problemas e métodos) e estrutura da comunidade científica (autores) desse campo.

1.2. SOBRE AS ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Esta dissertação se propõe a fazer um estudo sobre outros estudos⁷, realizando uma análise sistemática e quantitativa da literatura recente sobre um domínio teórico específico. Os estudos sobre medição do campo científico têm surgido em todas as áreas, inclusive na Ciência Política, procedimento que geralmente está ligado à institucionalização da própria disciplina, como um esforço da comunidade científica de

⁷ Realizado no âmbito do Laboratório de Análise do Campo Científico/UFPR. Mais informações: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/1429216097531312>

olhar para si mesma e se reconhecer, conhecer seus principais autores/pesquisadores, institutos de pesquisa, especialidades de cada um destes, canais de comunicação científica, quais são os principais tópicos estudados e onde estão as maiores lacunas (KIM; ZHU, 2018). Mapear uma área de estudos é mais um passo para o avanço e para acumulação do conhecimento científico.

Utilizamos uma metodologia específica de revisão de literatura – a revisão sistemática –, que tem como base a explicitação das decisões tomadas pelo pesquisador, desde a busca por textos em fontes específicas, como bases indexadoras de bibliografia que organizam metadados dos documentos científicos, até a extração de informações de conteúdo propriamente dito desses textos, a partir de um fichamento protocolar padronizado. A proposta de técnica é permitir a possibilidade de sintetizar um grande extrato de produção científica, sem incorrer em vieses ou subjetividades.

As bases indexadoras de periódicos se destacam por serem os principais meios de divulgação e comunicação científica (HARZING; ALAKANGAS, 2016). Trabalhos apresentados em eventos científicos, resultados de dissertações de mestrado e teses de doutorado nas ciências sociais, todos estes geralmente resultam em artigos publicados em periódicos científicos. O cenário científico mundial atualmente segue essa lógica, na qual a luta por publicações nas revistas com maior fator de impacto incide em vários aspectos das decisões científicas e políticas acadêmicas, inclusive as de financiamento científico. Considerando que os periódicos com maior fator de impacto geralmente estão indexados em bases científicas mais robustas (como *Scopus* e *Web of Science*), os textos encontrados nessas bases tendem a refletir a produção relevante sobre o tema da institucionalização partidária.

A pesquisa será feita com e explicará a técnica de revisão sistemática de literatura. Na seção de materiais e métodos, serão apresentadas informações acerca dos procedimentos, justificativas e o passo-a-passo da técnica. Conceitualmente (e tecnicamente), uma revisão sistemática permite realizar um teste de hipóteses com informações extraídas da literatura, como quantificação dos dados textuais, metodologias utilizadas, resultados de experimentos, dentre outros (PETTICREW; ROBERTS, 2006). Esta dissertação faz, em caráter exploratório, uma análise sistemática sobre um conceito teórico, e não um teste de hipótese sobre, por exemplo, o grau de institucionalização de partidos.

Soma-se a essa técnica a utilização de uma abordagem cientométrica e bibliométrica. Essa abordagem consiste em “aplicar técnicas numéricas analíticas para

estudar a ciência da ciência [...] e na análise estatística da mensuração destes resultados e desenvolvimentos através das diferentes publicações científicas refletidas em artigos, livros, [etc.]” (SILVA; BIANCHI, 2001). Acredita-se que a dissertação pode contribuir com o campo da Ciência Política a partir dessa abordagem da bibliografia, implementando o método de revisão sistemática, com indicações e orientações precisas sobre protocolo de leitura padronizada dos artigos, além da possibilidade de quantificação de um domínio científico, e também com visualização e análise de redes de ligação entre documentos, a partir de suas referências.

Sabe-se que o método bibliométrico tem suas desvantagens, uma vez que é cada vez mais dependente de novas tecnologias, *softwares* e bancos de dados. A princípio, a técnica alcança apenas textos indexados nessas bases científicas, como no caso deste trabalho, que analisa textos indexados na base Elsevier Scopus. Considerando a predominância das publicações indexadas em língua inglesa, oriundas principalmente de pesquisadores dos Estados Unidos e de países europeus, conseqüentemente acaba havendo uma concentração da visão dessa comunidade científica na análise, prevalecendo abordagens e métodos utilizados por ela.

Apesar do propósito de mapear e sintetizar o campo como um todo, eventualmente haverá textos que poderão ficar de fora, dependendo das decisões definidas no protocolo. A busca pelos artigos que serão selecionados para a revisão é feita a partir de termos, que compõem as palavras-chave ou estejam presente nos resumos (ver capítulo de Materiais e Métodos), assim, supõe-se que os autores que discutam institucionalização partidária, seja com estudos específicos sobre o conceito, como abordagem para estudos partidários, ou como hipótese explicativa para o estudo de outro objeto [institucionalização partidária como variável independente], terão colocado o termo “institucionalização” nesses campos (resumo e palavras-chave). Não fazer isso implica no fato de que seus trabalhos possam não ser rastreáveis por outros pesquisadores que buscam esse tema em bases científicas, o que pode até ser considerado como erro.

1.3. A TRAJETÓRIA DO CONCEITO

O conceito de institucionalização é bastante amplo, e podemos traçar sua origem e interpretações no campo sociológico, de forma mais sistematizada em Émile Durkheim (PERES, 2000; 2013). De acordo com esse autor, institucionalização pode ser entendida como a “normalização” da natureza das relações entre grupos, dos processos e

procedimentos, comportamentos e valores sociais a partir da incorporação de novas instituições em uma sociedade que aumenta seu grau de complexificação. Dito de outra forma, “a noção de institucionalização de um determinado sistema é sempre apresentada como um processo de padronização de crenças, expectativas ou comportamentos” (PERES, 2000, p. 7).

Partindo da ideia de coesão social e estabilidade, o conceito de institucionalização passou a ser utilizado nos estudos organizacionais e administrativos, a partir da obra Philip Selznick⁸, que define institucionalização como “o desenvolvimento de formas e estruturas ordenadas, estáveis, socialmente integradoras, fora de padrões instáveis, vagos ou meramente técnicos de tipos de ação”⁹ (SELZNICK; BROOM, 1968, p. 215, tradução nossa). Esse autor apresenta quatro processos “institucionalizantes” após a formação inicial de associações e organizações: primeiro a “**formalização**”, a ação de tornar formal e criar regras sobre o que antes eram práticas; a “**manutenção**” (ou conservação), as ações tomadas para perpetuação da organização no tempo; “**infusão de valores**”, assumidos pelos integrantes da organização/associação; e, por último, a “**formação de uma base social distintiva**”. Estes processos seriam depois sistematizados em duas dimensões principais: (i) a rotinização de regras e procedimentos, e (ii) a internalização de valores (DAZA, 2005).

Foi a obra clássica de Huntington (1968) que trouxe o conceito para o campo da Ciência Política, elaborando-o para se pensar no desenvolvimento e consolidação do sistema político como um todo. Para esse nível de análise, as dimensões desenvolvidas por Selznick foram ampliadas por Huntington. Os critérios de institucionalização apontados por este autor, com os quais seria possível se medir o nível de institucionalização de qualquer sistema político, são: **i) adaptabilidade, ii) complexidade, iii) autonomia e iv) coesão**. Com esses mesmos critérios, seria possível medir o nível de institucionalização de qualquer organização ou procedimento vinculado ao sistema político, em que estão contidos tanto partidos como sistema partidário. Considerando que os critérios, uma vez identificados, possam ser mensurados, passa a ser possível a comparação em termos de seus níveis de institucionalização, assim como “será

⁸ Phillip Selznick. El mando en la administración; una interpretación sociológica. Madrid, Imprenta Nacional del Boletín del Estado, 1962.

⁹ No original: “institutionalization is the development of orderly, stable, socially integrating forms and structures out of unstable, loosely patterns, or merely technical types os action” (SELZNICK; BROOM, 1968, p. 215).

possível medir os acréscimos e decréscimos na institucionalização de organizações e procedimentos particulares dentro de um sistema político" (HUNTINGTON, 1975, p. 24/25). Para o autor, cada critério poderia ser entendido de modo binário: 1) Adaptabilidade, tendo como oposto a rigidez: a adaptabilidade das organizações poderia, de certa forma, ser medida pela idade ou tempo de funcionamento, principalmente, e sua adaptação às mudanças; 2) A complexibilidade, em oposição à simplicidade: quanto mais complexa a organização, mais institucionalizada se torna, passível de se medir pela quantidade de subunidades organizacionais dentro de sua estrutura; 3) Autonomia versus subordinação: medindo o quanto as organizações ou os procedimentos políticos podem ser feitos independentemente de outros grupos sociais, ou também pelas relações entre forças sociais e organizações políticas, presença ou ausência de instituições externas patrocinadoras; 4) Coesão versus desunião: quanto mais coesa e unida, mais institucionalizada, quanto maior a desunião, ou faccionalismo, menos o será. Pressupondo que um requisito básico para a existência de qualquer grupo social seria um mínimo de consenso.

A partir dessa abordagem, o conceito de institucionalização foi operacionalizado para analisar instituições políticas específicas. Desde o estudo clássico de Polsby (1968), sobre a institucionalização da Câmara de Deputados dos Estados Unidos, até estudos mais recentes sobre a institucionalização de outras instituições, como congressos nacionais, suprema corte e parlamentos (BRAGA et al., 2016; OPALO, 2014; PALANZA et al., 2016; COLLINS; RINGHAND, 2016). São trabalhos aprofundados nesses objetos e indicam que

na medida em que uma organização se institucionaliza, ela estabiliza o seu conjunto de membros, a entrada torna-se mais difícil e a rotação de seus membros menos frequente. Sua liderança se profissionaliza e perdura. O recrutamento de liderança tem mais chance de ocorrer a partir de dentro e o período de aprendizado se alonga. Assim, a organização se estabelece e “endurece” seus limites exteriores (POLSBY, 1968, p. 145–146).

Porém, os critérios propostos por Huntington foram bastantes criticados na literatura especializada (DAZA, 2005; PERES, 2000; MAINWARING; TORCAL, 2005). Daza (2005) sintetiza em seus textos as três principais críticas aos critérios de Huntington. Primeiro, dúvidas sobre a convergência ou divergências entre os critérios, o que significaria que o incremento em um pode produzir a diminuição de outro, contrariando a ideia de que um partido institucionalizado teria um valor positivo em todas as dimensões. Em segundo lugar, uma possível tautologia, considerando que determinados

critérios assinalados podem na verdade ser consequência da institucionalização do partido, ao invés de um elemento dela. Por último, uma certa dificuldade de aplicação dos indicadores empíricos. A mesma crítica é apontada por Panebianco, quando afirma que os critérios não parecem ser muito viáveis de utilização para uma análise empírica, sendo as variáveis pouco operacionalizáveis, apesar de grande sentido para uma discussão abstrata e teórica (PANEBIANCO, 2005, p.103).

Ainda na década de oitenta, é preciso destacar duas obras principais sobre partidos políticos, que são apresentadas com abordagens praticamente opostas. Por um lado, Panebianco (1988) se detém em organizar a literatura sobre organização partidária e apresentar seu modelo analítico sobre o processo de institucionalização. Partindo da hipótese que um dos principais critérios de diferenciação entre partidos seria o seu nível de institucionalização, o autor realiza estudos de casos aprofundados com partidos que se aproximam dos casos ideais de cada modelo formulado, indicando que as organizações que passam pelo processo de institucionalização podem resultar em partidos com institucionalização tanto forte como fraca (PANEBIANCO, 2005). Para o autor, são duas as dimensões pelas quais se pode medir a institucionalização: o **grau de autonomia** do partido em relação ao ambiente, e o **grau de sistematicidade**, que reflete a interdependência entre as partes da organização.

Do outro lado, Janda (1980) faz um grande estudo comparativo, coletando dados de 158 partidos em 53 países, daqueles que ele aponta como os principais conceitos da teoria partidária, sendo institucionalização o primeiro deles. Para o autor, partido institucionalizado “é aquele que é reificado na mente pública [...] e também que demonstra padrões recorrentes de comportamento valorizados por aqueles que se identificam com ele”¹⁰ (JANDA 1980, p. 19, tradução nossa). Para medir o conceito de institucionalização, o autor define seis indicadores: i) ano de origem do partido; ii) mudanças de nome/sigla; iii) descontinuidade organizacional; iv) concurso e sucessão de liderança; v) instabilidade legislativa; e, vi) instabilidade eleitoral. As diferenças de abordagem, tanto metodológica quanto teórica, entre Janda e Panebianco, alçam um debate sobre tomar o conceito de institucionalização como um processo ou como uma propriedade partidária, entre uma análise temporal do fenômeno ou uma análise estática, que apresenta o grau de institucionalização de maneira precisa, num determinado

¹⁰ No original "an institutionalized party is one that is reified in the public mind [...] and this organization demonstrates recurring patterns of behavior valued by those who identify with it". (JANDA 1980, p. 19)

momento.

Na década de noventa, temos o trabalho de Dix (1992), que se propõe a operacionalizar os quatro critérios estabelecidos por Huntington. Com isso, analisa um total de 86 partidos de 18 países latino-americanos, e apresenta ao final da pesquisa índices numéricos do grau de institucionalização em nível agregado de países. No mesmo período, os estudos seminais de Mainwaring e associados (MAINWARING; SCULLY, 1994; MAINWARING; TORCAL, 2005) utilizaram o conceito de institucionalização para teorizar sobre a evolução dos sistemas partidários, argumentando que um grau razoável de institucionalização do sistema permite desempenho governativo, estabilidade e fiscalização. São muitos os textos que intercambiam as análises de institucionalização de partidos políticos com os de sistemas partidários (CASAL BÉRTOA, 2017; LUNA; ALTMAN, 2011). Porém o foco dessa dissertação e da revisão sistemática são textos que tratam especificamente sobre institucionalização de partidos, não de sistemas.

A discussão sobre a multidimensionalidade do fenômeno colecionava críticas. Levitsky (1998), por exemplo, argumentava que o conceito deveria ser desempacotado, e que cada dimensão seria melhor tratada como um conceito distinto. Apesar disso, um ponto de inflexão se dá com o trabalho de Randall e Svåsand (2002), que retomam o argumento sobre as dimensões necessárias ao entendimento do conceito e elaboram seu modelo analítico. Os autores fazem isso levando em consideração toda a discussão teórica sobre o conceito até o momento, e definindo os critérios como resultantes do cruzamento entre as dimensões interna e externa dos partidos, bem como as dimensões estrutural e atitudinal, conforme figura 1.

Figura 1: Dimensões da Institucionalização partidária

	<i>Interna</i>	<i>Externa</i>
<i>Estrutural</i>	Sistematicidade	Autonomia decisória
<i>Atitudinal</i>	Infusão de valores	Reificação

Fonte: Randall e Svåsand (2002, p.13, tradução nossa)

Para os autores, os critérios definidos para medição da institucionalização são: i) sistematicidade, ii) infusão de valores, iii) autonomia decisional e iv) reificação. Esse modelo analítico serviu de base para outras propostas de ferramentas metodológicas que vieram depois (DAZA, 2005; BASEDAU; STROH, 2008), que por sua vez também

adaptavam ou acresciam as dimensões e critérios/variáveis, estabelecendo uma ligação cada vez mais tênue com os anteriores.

Por fim, é perceptível no diálogo dos autores a tentativa da comunidade científica de refinar o conceito e sua operacionalização, indo ao encontro da afirmação de Huntington (1968), de que uma vez que os critérios de institucionalização possam ser identificados e medidos, será possível comparar as organizações partidárias, seja em períodos distintos, ou entre países diferentes, nos mais variados contextos.

1.4. JUSTIFICATIVAS E DESENHO DA PESQUISA

Antes de finalizar este capítulo introdutório, cabe esclarecer que a motivação ao esboçar um panorama teórico sobre a trajetória do conceito não tem por intuito esgotar o debate, ou fazer com que se baste como teoria suficiente para a discussão, longe disso. Até porque a revisão sistemática de literatura proposta na dissertação é uma modalidade possível de revisão, que apresenta as mesmas possibilidades de iluminar consensos, dissensos e lacunas de um domínio teórico, e não faria muito sentido estruturar um capítulo em separado com uma revisão narrativa, para depois realizar uma revisão sistemática. Não cabe no desenho de pesquisa definido. Apesar disso, o panorama permite questionarmos se a produção científica recente coincide com as categorias “clássicas” do conceito. Os autores que debatem institucionalização partidária estão apresentando o mesmo conceito? A parte empírica desta dissertação, que trabalha com dados coletados nos textos selecionados para revisão (ver item 2.3, estratégias e métodos de coleta) joga luz sobre a questão, se a produção científica espelharia as escolas de pensamento e abordagens apontadas no panorama. Para dar destaque aos resultados (dos textos analisados, não da dissertação), o capítulo de análise e discussão retoma a teoria, apresentando as categorias, características textuais, variáveis, indicadores, descrevendo com mais detalhes as formas de uso de cada um dos itens pelos pesquisadores/autores.

Em adendo, a proposta deste estudo exploratório pretende, para além de contribuir para o debate na Ciência Política sobre partidos e organização partidária, enumerando e listando as dimensões de atuação dos partidos políticos e as características consideradas mensuráveis pela literatura sobre o conceito de institucionalização, defender o alcance da metodologia utilizada. Delinear um protocolo de fichamento ou grade de leitura torna possível verificar quantitativamente como os textos científicos se posicionam, supondo como válida a afirmação de que quanto mais fortes os partidos, maior é a contribuição

para o desenvolvimento democrático de um país, e também sobre afirmações que relacionam o impacto entre desenvolvimento partidário e estruturação do sistema partidário como um todo. O esforço científico dos autores que aprimoram ferramentas metodológicas, confirmando a viabilidade empírica de tais instrumentos, e possibilitando os grandes estudos comparativos entre partidos de diferentes países, pode ser extraído e sintetizado pela técnica de revisão sistemática.

Após essa introdução que contextualiza o objeto, apresenta as questões de pesquisa e objetivos, estratégias metodológicas, e também já aborda um breve relato teórico sobre o conceito de institucionalização partidária no tempo, o texto será estruturado da seguinte forma: na segunda seção, será apresentado o capítulo de materiais e métodos, com a proposta de uma revisão sistemática da literatura, a apresentação da técnica, seu passo a passo, estratégias e métodos da coleta dos textos, estratégias e métodos de análise e informações acerca da abordagem bibliométrica. No terceiro capítulo, será apresentada a análise dos dados iniciais da revisão sistemática, estatísticas descritivas, informações sobre critérios de inclusão e exclusão, a visualização das redes bibliométricas, e cobertura dos textos revisados num sentido mais amplo. O quarto capítulo apresenta os resultados e discussão, abordando as características metodológicas dos estudos, a categorização de conceituações e resultados, tabelas e listas de sumarização das variáveis/critérios (ou dimensões) e indicadores utilizados na literatura sobre institucionalização partidária, além das propostas de mensuração. A discussão sobre os achados se dá sempre retomando a teoria. Por último, são apresentadas as considerações finais da dissertação.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Este capítulo se debruça sobre as estratégias metodológicas empregadas na dissertação, apresentando as decisões e etapas de sua revisão sistemática e considerações sobre a abordagem bibliométrica e cientométrica. Primeiramente, serão apresentados os detalhes sobre a técnica de revisão sistemática e o quanto ela pode contribuir para a Ciência Política, para depois apresentar o detalhamento da revisão sistemática produzida, com intuito de responder às questões elencadas na Introdução sobre o conceito de institucionalização partidária. Após isso, as explicações sobre as técnicas bibliométricas empregadas, acoplamento bibliográfico e cocitação, e o que pode ser alcançado com essa abordagem. Sobre os materiais, a unidade de análise da pesquisa são os artigos selecionados para a revisão sistemática, cuja fonte é a base Scopus da Elsevier. Os dados extraídos desses textos compõem os achados discutidos no próximo capítulo.

2.1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE REVISÃO SISTEMÁTICA

Considerando o número crescente de publicações científicas no mundo, o avanço da comunicação e divulgação de resultados de pesquisa pelos sistemas informacionais, facilitando o acesso desse material pelos estudiosos, a necessidade de revisões e de sintetização desse material massivo se faz premente (FERRARI, 2015). A revisão de literatura é uma etapa fundamental da pesquisa, e nesse sentido, podemos destacar as duas principais formas de revisões bibliográficas: a revisão narrativa e a revisão sistemática¹¹ (DACOMBE, 2018; FERRARI, 2015; DAIGNEAULT et al., 2014). A revisão narrativa, comumente chamada de revisão “tradicional” ou “convencional” (PETTICREW e ROBERTS, 2006), ou também de “não-sistemática”, trata geralmente de questões amplas e demanda a mobilização de um grande arcabouço teórico por parte do pesquisador. Uma revisão narrativa é valiosa “quando se tenta unir muitos estudos sobre diferentes tópicos, seja para fins de reinterpretação ou interconexão” (BAUMEISTER; LEARY, 1997, p.312), possibilitando construção de teoria e também como geradora de hipóteses.

Todavia, algumas críticas podem ser tecidas às revisões narrativas, como, por

¹¹ Junto a revisão sistemática, podemos elencar ainda a Meta-Análise, que consiste na revisão que propicia a análise estatística dos resultados de análises de estudos individuais, que tenham sido selecionados em conjunto por almejarem responder a mesma questão, com dados quantitativos (FIGUEIREDO et al., 2014).

exemplo, grande possibilidade de viés de seleção de autores e trabalhos revisados, irreplicabilidade das classificações e amostra de textos selecionados, ausência de medidas objetivas para comparar achados empíricos, etc. (FIGUEIREDO et al., 2014). Em contrapartida, uma revisão sistemática, por sua vez, “será clara sobre as questões abordadas, os limites da revisão e os critérios para a seleção de material [bibliográfico] incluído” no corpus analisado (DACOMBE, 2018, p. 2). A técnica pretende cobrir a maior parte da literatura disponível, reportar sínteses didáticas de tópicos específicos, a partir de panoramas abrangentes sobre determinada produção acadêmica, podendo ser definida como

um método para dar sentido aos grandes corpos de informação e um meio de contribuir para as respostas às perguntas sobre o que funciona e o que não funciona [...] um método para mapear áreas de incerteza e identificar onde pouca ou nenhuma pesquisa relevante foi feita, onde novos estudos são necessários. As análises sistemáticas também assinalam áreas em que as certezas espúrias são abundantes (PETTICREW; ROBERTS, 2006, p. 2)¹².

De acordo com Figueiredo et al. (2014, p. 206), “a principal consequência da falta de procedimentos sistemáticos de uma revisão [narrativa] é a baixa confiabilidade das sínteses produzidas”. Nesse sentido, é de suma importância estabelecer protocolos confiáveis que orientem a síntese de estudos de uma determinada área de pesquisa (*ibidem*, p. 207), pois isso só favorece a cumulatividade do conhecimento científico. Os autores ainda afirmam que a maioria das revisões de bibliografia nas ciências humanas têm sido realizadas prioritariamente de forma “narrativa-literária”¹³, sem adotar técnicas sofisticadas de revisão, o que pode ser problemático. Segundo ele

[...] um viés comum é o de que a maior parte dos estudos revisados ou foram produzidos na língua materna do revisor e/ou foram produzidos por colegas de departamento e/ou amigos dentro da academia, configurando uma amostra por conveniência. A amostra por conveniência é um exemplo de amostra não probabilística em que são selecionadas as unidades amostrais mais facilmente acessíveis. Comparativamente, é a técnica amostral que menos consome tempo e recursos. No entanto, é extremamente tendenciosa, sendo desaconselhado a sua utilização para realizar inferências (FIGUEIREDO et al., 2014, p. 208).

Para realizar uma revisão sistemática, o pesquisador deve seguir uma série de etapas, já bem estabelecidas nas ciências sociais, desde a obra clássica de Harris Cooper

¹² No original “a method of making sense of large bodies of information, and a means of contributing to the answers to questions about what works and what does not [...] a method of mapping out areas of uncertainty, and identifying where little or no relevant research has been done, but where new studies are needed. Systematic reviews also flag up areas where spurious certainty abounds” (PETTICREW; ROBERTS, 2006, p. 2)

¹³ Expressão utilizada por Figueiredo et al. (2014, p. 207)

(1982), conforme quadro 1. Essas etapas devem ser apresentadas da maneira mais detalhada possível para o leitor, para que possa ser conferida, replicada, aprimorada ou atualizada, pela comunidade científica.

Quadro 1. Etapas da revisão sistemática

	<i>Etapas</i>	<i>Descrição</i>
1º	Formulação do problema de pesquisa	Apresentar de forma clara a(s) questão(ões) abordada(s) pela revisão e preparar o protocolo que rege o processo
2º	Coleta de dados	Pesquisa nas bases bibliográficas e coleta de informações
3º	Avaliação de dados	Triagem dos textos a partir dos critérios de inclusão e exclusão de estudos; exclusão de estudos repetidos ou fora do escopo da revisão; verificação de qualidade dos artigos (método, evidências experimento, etc.)
4º	Análise e interpretação dos dados	Interpretação dos resultados extraídos dos estudos selecionados; Meta-análise (se for o caso).
5º	Elaboração do relatório	Apresentação dos resultados de forma clara e acessível (gráficos, tabelas, quadros, diagramas, etc.)

Fonte: Elaboração do autor a partir de Cooper (1982) e Dacombe (2018)

Talvez a técnica mais aceita nas áreas clínicas e de saúde (MONTEBELO et al., 2007), a revisão sistemática tem sido evitada, se não ignorada, por grande parte dos cientistas políticos (DACOMBE, 2018). Alguns argumentos apresentados contra a técnica é que esta seria “inutilmente positivista”, muito mecanizada, rendida à frieza dos números, e com regras e controles de qualidade de estudo que subvalorizariam o trabalho qualitativo. Nas ciências da saúde, há inúmeros trabalhos que realmente apontam estudos qualitativos como de “baixa evidência”, nos critérios de exclusão ou de qualidade, mas esse é um item que não precisa ser transplantado para a Ciência Política, dada a importância das evidências qualitativas nesta área. Além disso, as decisões de controle podem ser utilizadas para hierarquizar os estudos, não os excluir da seleção no processo de revisão. As sínteses produzidas, a possibilidade de testar hipóteses levando em conta um grande número de trabalhos que tentam, cada um à sua maneira, responder questões semelhantes, mostram que a revisão sistemática pode ter uma contribuição relevante para a Ciência Política (DACOMBE, 2018).

Para ilustrar a pouca utilização da técnica na Ciência Política, efetuou-se uma pesquisa nas principais bases científicas que indexam artigos da área, com a chave de busca “*systematic review*” (nos campos título/resumo/palavras-chave). Ao se pesquisar na base Scopus, temos como resultado um total de 233.653 arquivos/textos. Filtrando por *Social Science*, o número reduz para 8.611 textos, e se buscado por *Political Science*

dentro desses resultados, são apenas 975 textos. Se a busca for feita com operado *booleano AND* (“*systematic review*” AND “*Political Science*”), desde o início, são encontrados apenas 45 textos. Os mesmos passos feitos na base da *Web of Science*, temos que a primeira busca resulta em 138.033 trabalhos, filtrando para *Social Science* ficam 576. Se a busca for booleana (“*systematic review*” AND “*Political Science*”) o resultado é de apenas 25 trabalhos¹⁴.

Dado essa dificuldade, da quase ausência de revisões sistemáticas na área de Ciência Política, também não se encontram modelos de protocolos a seguir. O Protocolo de Revisão Sistemática é o documento no qual o pesquisador explicita todos os parâmetros e decisões que guiaram a sua execução. O planejamento do protocolo é o momento da definição das questões de pesquisa específicas da revisão e os seus objetivos. Definem-se também as estratégias de busca, critérios para seleção de fontes e método de seleção inicial dos estudos, critérios de inclusão e exclusão de textos, bem como os dados que devem ser extraídos dos textos selecionados e que respondam às questões delineadas. Pode-se também definir critérios de qualidade e estratégias para sintetizar os dados extraídos (FABBRI et al., 2016). Da mesma forma, esses métodos de extração e de síntese dos dados dos textos selecionados devem ser claramente definidos e explicitados no protocolo. Assim, tem-se uma técnica na qual os textos são selecionados de forma padronizada, e os dados de cada texto, necessários para a comparação do que for determinado na revisão sistemática, também são feitos de forma padronizada.

2.2. REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE O CONCEITO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Neste tópico, apresento o protocolo de revisão sistemática da literatura sobre o conceito de institucionalização partidária, as decisões e as limitações, para cumprir os objetivos e responder à questão de pesquisa, enunciada no capítulo anterior. Da mesma maneira, apresento as ferramentas operacionais utilizadas para dar suporte à revisão e às análises bibliométricas.

2.2.1. Suporte instrumental: StArt e VOSviewer

¹⁴ Pesquisa realizada pelo autor em 16 de junho de 2018, atualizada em 03 de abril de 2019

Um dos desafios na condução de uma revisão sistemática, é a organização do material encontrado, geralmente muito grande. Outro grande desafio é o tempo gasto para realizar as etapas de revisão, principalmente o processo de seleção inicial de estudos, ou triagem. Fabbri et al. (2016, p. 1) ressaltam que “uma RS [revisão sistemática] pode consumir muito tempo devido ao rigor necessário para realizar as suas atividades e pode estar sujeita a erros devido à subjetividade de algumas atividades”. Para sobrepujar tais dificuldades, na produção desta dissertação, utilizou-se a ferramenta StArt, que foi desenvolvida pelo LaPES/UFSCar¹⁵, projeto iniciado em 2006, frequentemente atualizada, e que já conta com mais de 3000 downloads de usuários de inúmeros países¹⁶ (FABBRI et al., 2016).

A ferramenta StArt, *software* que auxilia na execução da RS, permite ao usuário o planejamento, separando em três etapas: 1. Planejamento; 2. Execução; 3. Sumarização. O planejamento consiste na definição do protocolo, que por sua vez consiste em “(1) nas definições dos critérios de inclusão e (2) na estratégia para localizar e selecionar estudos para potencial inclusão” (NIELSEN, 2017, p.5). Na etapa de execução, são aplicadas as decisões formuladas no planejamento, procedendo a busca nas fontes, seleção e definição dos textos elegíveis para a revisão. A sumarização é a conclusão da revisão sistemática. As etapas aparecem organizadas no Quadro 2.

Quadro 2: Resumo das etapas da Revisão Sistemática

<i>Passo</i>	<i>Objetivos</i>	<i>Etapas</i>	<i>Resumo</i>
<i>Planejamento</i>	Planejar o objetivo central da Revisão Sistemática	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação da necessidade de uma revisão; - Criação do protocolo de revisão; 	<ul style="list-style-type: none"> - Objetivos da pesquisa são definidos - Protocolo de revisão é definido e validado
<i>Execução</i>	Executar as etapas planejadas no passo anterior e coletar o material para análise	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação da fonte de pesquisa; - Seleção dos estudos primários; - Estudo de avaliação de qualidade (se for o caso); 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação de estudos primários - Seleção e avaliação dos estudos primários, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão
<i>Sumarização</i>	Sintetizar os estudos primários que atendem ao propósito da revisão	<ul style="list-style-type: none"> - Extração de dados; - Síntese dos dados; 	<ul style="list-style-type: none"> - Dados dos artigos são extraídos e sintetizados

Fonte: Montebelo et al. (2007), adaptado pelo autor

¹⁵ Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Software, da Universidade Federal de São Carlos. Mais informações em <http://lapes.dc.ufscar.br/>

¹⁶ países como Brasil, Estados Unidos, Itália, Espanha, Reino Unido e outros (FABBRI et al., 2016)

Além do StArt, será utilizado o *software* VOSviewer, ferramenta desenvolvida por Nees Jan van Eck e Ludo Waltman, da *Leiden University* (Holanda)¹⁷. A ferramenta permite a visualização e análise de redes bibliométricas e sociométricas – como coautoria, citação, cocitação, acoplamento bibliográfico e coocorrência de palavras. As redes apresentadas pelo software trabalham com a ideia de relações baseadas em distância e aproximação das ligações entre os nós, ou seja, quanto mais distantes os nós, menor é a relação entre eles (VAN ECK; WALTMAN, 2014). Similarmente, a clusterização formada pela rede indica convergências e divergências da literatura, e os tamanhos dos nós indicam o peso e importância do mesmo na rede, permitindo ao pesquisador deduções sobre o comportamento do campo científico.

2.2.2. Apresentação do Protocolo

De acordo com Petticrew e Roberts (2006), desenvolver o protocolo da revisão é fundamental, sendo importante elaborá-lo da forma mais detalhada e pormenorizada possível, pois isso garantiria a produção de um trabalho rigoroso e mais transparente. O protocolo da revisão sistemática realizada nesta dissertação de mestrado pode ser encontrado na íntegra no Apêndice I. Neste tópico, optamos por apresentar e explicar as decisões metodológicas dessa parte do planejamento, dividindo-as em quatro partes (Quadros 3, 4, 5 e 6), seguidas de comentários explicativos.

No protocolo (Quadro e Apêndice I), as questões e objetivos são refinadas em relação ao que foi declarado no início do trabalho (tópico 1.1). Esse refinamento permite que o pesquisador faça perguntas específicas e passíveis de serem respondidas somente com o fichamento protocolar. As demais questões e objetivos gerais da dissertação também serão respondidas com as análises bibliométricas (explicitadas no tópico 2.4). A soma dessas duas partes, revisão sistemática e bibliometria, é o que chamamos de análise sistemática.

¹⁷ VAN ECK, N. J., e WALTMAN, L. (2014).

Quadro 3: Objetivos e questões da revisão sistemática desta dissertação

<i>Objetivos</i>	i) Coletar trabalhos que tratem especificamente do conceito de institucionalização partidária; ii) Listar os critérios ou variáveis utilizadas nessa literatura que explicam o fenômeno de institucionalização dos partidos políticos; iii) Listar os indicadores empiricamente observáveis vinculados a cada variável/critério de institucionalização partidária; iv) Listar as propostas de mensuração da institucionalização partidária; v) Classificar os estudos a partir de seus elementos teóricos: tais como: questão/objetivos, objetos, metodologia predominante e principais resultados, apontando quais são os elementos predominantes nos trabalhos.
<i>Questão principal</i>	(I) Como a produção científica da área de Ciência Política trata o conceito de institucionalização partidária?
<i>Questões secundárias</i>	- Quais são os objetos analisados nos textos selecionados? - Quais as características dos textos selecionados? - Quais são os métodos e técnicas predominantes? - Quais são as propostas para mensurar o conceito de institucionalização partidária? - Quais são os resultados desses estudos?

Fonte: Elaboração do autor (2019)

Em relação às definições operacionais da revisão sistemática (Quadro 4), as palavras-chave listadas no protocolo servem basicamente para hierarquizar os estudos, pois o *software* StArt compara a lista com as palavras-chave dos textos selecionados. Quanto mais repetições, maior o *score* do texto, e assim maior é a probabilidade de que estes sejam os esperados pelo revisor (OCTAVIANO et al., 2015). O critério para definição das fontes e os parâmetros sobre os métodos de pesquisa nessas fontes também são indicados de maneira clara no protocolo para permitir crítica, replicação e atualização (ver tópico 2.3 para justificativas). O critério de definição de línguas dos estudos selecionados é *ad hoc*, sendo somente as línguas nas quais o pesquisador poderá ler o texto na íntegra e extrair os dados/argumentos (no caso desta pesquisa, inglês, espanhol e português).

A escolha pelo tipo de estudo “artigos de pesquisa” se dá porque são os principais meios de comunicação científica na área de Ciência Política. Além disso, seria possível selecionar os tipos “livro” e “capítulo de livro”, material que também é indexado nas principais bases científicas, mas estes são de mais difícil acesso, e nem todos poderiam ser encontrados para leitura na íntegra. Outros tipos, como teses e dissertação, *papers* e

trabalhos apresentados em congressos geralmente resultam em artigos publicados em periódicos, o que faz da escolha de artigos a mais rentável.

A seleção inicial dos estudos, também chamada de triagem (*screening*), é feita a partir da leitura dos resumos, títulos e palavras-chave. Esse procedimento tem como função eliminar o excesso de resultados, que procedem da busca mecânica feita com uma *string* determinada na base bibliográfica, mas que são textos que não fazem sentido para a revisão, sendo de outros temas dado os objetivos e a questão definida no passo anterior da revisão. Há muitos outros critérios possíveis para seleção inicial de textos, tais como limitar a busca em periódicos específicos, ou periódicos com um determinado fator de impacto, pelo número de citações dos artigos, ou o *h-index* do autor, etc. Neste trabalho, o fundamental é o tema do artigo (institucionalização partidária). Estes itens serão retomados com mais detalhes na seção 2.3, sobre as estratégias e métodos de coleta.

Quadro 4. Definições operacionais da revisão sistemática da dissertação

<i>Palavras-chave</i>	<i>Institutionalization; party institutionalization; party; political parties; party theory.</i>
<i>Definição dos critérios para seleção das fontes</i>	Definir a principal base bibliográfica que indexa textos da área de Ciência Política
<i>Línguas dos estudos</i>	Inglês, espanhol e português
<i>Métodos de pesquisa nas fontes</i>	Coleta manual na(s) base(s) bibliográfica(s) definida(s), a partir de uma <i>string</i> de busca, e de filtros pré-definidos, que resulte no máximo de textos possíveis (<i>string</i> indicada na etapa de execução); Exportação dos metadados dos textos listados pelas bases no formato suportado pela ferramenta StArt;
<i>Fonte</i>	Scopus
<i>Definição de tipos de estudo</i>	Somente artigos de pesquisa (research articles)
<i>Seleção inicial dos estudos</i>	A partir dos títulos, palavras-chave e da leitura dos resumos (metadados exportados das bases bibliográficas)

Fonte: Elaboração do autor (2019)

A elegibilidade dos artigos (Quadro 5) para a revisão sistemática se dá a partir dos critérios de seleção, que dizem respeito à classificação dos documentos que compõem o universo encontrado na fonte, a partir da *string* busca. Assim, ao realizar a triagem, o estudo que se enquadra em algum dos critérios de inclusão será aceito, e segue-se para a

próxima etapa da revisão sistemática, que seria a leitura completa do trabalho (*full paper*), e posterior extração dos dados para síntese dos resultados. Já aqueles que não atendem aos critérios de inclusão, são rejeitados e indica-se o critério de exclusão (OCTAVIANO et al., 2015). Detalhar critérios de exclusão, e quantificá-los posteriormente, pode revelar informações importantes que ajudarão nas decisões de futuros revisores, tais como temas correlatos ou como o subcampo ou domínio científico se comporta, por exemplo. Os critérios de inclusão e exclusão utilizados na revisão sistemática do conceito de institucionalização partidária estão listados no Quadro 5.

Quadro 5. Elegibilidade dos estudos

<i>Critérios de seleção de estudos</i>	critérios de inclusão	<ul style="list-style-type: none"> <i>i) Estudo teórico sobre institucionalização partidária;</i> <i>ii) Estudo empírico sobre institucionalização partidária;</i> <i>iii) Estudo sobre partido, com ênfase em alguma dimensão da institucionalização partidária.</i>
	critérios de exclusão	<ul style="list-style-type: none"> <i>i) Estudo sobre institucionalização de sistema(s) partidário(s), sem ênfase em partidos políticos;</i> <i>ii) Estudo sobre outro objeto no qual o conceito de institucionalização partidária (ou de sistema partidário) é variável independente ou resultado;</i> <i>iii) Estudo sobre institucionalização de outros processos/instituições;</i> <i>iv) Estudos partidários em geral (que não tratam do conceito de institucionalização partidária);</i> <i>v) Estudos de outras áreas.</i>

Fonte: Elaboração do autor (2019)

Por fim, o formulário de extração de dados (Quadro 6) segue a lógica de um fichamento protocolar, técnica também bastante disseminada em outras áreas¹⁸. Um protocolo de fichamento bastante utilizado na área da saúde, principal referência do método utilizado nesta dissertação, é o *PRISMA P*, que tem como objetivo ajudar os pesquisadores no aprimoramento na condução de seus relatórios de revisão sistemática, através de diretrizes de orientação de informações (MOHER e SHAMSEER, 2015). É claro que considerando objetos de pesquisa tão diferentes entre as áreas, uma adaptação de fichamento protocolar ainda precisa de muito tempo e aprimoramento para que se chegue num nível de objetividade similar a outras áreas mais aplicadas.

¹⁸ Ver Campbell Collaboration (<https://campbellcollaboration.org/>), para políticas públicas, ou Cochrane Collaboration (<https://www.cochrane.org/>) para a área de saúde

Na ferramenta StArt, é possível criar um formulário que guiará a extração dos dados dos textos selecionados ao final da triagem, em três tipos: dados como texto, dados como lista (de uma escolha), dados como lista múltipla (que permite selecionar vários itens). O formulário deste estudo segue apresentado no Quadro 6.

Quadro 6. Formulário para extração de dados dos artigos selecionados no corpus do estudo

<i>Elemento a ser extraído</i>	<i>Tipo</i>	<i>Detalhamento</i>
<i>Problema de pesquisa/objetivos do estudo</i>	[texto]	-
<i>Objeto</i>	[texto]	-
<i>Métodos e técnicas</i>	[texto]	-
<i>Tipo de estudo</i>	[lista]	i) <i>Large N</i> ; ii) <i>Small N</i> ; iii) Estudo de caso; iv) Estudo teórico.
<i>Como o texto conceitua institucionalização partidária?</i>	[texto]	-
<i>O texto enfatiza quais itens?</i>	[lista múltipla]	i) Partido(s); ii) Sistema partidário; iii) Teoria; iv) Método; v) História política.
<i>O artigo é predominantemente:</i>	[lista]	Quantitativo ou Qualitativo
<i>Proposta de mensuração</i>	[texto]	-
<i>Listar critérios ou variáveis utilizadas para a mensuração do conceito de institucionalização partidária</i>	[texto]	-
<i>Listar indicadores empíricos para a mensuração do conceito de institucionalização partidária</i>	[texto]	-
<i>Principais resultados</i>	[texto]	-

Fonte: Elaboração do autor (2019)

2.3. MATERIAIS: ESTRATÉGIAS E MÉTODOS DE COLETA

A pesquisa foi feita com base na coleta de artigos científicos indexados na base de dados da *Elsevier Scopus*. A escolha da base *Scopus* se deu pelo fato de ser uma das principais bases científicas que indexa textos da área de Ciência Política. Se comparada com a *Web of Science*, a base com maior prestígio, com revistas de maior fator de impacto,

a *Scopus* apresenta um número maior de periódicos, informações de trabalhos, resumos e citações (ABRIZAH et al., 2013; HARZING; ALAKANGAS, 2016). Como a intenção da pesquisa era obter o maior número possível de artigos sobre o conceito de institucionalização partidária, importados de uma mesma base, a escolha se deu pela base *Scopus*. A necessidade de que os dados fossem coletados de uma única fonte reside na impossibilidade de juntas bases diferentes no software utilizado para as análises bibliométricas (VOSviewer). A construção das redes necessita que os metadados dos documentos estejam padronizados, então não foi possível a junção de duas coletas de bases diferentes.

A busca nas bases científicas utiliza o método *booleano*, que consiste em juntar os termos com o auxílio de operadores lógicos (AND; OR; NO). Esses operadores auxiliam e otimizam os resultados de busca nas bases a partir da combinação de palavras-chave ou expressões que correspondam ao tema selecionado para pesquisa. Testes de refinamento das chaves de busca foram feitos inúmeras vezes, no intuito de maximizar o universo resultante da coleta, a fim de não deixar nenhum trabalho relevante de fora. Corpus muito grandes são quase impossíveis de manusear, já muito pequenos podem culminar na perda de elementos importantes da revisão, é preciso estar atento ao resultado.

Surpreendentemente, a *string* de busca definida ao final dos testes foi a mais sintética possível, sendo utilizados como chaves os termos “institucionalização”, somada aos termos “partido” ou “partidos”. A busca se deu por títulos, resumos e palavras chaves dos textos, no campo de pesquisa da *Scopus*.

> TITLE-ABS-KEY ("*institutionalization*" AND ("*party*" OR "*parties*"))

A suposição era de que a partir da chave “*institutionalization*”, acrescidos “*party*” ou “*parties*”¹⁹, fossem evitados como resultados a importação dos muitos textos que tratem do conceito de institucionalização de forma mais ampla, com o sentido sociológico do termo. O refinamento da *string* de busca é um processo de tentativa e erro, sempre em busca do resultado ótimo. Exemplos de outras tentativas feitas, a busca direta pelo termo “*party institutionalization*”, reduz em muito os resultados, mas deixava textos relevantes de fora²⁰. Da mesma maneira, a busca com mais termos como “*index*”, “*degree*”, “*level*”

¹⁹ Uma busca realizada apenas com o termo “*institutionalization*” resulta em mais de 22.000 documentos (pesquisa realizada pelo autor em 16 de junho de 2018, atualizada em 03 de abril de 2019).

²⁰ O resultado desta busca totalizou em 98 documentos.

e “*measure*”²¹, pensando especificamente em trabalhos sobre mensuração do conceito, também reduzia o resultado, mas analisando detidamente o banco, mais uma vez textos relevantes não estavam entre os resultados. Esse processo de tentativa e erro, análise prévia do resultado obtido antes de concluir a etapa inicial de busca mostra que nem sempre filtrar para o máximo do específico será o melhor resultado, é preciso bom senso e conhecimento prévio da literatura.

Na impossibilidade de eliminar já no resultado inicial da busca trabalhos sobre outros processos sociais, que não os esperados, e também eliminar os textos que tratam sobre a institucionalização de sistemas de partidos (que geralmente vem com o termo “*party system institutionalization*”), optou-se por deixar que esse filtro fosse aplicado no momento da triagem, como critério de exclusão.

Assim, essa busca pelos termos “*institutionalization*” AND (“*party*” OR “*parties*”) resultou em 918 documentos²². Ainda dentro da base *Scopus*, alguns filtros foram selecionados para aprimorar os resultados. No caso desta pesquisa, foram utilizados os seguintes filtros:

- a) Área: Ciências Sociais. O filtro 1 se refere a área de indexação dos textos, neste caso foram selecionados apenas os textos classificados como da área de “Ciências Sociais”;
- b) Tipo: somente artigos. O filtro 2 se refere ao tipo de documento, a seleção foi limitada a artigos, conforme explicitado na seção 2.2 sobre o protocolo de revisão sistemática;
- c) Línguas: inglês, espanhol, português. O filtro 3 separa os documentos pela língua utilizada nos textos; limitamos os estudos ao inglês, espanhol e português, escolha também explicitada nas explicações sobre o protocolo de revisão.

Após a aplicação desses parâmetros, o N total de resultados foi de 496 documentos, importados no formato Bibtex, suportado pela ferramenta StArt, e no formato .csv, para

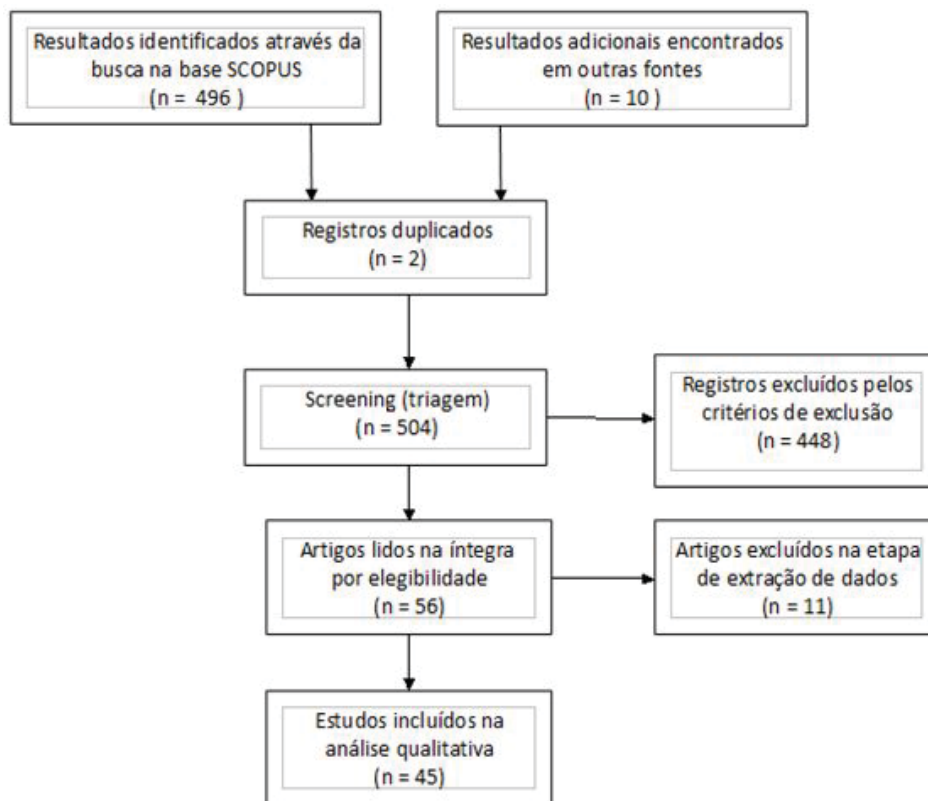
²¹ String de busca: (“*institutionalization*” AND (“*party*” OR “*parties*”) AND (“*index*” OR “*degree*” OR “*level*” OR “*measur**”), totalizou em 312 documentos

²² A busca com as mesmas chaves no site *Google Acadêmico* resulta em 192.000 itens, sem um método eficaz para importação dos metadados completos dos documentos (além do título, resumo, palavras-chave, são necessárias também referências, citações, etc.)

rodar os testes bibliométricos no software VOSviewer. Além da busca mecânica na base *Scopus*, foram acrescentados manualmente dez textos, considerando o conhecimento perito sobre o tema, procedimento previsto pela técnica. Esses textos foram coletados de outras fontes, considerando os critérios de busca (*string*), e de inclusão, ou seja, textos teóricos, análises empíricas, e que apresentem propostas de mensuração e índices de institucionalização partidária. Buscou-se incluir textos que apresentassem também outra perspectiva para institucionalização partidária, com uma abordagem sociológica, por exemplo (ALENDA 2014; GOIRAND, 2014).

Abaixo segue o fluxograma da pesquisa, utilizando os dados explicados nos parágrafos anteriores.

Figura 2: modelo do fluxo de seleção da literatura



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em PRISMA 2009 flow diagram²³.

O processo de *screening* (triagem), que consiste na leitura dos resumos e classificação dos textos a partir dos critérios de inclusão e exclusão, definidos no

²³ Moher D, Liberati A, Tetzlaff J, Altman DG, The PRISMA Group (2009). Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. *PLoS Med* 6(7): e1000097. doi:10.1371/journal.pmed1000097. Mais informações sobre fluxogramas: www.prisma-statement.org.

protocolo de revisão sistemática, exclui 448 documentos²⁴. Assim, os artigos que cumpriram os critérios de elegibilidade seguem para uma segunda etapa de análise, para leitura na íntegra (*full paper*) e extração de dados. Conforme alerta Octaviano et al. (2015), na etapa de extração de dados, o pesquisador ainda tem a autonomia para eliminar estudos, uma vez que o conteúdo do documento pode não refletir o enunciado nos resumos. Na etapa de extração foram excluídos mais 11 textos²⁵, obtendo assim, um N final de 45 textos na revisão sistemática²⁶.

2.4. ESTRATÉGIAS E MÉTODOS DE ANÁLISE

As estratégias e métodos para análise dos dados textuais e metadados se darão em duas frentes, sendo a primeira a sumarização dos dados extraídos na revisão sistemática. Para a segunda, serão utilizados os metadados dos textos selecionados para as análises bibliométricas, mais especificamente o conjunto de referências bibliográficas dos documentos. Os textos serão agrupados a partir das abordagens, categorizando-se e aproximando cada conjunto de dados extraídos durante o fichamento protocolar: problemas de pesquisa, objetos dos estudos, métodos e técnicas utilizadas e principais grupos de resultados.

As análises bibliométricas deste estudo, cocitação e acoplamento bibliográfico, abordam especificamente as referências e citações dos textos científicos. Cocitação e acoplamento bibliográfico são dois dos principais métodos de análise relacional de textos científicos, capazes de identificar padrões estruturais de um campo/domínio científico (WALSH; RENAUD, 2017).

O aprimoramento da tecnologia e dos sistemas informacionais, das técnicas de busca por trabalhos indexados nas bases científicas e plataformas digitais são fatores que

²⁴ Muitos estudos eram sobre temas como: migração partidária, integração regional, regime militar, sindicalismo, orçamento participativo, padrão de voto, estudos sobre constituições, volatilidade eleitoral, reeleição, profissionalização política, mulheres na política, violência na política, programas sociais, disputa interna de lideranças, produção legislativa, BRICS, primárias, padrões de interação entre partidos, política na internet, movimento social e carreiras legislativas. Detalhamentos sobre as frequências de critérios de exclusão mobilizados serão discutidas no capítulo de análise dos resultados.

²⁵ Importante destacar que dessas exclusões na etapa *full paper*, um dos textos era do grupo de inclusões manuais (WILKINSON, 2015), que acabou por se mostrar como “falso positivo”. Considerando título, resumo e introdução, o texto se referia a “desinstitucionalização” partidária, porém quando iniciada a etapa de extração dos dados, percebeu-se que o estudo era sobre institucionalização de sistema partidário, sendo este um dos critérios de exclusão de estudos. Assim, nos capítulos de análise dos dados e resultados temos o conjunto final de textos elegidos, dos quais nove são por inclusão manual.

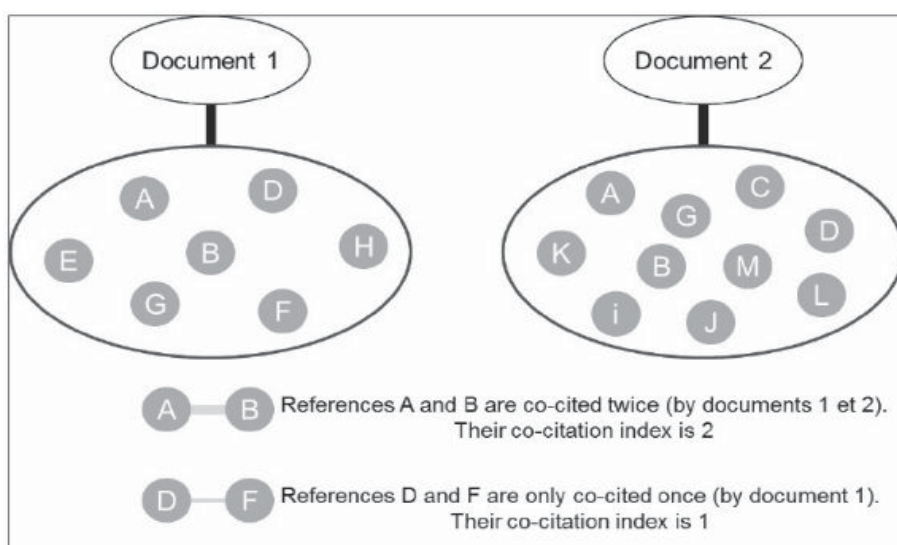
²⁶ A lista de final de textos elegíveis para a revisão (n=45) pode ser conferida no Anexo I

ajudam a demonstrar o volume de publicações em periódicos e seu aumento exponencial, permitindo aos pesquisadores novas formas de se aprofundar num determinado campo científico. Uma abordagem bibliométrica consiste na possibilidade de se aplicar métodos matemáticos ou estatísticos para se medir a atividade científica, seja a partir de palavras do texto, palavras-chave, padrões de autoria e coautoria, padrões de citações, filiação institucional, enfim, uma infinidade de dados que podem ser retirados dos documentos científicos, antes mesmo de entrar no mérito do conteúdo propriamente dito de cada texto. Pode-se dizer que “o princípio da bibliometria constitui em analisar a atividade científica ou técnica pelos estudos quantitativos das publicações” (SILVA et al., 2011).

Grácio (2016, p. 83) afirma que “o registro da lista de referências em um trabalho científico reflete o diálogo estabelecido pelo pesquisador com seus pares, bem como o processo de construção do seu conhecimento”. A quantificação e análise dessas listas de referências, permite a criação de redes a partir de suas ligações, e a citação passa a ser tomada como um indicador objetivo. No caso das análises escolhidas para este trabalho, cocitação e acoplamento bibliográfico, a citação é um indicador relacional, permitindo uma análise de elementos segundo suas medidas de “distanciamento” ou “proximidade”, o que pode indicar as diferenças ou similitudes entre os elementos.

A análise de cocitação indica quantas vezes os mesmos trabalhos são citados concomitantemente por outros trabalhos, ou, “a citação conjunta de dois artigos em uma literatura posterior” (GRÁCIO, 2016, p. 88). Quanto mais vezes citados juntos, maior a conexão entre esses dois trabalhos (graficamente na Figura 3).

Figura 3: Representação gráfica de uma análise de cocitação de referências

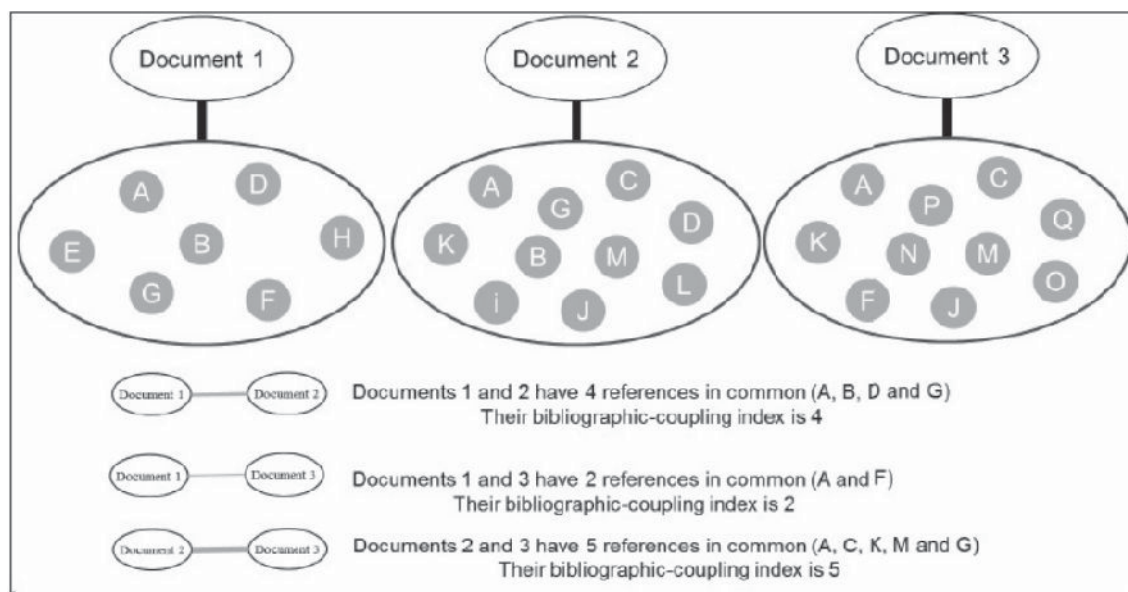


Fonte: Walsh e Renaud (2017)

De acordo com Walsh e Renaud (2017, p. 4), “quanto mais duas unidades são cocitadas, mais próximas elas estão dentro da mesma escola de pensamento [...] às vezes se apoiando, às vezes se contradizendo”. Esse tipo de análise permite encontrar as relações estruturais de conectividade, proximidades temáticas e distanciamento, evidenciando assim qual é a estrutura de conhecimento de um campo científico ou determinada área, segundo a compreensão dos autores, estudiosos e pesquisadores citantes.

O acoplamento bibliográfico mede a relação entre dois artigos com base no número de referências em comum citadas pelos dois artigos (GRÁCIO, 2016, p. 84). Se dois artigos citam um terceiro trabalho, cria-se uma relação definitiva entre eles. Quanto mais referências idênticas são citadas por dois artigos, maior é a força de relação entre eles. Supõe-se, assim, que apresentam semelhanças teóricas ou metodológicas, podendo então ser agrupados por essa proximidade.

Figura 4: Representação gráfica da análise de acoplamento bibliográfico



Fonte: Walsh e Renaud (2017)

Cabe ressaltar, conforme indicado nas representações gráficas dessas duas técnicas (Figuras 3 e 4), que a análise de cocitação relaciona os textos referenciados, ligando-os entre si, enquanto a análise de acoplamento bibliográfico relaciona os documentos citantes. São duas análises diferentes, pois, enquanto o acoplamento bibliográfico pode ser considerado definitivo, uma vez que a lista de referências indicadas

pelos documentos não se alterarão depois da publicação, a cocitação pode variar no tempo, visto que textos que serão publicados no futuro poderão referenciar os mesmos itens, aumentando a força de ligação entre eles.

Importante alertar sobre a importância da análise por *clusters*, pois pode ocorrer a seguinte situação: ao selecionar apenas dois trabalhos dentre os mais citados, estes podem estar em *clusters* diferentes, talvez até opostos, ou nunca citados em conjunto (zero ligações). Um estudo aprofundado do campo científico precisa identificar esse tipo de distanciamento, e a razão pela qual ele se apresenta dessa maneira, se por oposição de abordagens ou objetivos, ou pelo emprego de métodos diferentes, dentre outras possibilidades. Os mapas criados pelo *software* VOSviewer permitem a visualização das redes das análises de cocitação e acoplamento bibliográfico, uma forma mais objetiva e científica de aproximar os textos do conjunto selecionado.

3. ANÁLISE DOS DADOS INICIAIS DA REVISÃO SISTEMÁTICA E BIBLIOMETRIA

Neste capítulo, são apresentadas análises dos dados iniciais da revisão sistemática. Primeiramente, traçamos orientações sobre a triagem dos estudos, apresentando a categorização, bem como informações sobre inclusões e exclusões de documentos. Em seguida, apresentamos as análises bibliométricas, acoplamento bibliográfico e cocitação, que consistem em redes de documentos e autores, construídas com os metadados disponíveis na base bibliográfica Scopus da Elsevier, através do Software VOSviewer. Estes são dados²⁷ obtidos antes da conclusão da revisão sistemática, momento no qual se realiza a categorização do conteúdo propriamente dito dos artigos, mas que já nos revelam achados importantes. O terceiro subtópico apresenta a cobertura dos estudos analisados, suas unidades de análise, quantificação e periodização.

3.1. O SUBDOMÍNIO CIENTÍFICO DE ESTUDOS SOBRE INSTITUCIONALIZAÇÃO

Antes de entrar nos dados extraídos dos textos elegidos, o processo como um todo da revisão sistemática nos permite tirar algumas conclusões sobre o comportamento desse subdomínio científico. É preciso recordar que a busca mecânica por artigos indexados na base *Scopus*, com os termos “institucionalização” e “partidos”, rendeu um total de 496 documentos, sendo somados a estes inclusão manual de 10 textos. O total de exclusão se refere tanto aos 448 textos excluídos na etapa da triagem, quanto aos 11 excluídos na etapa de extração (conforme pode ser visto no fluxograma, na p.40), totalizando em 459 textos rejeitados. A partir das definições estipuladas para elegibilidade dos estudos, podemos apresentar os dados por categoria de estudos rejeitados, conforme Tabela 1.

²⁷ Disponibilizamos o empacotamento dos dados obtidos na pesquisa pelo link: https://figshare.com/projects/O_CONCEITO_DE_INSTITUCIONALIZA_O_PARTID_RIA_AN_LISE_SISTEM_TICA_DA_LITERATURA/67571. Os bancos de dados utilizados na dissertação estão disponibilizados na íntegra, bem como roteiro com explicações.

Tabela 1: Frequência de textos por critérios de exclusão

	Frequência	%	% válido
Estudos sobre institucionalização de outros processos/instituições políticas	176	34,8	38,3
Estudo de outro objeto no qual o conceito de institucionalização partidária (ou de sistema partidário) é apontado como variável independente ou resultado	95	18,8	20,7
Estudos de outras áreas	81	16,0	17,6
Estudo sobre institucionalização de sistema(s) partidário(s)	71	14,0	15,5
Estudos partidários em geral (que não tratam sobre institucionalização partidária)	36	7,1	7,8
Total	459	90,7	100,0
Não categorizados (ausentes)	47	9,3	
TOTAL	506	100,0	

Fonte: o autor, 2019. Dados da revisão sistemática, rodados no SPSS

A maior proporção de documentos rejeitados, quase 40%, deu-se na categoria de estudos sobre institucionalização de outros processos ou outras instituições. Incluem-se aqui, para citar alguns exemplos, estudos sobre institucionalização de processos políticos no âmbito das Nações Unidas²⁸, institucionalização da Câmara dos Deputados no Brasil²⁹, e instituições desse gênero, além de muitos estudos sobre a política chinesa e Partido Comunista da China, que apresentam análises da institucionalização da transição ou sucessão de lideranças³⁰, locais ou regionais³¹, ou sobre implementação de políticas específicas, como política anticorrupção³², dentre outros assuntos específicos.

Como segundo maior grupo, estão os textos categorizados como estudos de outros objetos, que tendem a ser explicados a partir de uma possível institucionalização política,

²⁸ Oksamytna, K. (2018). Policy Entrepreneurship by International Bureaucracies: The Evolution of Public Information in UN Peacekeeping. *International Peacekeeping*, vol. 25, Issue 1, p. 79-104

²⁹ Braga, R.J.; Sathler, A.R.; Miranda, R.C.R. (2016). The institutionalisation of the Brazilian Chamber of Deputies. *Journal of Legislative Studies*, vol. 22, Issue 4, pp. 460-483.

³⁰ Wang, Z. (2006). Hu Jintao's power consolidation: Groups, institutions, and power balance in China's elite politics. *Issues and Studies*, 42(4), pp. 97-136.

³¹ Bo, Z. (2005). Political succession and elite politics in twenty-first century China: Toward a perspective of "power balancing". *Issues and Studies*, 41(1), pp. 162-189.

³² Cho, Y.N. (2001) Implementation of Anticorruption Policies in Reform-Era China: The Case of the 1993-97 "Anticorruption Struggle". *Issues and Studies*, 37(1), pp. 49-72.

ou que, uma vez presentes, colaborariam (ou dificultariam) o processo de institucionalização dos partidos. Para citar exemplos, os outros objetos desses estudos são: disciplina partidária³³, inclusão de cota de gênero³⁴, fenômenos que podem ser encontrados em partidos mais institucionalizados, ou também violência³⁵, migração partidária³⁶ e fusões partidárias³⁷, que atrapalham a institucionalização política e partidária dos países analisados.

Há também os estudos de outras áreas, e somente depois encontramos, dentre as categorias de exclusão, as pesquisas que se dedicam a institucionalização de sistemas partidários³⁸, que desde a introdução apontamos como um grupo que deve ser separado dos estudos de institucionalização dos partidos tomados individualmente, apesar das afinidades teóricas. Essa classificação foi feita a partir da leitura dos resumos, títulos e palavras-chave, durante a etapa de triagem. Os textos não categorizados indicados na Tabela 1 são referentes aos 45 textos elegidos e dois duplicados (conforme fluxograma, p. 41), que não são categorizados em critérios de exclusão.

Os estudos rejeitados desta revisão indicam outros subcampos que podem se aproximar dos estudos sobre institucionalização partidária. Dependendo do desenho de pesquisa, outros pesquisadores que se debruçam sobre o conceito aqui estudado podem ter o interesse em averiguar pontos-chave em relação a essas proximidades teóricas. Porém, isso extrapola o proposto nesta dissertação e a partir daqui, discorreremos somente sobre os estudos elegidos (os bancos podem ser conferidos na íntegra, ver nota 26, p. 46).

Da mesma maneira, é possível apresentar os números relativos aos critérios de inclusão definidos. Cabe ressaltar que estes critérios não foram desenhados para serem excludentes entre si. Assim, um texto elegível poder ser categorizado como atendendo a mais de um critério. Conforme indicado no protocolo, os textos seriam elegíveis caso fossem: a) estudos teóricos sobre institucionalização partidária; b) estudos empíricos sobre institucionalização partidária; e c) estudos sobre partidos com ênfase em dimensões

³³ Fernández-Albertos, J.; Lapuente, V. (2011). Doomed to disagree? party-voter discipline and policy gridlock under divided government. *Party Politics*, vol. 17, n.6, pp. 801-822.

³⁴ Tan, N. (2016). Gender reforms, electoral quotas, and women's political representation in Taiwan, South Korea, and Singapore. *Pacific Affairs*, 89(2), pp. 309-323.

³⁵ Wanyama, F.O.; Elklit, J. (2018). Electoral violence during party primaries in Kenya. *Democratization*, vol. 25, n. 6, pp. 1016-1032.

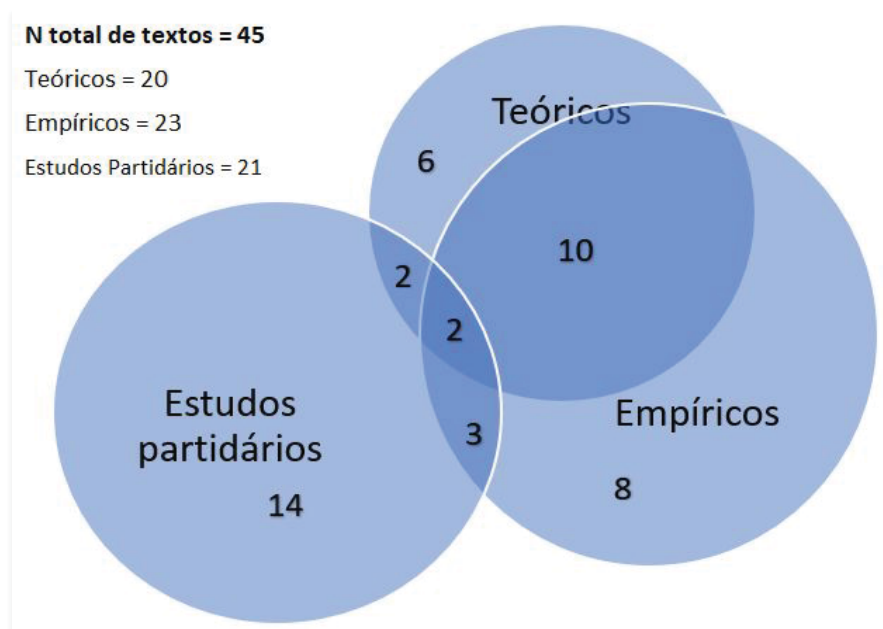
³⁶ Jiménez Badillo, M. (2018). Legislative party switching between government and opposition in Guatemala. *América Latina Hoy*, vol. 79, pp. 153-187.

³⁷ Bolleyer, N.; Ibenskas, R.; Keith, D. (2016). The survival and termination of party mergers in Europe. *European Journal of Political Research*, vol. 55, n. 3, pp. 642-659.

³⁸ MAINWARING, 1998; KUENZI e LAMBRIGHT, 2001; MAINWARING e TORCAL, 2005; DALTON e WELDON, 2007; LUNA, 2014; são alguns exemplos.

do conceito de institucionalização. A frequência de cada critério pode ser conferida graficamente, conforme Figura 5.

Figura 5: Textos de acordo com os critérios de inclusão (diagrama de Venn)



Fonte: O autor (2019), com base na revisão sistemática.

Nota-se que não há predominância de nenhuma das categorias, se tomadas individualmente. Porém em conjunto, constata-se que grande parte dos textos revisados são estudos sobre partidos, e que nesse contexto se utilizam do arcabouço teórico do conceito de institucionalização (N=14). A diferenciação da categoria de estudos partidários com os estudos empíricos se dá da seguinte maneira: os primeiros são sobre um ou mais partidos, neste caso geralmente um conjunto nacional (somando-se inclusive análises de sistemas partidários), mas no qual o objetivo do texto não chega a ser necessariamente apontar o nível de institucionalização, e sim buscar conclusões sobre o(s) partido(s) em si mesmo(s). Os estudos que são categorizados como teóricos e empíricos, apresentam uma estrutura na qual dedicam com muita ênfase, em grande parte do texto (às vezes mais da metade), apenas para discutir o conceito, ou as dimensões do conceito, problematização, características, para então, noutra parte, apresentar dados empíricos coletados (ou secundários) e concluir a análise conforme proposta. No entanto, nem todos os textos empíricos se detêm na teoria, partindo direto para o caso estudado e apresentando a conceituação da institucionalização em questão de dois ou três parágrafos. Os textos estritamente teóricos trazem argumentos sobre como é possível medir a

institucionalização partidária, além de apresentar modelos analíticos, propostas de ferramentas de mensuração, balanço teórico aprofundado e novas categorias.

3.2 ANÁLISES BIBLIOMÉTRICAS DE ACOPLAMENTO BIBLIOGRÁFICO E COCITAÇÃO

Os métodos cientométricos e bibliométricos permitem “conhecer as relações estruturais de conectividade teórico-metodológica de um domínio [científico], a proximidade, a vizinhança, a associação e a interlocução estabelecida entre documentos e pesquisadores, [...] como reconhecidos pela comunidade científica” (GRÁCIO, 2016, p.82). Podemos encontrar também “grupos de afinidade temática e ênfases metodológicas de uma determinada disciplina” (CODATO, 2018, p.3) ou área de estudos. No caso das técnicas de acoplamento bibliográfico e cocitação, a análise é baseada na relação entre o conjunto de referências utilizadas pelos autores em seus artigos, indicando quais são as influências para a realização daquela pesquisa.

A rede de cocitação nos permite refletir sobre a estrutura intelectual que constitui o domínio teórico de estudos sobre institucionalização partidária, apontando quem é o principal autor (ou autores) ou obra central, quais são as referências periféricas, e como estão conectadas entre si. Já o acoplamento bibliográfico fala de uma estrutura intelectual mais recente, ou emergente, como os textos se agrupam (ou se afastam), considerando as bases intelectuais que lhe dão sustentação. Assim, comparar as duas análises permite reflexões sobre o quanto as pesquisas posteriores refletem a riqueza de abordagens teóricas, de acordo com o que foi compreendido dos agrupamentos de referências.

É preciso ressaltar uma limitação do estudo. O banco de dados utilizado nestas análises se refere apenas a 36 documentos, oriundos da Scopus, que foram elegidos na revisão (ver Anexo I). Nesta análise não estão computados os textos inseridos manualmente, pois, diferentemente do StArt, o VOSviewer não permite mesclar mais de um banco numa mesma rede, utilizando os dados como organizados pela própria base selecionada durante a coleta. Todavia, eles são comparados posteriormente, de acordo com suas referências, indicando a consistência dos dados, pois permanecem presentes os principais textos. Na Tabela 2, é apresentada uma sumarização dos dados gerais do banco bibliométrico, como documentos e autores, referências e periódicos.

Tabela 2: Estatística descritiva do banco de dados dos artigos sobre institucionalização partidária selecionados na base Scopus

Número de documentos	36
Número de periódicos	24
Número de autores	52
Número de autores citados	1166
Número de referências citadas	1523

Fonte: O autor (2019), com base em dados da Scopus

Considerando as coautorias, nos 36 documentos analisados, encontramos um total de 52 autores. Dentre os periódicos, destaca-se a *Party Politics* como principal fonte, com sete artigos publicados, e depois a *West European Politics*, com quatro artigos publicados no conjunto³⁹. A lista de periódicos e demais informações, como total de citação e força de ligação pode ser conferida no Anexo 5. São mais de mil autores citados em mais de mil e quinhentas referências, considerando os autores que possuem mais de uma obra citada nos documentos (média de autores citados por documento é 32, média de referências é 42).

Iniciamos pela análise de acoplamento bibliográfico. A rede resultante pode ser conferida na figura 6. Os nós da rede se referem aos textos elegidos na revisão sistemática, e a clusterização aproxima esses textos a partir das suas listas de referências. Quanto mais referências idênticas são citadas em cada documento, maior é a força de ligação. Assim, podemos dizer que são textos que beberam da mesma fonte. A rede representa 31 documentos, referentes ao maior grupo de itens conectados (cinco documentos têm força de ligação igual a zero, indicando que não compartilham referências). Na Tabela 3, são indicados os textos de maior impacto e, conseqüentemente, com maior peso na rede.

³⁹ Os dois periódicos citados estão no primeiro quartil das suas respectivas áreas, de acordo com dados da Scopus. Isso indica “impacto, influência ou prestígio” (CODATO, 2018, p.5)

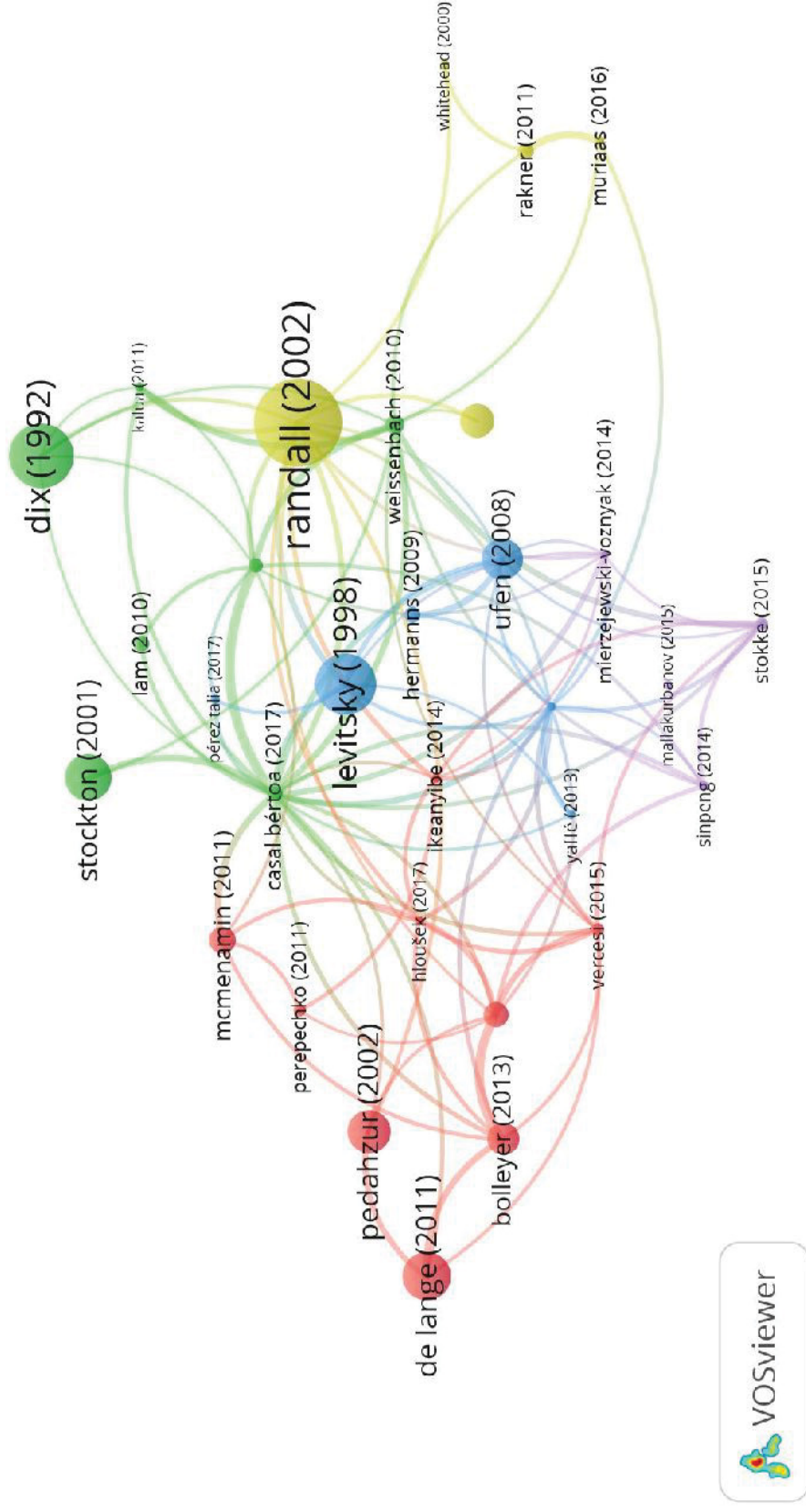





Figura 6: Visualização da rede de acoplamento bibliográfico a partir de 36 documentos da base Scopus.

Obs.: Todos os documentos foram incluídos, mesmo com 0 citações, porém a rede é composta de 31 documentos, maior grupo conectado. Total de 5 clusters, 331 ligações, força total de ligação 175.87. Informações de construção da rede: Counting method: fractional counting. Network visualization (normalization method): Association Strength. Layout: attraction = 2; repulsion = 0. Weights: citations. **Obs.: O Software apresenta como rótulo dos nós apenas o primeiro autor e ano**
Fonte: Autor (2019), com base em dados da Scopus

Tabela 3. Sumarização das informações sobre os documentos de maior impacto

<i>Autor / ano</i>	<i>Foco do estudo</i>	<i>Metodologia</i>	<i>O que foi analisado</i>	<i>Cluster</i>	<i>citações</i>	<i>ligações</i>	<i>força total de ligação</i>
1º Randall e Svásand (2002)	Retomam a teoria sobre institucionalização partidária e apresentam um modelo analítico com quatro dimensões, mais condizente com o cenário partidário atual. Apresentam suas argumentações com base em casos empíricos de países com democracia pouco desenvolvida (“terceiro mundo”).	Discussão qualitativa	“Terceiro Mundo”		173	25	22.00
2º Dix (1992)	Utilizando os critérios de clássicos de Huntington, apresenta uma proposta de mensuração da institucionalização partidária com índices, utilizando dados empíricos de 86 partidos de 18 países latino americanos. Estudo comparativo entre períodos multipartidários.	Mensuração / índice numérico / quantitativo	18 países da América Latina		94	15	4.00
3º Levitsky (1998)	Retoma a discussão teórica sobre institucionalização partidária e argumenta que as dimensões nem sempre caminham juntas, um partido pode ser institucionalizado numa dimensão e não em outra. Apresenta o caráter informal da institucionalização, a partir do caso empírico do Partido Justicialista (Peronista) da Argentina.	Discussão qualitativa	Partido Justicialista. Argentina		86	24	12.00
4º Harmel e Svásand (1993)*1	A partir das teorias de desenvolvimento partidário e liderança, apresentam um modelo analítico com três fases da institucionalização partidária, bem como os papéis e habilidades necessárias aos líderes em cada uma das etapas. Após, discutem a validade do modelo a partir de dois casos empíricos de partidos nórdicos.	Modelo analítico / discussão qualitativa	2 partidos. Dinamarca e Noruega	(sem cluster)	68	0.0	0.00
5º De Lange, S. L.: Art (2011)	O texto argumenta que partidos radicais de direita podem ter sucesso, desde que consigam se institucionalizar rapidamente. Para isso, é necessário considerar características como força de liderança, recrutamento e socialização política. Argumenta com base em um caso de colapso e um caso de sucesso (ou sobrevivência partidária)	Análise qualitativa	2 partidos holandeses		53	8	8.00

cont. tabela 3

6	Stockton (2001)	O texto analisa a institucionalização dos partidos, a partir da proposta de Dix (1992), e o do sistema partidário, a partir de Mainwaring e Scully (1995), de dois países asiáticos que passaram por transição, Coreia do Sul e Taiwan. Compara os resultados com dados dos países da América Latina	Mensuração / índice numérico / quantitativo	Partidos de Coreia do Sul e Taiwan	49	21	7.00
7	Pedahzur e Brichta (2002)	O trabalho analisa o caso de institucionalização de partidos de extrema-direita carismáticos, utilizando o modelo analítico de três fases de institucionalização (Harmel e Svasand, 1993), e propõe um modelo de institucionalização de partidos carismáticos puros, aplicando em dois casos.	Discussão qualitativa (dados quantitativos)	2 partidos. França e Áustria	44	20	8.00
8	Ufen (2008)	Analisa/compara o nível de institucionalização de três países asiáticos, Indonésia, Filipinas e Tailândia, considerando a teoria de Maiwaring e Torcal (2006) para os sistemas partidários, e de Levitsky (1998) para os partidos. Vincula a análise a argumentos sobre consolidação democrática.	Discussão qualitativa	Indonésia, Filipina e Tailândia (30 partidos)	38	25	13.00
9	Lewis (1994)	Analisa a formação e institucionalização dos partidos da Polónia pós-comunista, com dados coletados a partir da transição democrática e início da disputa multipartidária.	Discussão qualitativa	Polónia (13 partidos)	26	17	4.67
10	Bolleyer e Bytzek (2013)	O estudo analisa a entrada de novos partidos em democracias consolidadas (num total de 120 partidos em 17 países), distinguindo característica que facilitam ou dificultam a institucionalização dos partidos, e consequente permanência dos mesmos na arena eleitoral.	Quantitativo (Regressão logística)	Estudo agregado (17 países)	24	27	17.00

Fonte: O autor (2019) com dados da Scopus

*! : O documento em questão foi suprimido da rede, por não ter ligação com o grupo principal – por isso sem cluster.

Analisando a rede de acoplamento bibliográfico e a Tabela 3 de sumarização dos dados, constatamos que o documento com maior impacto é o trabalho de Randall e Svasand (2002), pertencente ao cluster amarelo, e por isso considerado o mais importante sobre o tema. Esse cluster é composto, além dos dois documentos já indicados na Tabela 3, por mais três textos que tendem a se afastar do conjunto principal. Isso se dá por se tratar de estudos sobre o contexto partidário africano⁴⁰ e conter referências específicas para tal discussão. Assim, o conjunto apresenta um estudo sobre o “terceiro mundo”, uma análise sobre formação de partidos poloneses pós-comunistas (LEWIS, 1994), e três sobre o contexto africano, definindo-se assim como um conjunto de textos que tratam sobre institucionalização partidária em contexto de transição democrática.

Percebemos também que o cluster vermelho, representado por De Lange e Art (2011), se afasta do cluster amarelo contrapondo seu peso na rede (se considerado a soma dos pesos individuais dos nós). Esse cluster concentra estudos sobre partidos europeus (e quando não europeus, predominantemente europeus⁴¹), sendo oito textos dos nove que compõe o cluster. Considerando então divisões por região, o cluster azul, por sua vez, concentra quatro dos cinco estudos do conjunto sobre partidos latino-americanos⁴², excetuando-se apenas o trabalho de Dix (1992). Este estudo, é o mais representativo do cluster verde, e segundo de maior impacto no conjunto. O cluster verde é mais heterogêneo, tal como o cluster roxo, menor e periférico, denotando menos importância (não tendo representação na lista de mais citados).

Se analisarmos as aproximações apresentadas na rede, considerando a abordagem metodológica dos documentos, temos que os clusters amarelo e roxo apresentam todos os itens como análises predominantemente qualitativas. Porém não há divisão clara nos demais clusters, indicando que a aproximação teórica precede a metodológica, quando nos referimos a institucionalização partidária.

Cabe ressaltar também que o estudo de Harmel e Svasand (1993) está entre os mais citados do conjunto, porém não tem nenhuma ligação na rede de acoplamento

⁴⁰ Whitehead, 2010; Rakner, 2011; Muriaas et al., 2016.

⁴¹ Arter e Kestila-Kekkonen (2014), De Lange e Art (2011), Hlousek e Kopeček (2017), Mcmenamin e Gwiazda (2011), Pedahzur e Brichta (2002), Vercesi (2015), estudos sobre partidos europeus; Bolleyer e Bytzek (2013) analisam 17 democracias estáveis, a maioria europeia, e Perepechko et al. (2011) analisam partidos russos; A exceção é Ikeaniybe (2014), que estuda partidos africanos.

⁴² Bolleyer e Ruth (2018), Levitisky (1998), Perez Talia (2017), Yaffé (2013). Os outros textos do cluster azul são sobre o contexto partidário asiático, Hermanns (2009) e Ufen (2008).

bibliográfico, e por isso foi suprimido pelo VOSviewer. Dados completos sobre a rede, com total de ligações e força de ligação de cada nó, pode ser encontrado no Anexo VI.

Passamos agora para as análises de cocitação, da qual podemos inferir “a base intelectual, [...] identificando grupos de referências que são centrais/seminais no campo de pesquisa” (WALSH; RENAUD, 2017, p.22). Nessa análise, obras e autores cocitados mais vezes são considerados próximos “na percepção dos autores citantes [...], seja por similaridade ou contraposição de ideias, por complementaridade teórico-metodológica ou compartilhamento metodológico” (GRÁCIO, 2016, p.91). A partir dos dados coletados, foi possível gerar duas redes, uma considerando as obras citadas (documentos) e outra com os autores. É interessante comparar esses dois resultados, devido a algumas nuances que diferenciam as redes. Os mapas podem ser conferidos nas Figuras 7 e 8. Apresentamos também a Tabela 4, com a sumarização dos dados dos oito documentos com maior peso na rede⁴³. Dados completos, como descrição de cada nó e clusterização, tipo, citações e força total de ligações, podem ser encontrados no Anexo VII.

Analisando a rede de cocitação de documentos (Figura 7) e a Tabela 4, com a sumarização das informações, podemos apontar o cluster vermelho como o mais importante da rede, uma vez que cinco das oito referências mais citadas estão entre eles. Inclui-se nessa a obra de Panebianco (1988), tida como a mais importante. Esse cluster ainda conta com estudos que vão desde clássicos da teoria partidária, como Duverger (1964)⁴⁴ e Kirchheimer (1966)⁴⁵, até obras mais recentes como Hicken e Kuhonta (2011) e Mainwaring e Zoco (2007).

Podemos afirmar que as obras indicadas na Tabela 4 são as principais referências para a discussão do conceito de institucionalização partidária, e já discorreremos rapidamente sobre cada uma na Introdução. Apenas a obra de Sartori (1976) não fala sobre institucionalização, mas se trata de trabalho seminal dos estudos sobre partidos e sistemas partidários. O trabalho de Mainwaring e Scully (1995) é referência sobre institucionalização de sistemas partidários e surge entre a lista dos principais, uma vez que vários dos artigos abordam análises sobre ambas dimensões, partidos e sistemas.

⁴³ A partir do 9º da lista, são vários os documentos com o mesmo número de citação no conjunto, o que dificultaria a visualização. Por isso, apresentamos aqui apenas os oito mais citados, e os demais dados podem ser conferidos no Anexo VII.

⁴⁴ Duverger, M., (1964) *Political parties: their organization and activity in the modern state*, London: Methuen.

⁴⁵ Kirchheimer, O., (1966) *The transformation of the western european party system*. In: La Palombara, J.; Weiner, M., *Political parties and political development*, pp. 177-200, Princeton, NY: Princeton University press.

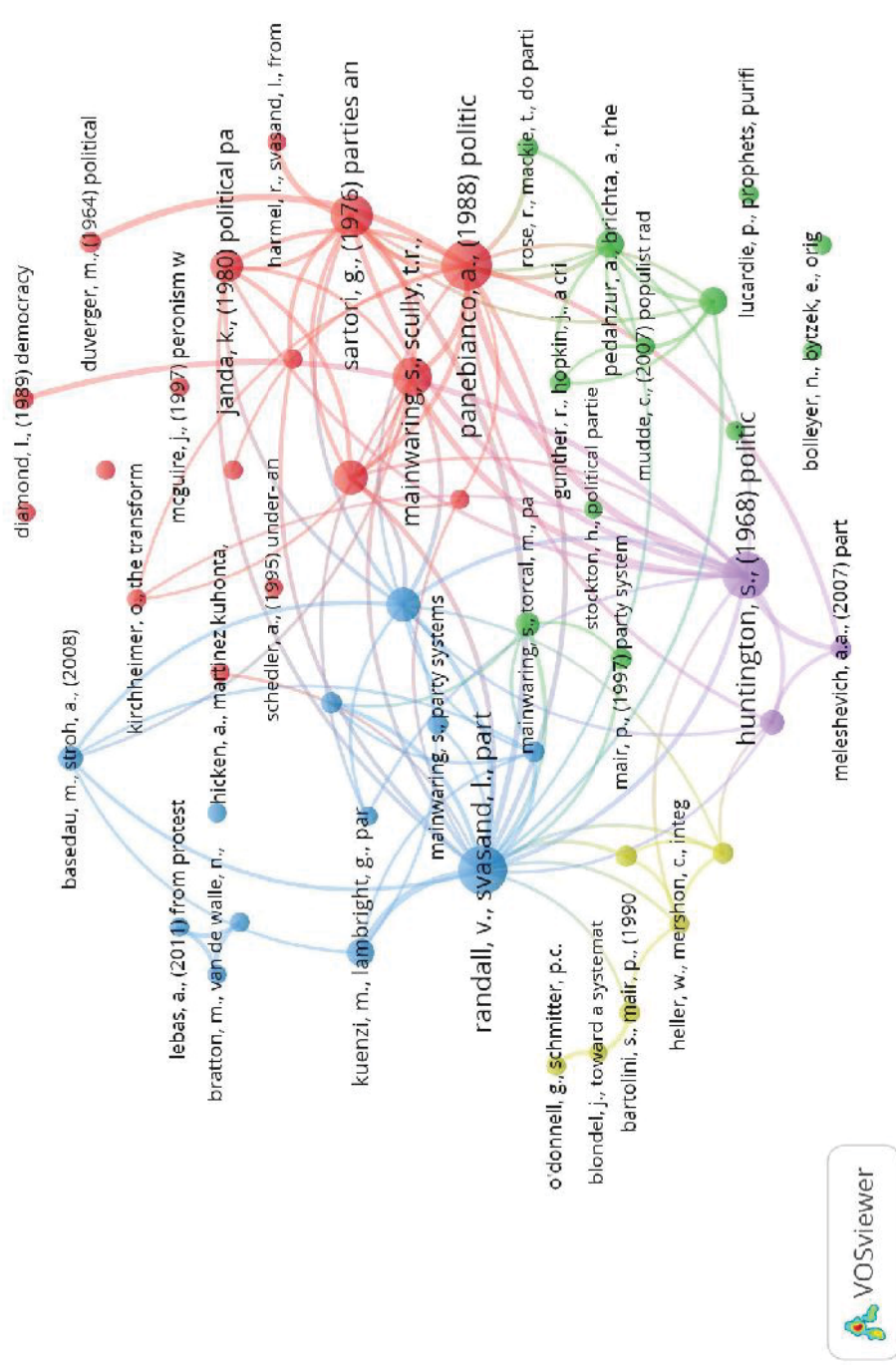










Figura 7: Visualização da rede de cocitação de documentos, a partir de 50 referências citadas no conjunto de documentos da base Scopus.

Obs.: Incluídas na rede as referências como no mínimo 3 citações (excluídas duas referências não identificáveis). Total de 5 clusters, 679 ligações, força total de ligação 128.53. Informações de construção da rede: Counting method: fractional counting. Network visualization (normalization method): Association Strength. Layout: attraction = 0; repulsion = -2. Weights: citations. **Obs.: O Software apresenta como rótulo os 30 primeiros caracteres da referência, conforme a mesma aparece no banco.**

Fonte: Autor (2019), com base em dados da Scopus

Tabela 4: Sumarização das informações sobre as principais obras de referência

<i>Referência citada</i>	<i>Tipo</i>	<i>Cluster</i>	<i>Citações</i>	<i>Força total de ligação</i>
1 Panebianco, A., (1988), Political parties: organization and power. cambridge: cambridge university press	Livro		20	17.83
2 Randall, V., Svasand, L. (2002), Party institutionalization in new democracies. Party Politics, 8 (1), pp. 5-29	Artigo		19	19.00
3 Huntington, S., (1968), Political order in changing societies, New Haven, Vale University Press	Livro		18	16.00
4 Sartori, G., (1976), Parties and party systems, Cambridge: Cambridge University Press	Livro		14	14.00
5 Mainwaring, S., Scully, T., (1995), Building democratic institutions: party systems in latin america, Stanford, CA: Stanford University Press	Livro		12	12.00
6 Dix, R., (1992), Democratization and the institutionalization of latin american political parties, Comparative political studies, 24 (4), pp. 488-511	Artigo		10	10.00
7 Levitsky, S., (1998), Institutionalization and peronism: the concept, the case and the case for unpacking the concept, Party Politics, 4 (1), pp. 77-92	Artigo		10	10.00
8 Janda, K., (1980) Political Parties: a cross national survey, New York, NY: Free Press	Livro		9	9.00

Fonte: O autor (2019) com dados da Scopus

A respeito de estudos sobre institucionalização de sistemas partidários, temos que os trabalhos de Scott Mainwaring e associados⁴⁶ aparecem com pelo menos uma obra em quase todos os clusters (com exceção do cluster roxo). Além destes, podemos apontar inúmeras outras obras de referência na rede⁴⁷, confirmando a afinidade teórica como inquestionável.

O cluster azul é representado pelo trabalho de Randall e Svasand (2002), o segundo mais referenciado no conjunto. Nesse cluster encontramos as obras de Basedau e Stroh (2008) e Dix (1992), que são trabalhos que apresentam índices de institucionalização partidária, a partir de uma abordagem multidimensional como a proposta por aquele trabalho. O cluster verde, apesar de periférico e menos importante no conjunto de referências (assim como os clusters amarelo e roxo), é o que concentra mais textos elegidos na revisão sistemática, um total de seis⁴⁸, dentre os quais estão os trabalhos mais recentes da rede, demonstrando que a continuidade no debate sobre o conceito de institucionalização partidária se pauta também em trabalhos contemporâneos. Huntington (1968), a terceira referência mais citada no conjunto, centraliza o cluster roxo, também periférico. Mais uma vez, os dados completos podem ser conferidos no Anexo VII.

A segunda rede de cocitação (que pode ser conferida na Figura 8, p.59) considera os autores mais referenciados no conjunto de textos elegidos, agregando assim aqueles que possuem mais obras citadas. Nessa rede, a centralidade passa a ser Scott Mainwaring (cluster vermelho), ultrapassando Panebianco. Isso se deve ao fato do grande número de trabalhos daquele autor, enquanto o segundo tem apenas um. Outro ponto interessante a ressaltar é a separação de clusters entre Randall e Svasand (que possuem o trabalho mais citado da rede de acoplamento bibliográfico). Como Svasand é coautor em mais duas outras obras, e soma destas passa a dar um peso maior e ele do que ao autor principal.

⁴⁶ Mainwaring e Scully (1995), Mainwaring e Zoco (2007), Mainwaring e Torcal (2006), Mainwaring (1998) e Mainwaring (1999).

⁴⁷ Hicken e Kuhonta (2011), Schedler (1995), Lindberg (2007), Dalton e Weldon (2007) e Kuenzi e Lambright (2001).

⁴⁸ Arter e Kestila-kekkonen (2014), Bolleyer e Bytzeck (2013), De Lange e Art (2011) - estes os mais recentes -, Harmel e Svasand (1993), Pedahzur e Brichta (2002) e Stockton (2001).

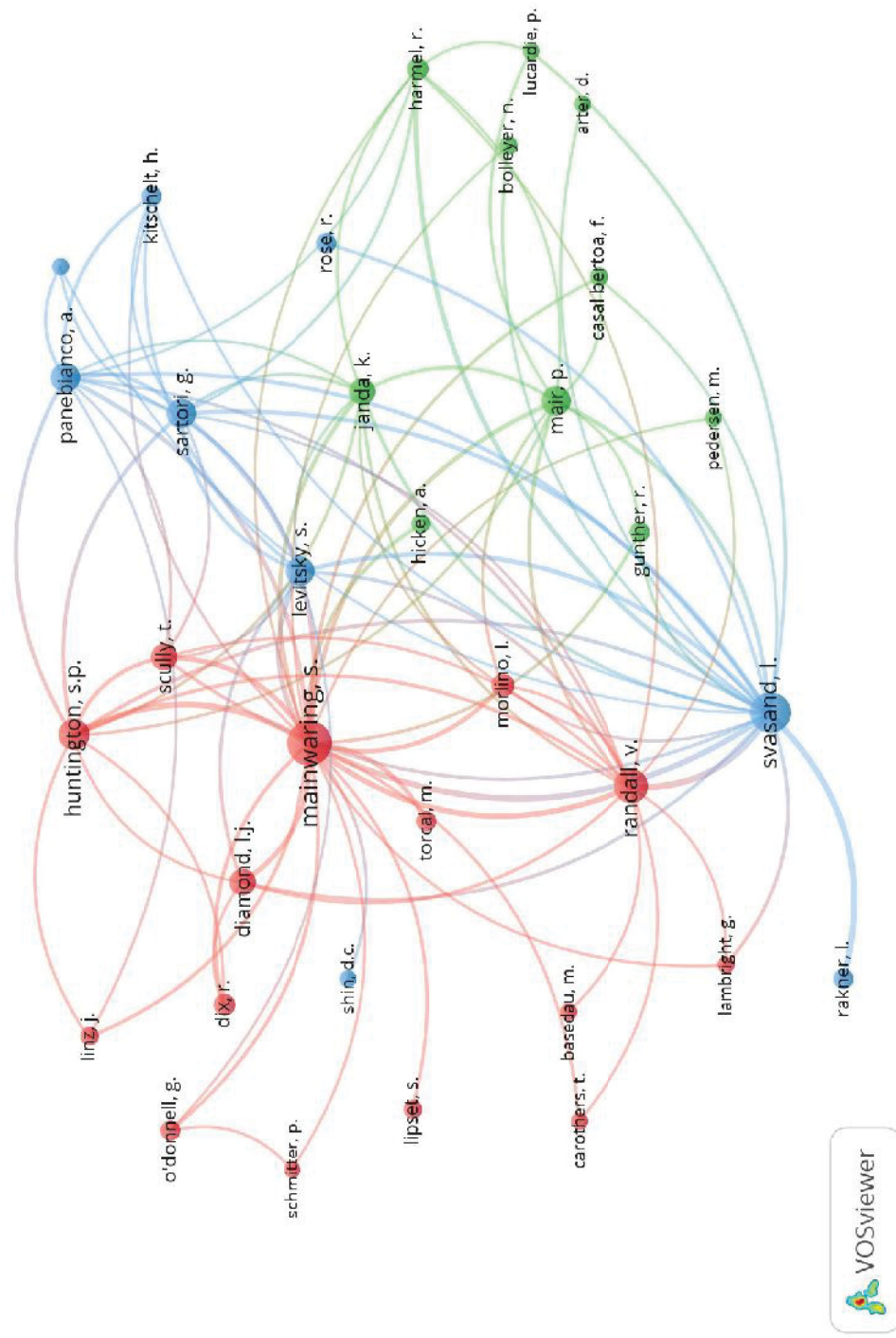


Figura 8: Visualização da rede de cocitação de autores, a partir de 34 autores citados no mínimo 8 vezes no conjunto de documentos, coletados na base Scopus. Total de 3 clusters, 481 ligações, força total de ligação 236.51. Informações de construção da rede: Counting method: fractional counting. Network visualization (normalization method): Association Strength. Layout: attraction = 1; repulsion = 0. Weights: citations.

Fonte: Autor (2019), com base em dados da Scopus

3.3. A COBERTURA DOS TEXTOS SELECIONADOS NA REVISÃO SISTEMÁTICA

Como alertado no capítulo anterior, a revisão sistemática é um método de revisão de literatura projetado para facilitar ao pesquisador a manipulação de um grande corpus de textos. Porém as decisões tomadas durante o planejamento da revisão, como seleção de fonte, busca *booleana* (mecânica) ou métodos de seleção inicial, por exemplo, são fatores que implicam na possibilidade de perda de referências bibliográficas importantes. A fonte selecionada para esta pesquisa foi a base *Scopus* (como indicado no protocolo), então textos que não estão indexados nessa base ficarão de fora da revisão. A inclusão manual de textos pode minimizar pontualmente o problema, mas é preciso considerá-lo. Neste tópico, será apontado o quão significativo e relevante é o corpus da pesquisa, refletindo o alcance do estudo, de acordo com a variedade e quantidade de objetos analisados pelos textos elegidos.

Considerando o exposto acima, podemos afirmar que os textos selecionados para revisão abrangem análises/pesquisas sobre noventa e dois países⁴⁹, e dentro destes, pode-se apontar um total de 290 partidos, nominados e analisados. Evidentemente, alguns com muito mais ênfase, outros mais do que uma vez, mas em números brutos são estes os dados⁵⁰. Ressaltamos que foi necessário listar ambos como objetos/unidade de análise, países e partidos, tendo em vista a variedade de tipos de desenho de pesquisa dos textos revisados. Vários deles concluem indicando o índice de institucionalização partidária que determinados países atingiram, de forma agregada, e realizando análises comparativas entre os países. Outros, entretanto, apresentavam como unidade de análise o partido, e comparações específicas entre partidos, sejam de um conjunto circunscrito a um só país, ou de vários países. É preciso sublinhar essa diferença, uma vez que se tem por objetivo justamente apresentar como o campo científico se comporta. Na Tabela 5, apresentamos os números e frequências de N médios do conjunto, de partidos e países, além de outros dados.

⁴⁹ Poderiam ser mais, uma vez que o estudo de Bizzarro et al. (2017) analisa dados agregados de 173 países, porém, como não os lista no corpo do texto, não foram computados neste cálculo.

⁵⁰ As listas de países e partidos podem ser conferidas nos Anexos II e III.

Tabela 5: Valores de N médio das unidades de análises e outras medidas de centralidade do corpus estudado

		Unidade de Análise: países	Unidade de Análise: partidos
N	Válido	41	37
	Ausente	4	8
Média		8,34	14,89
Mediana		1,00	3,00
Moda		1	1
Mínimo		1	1
Máximo		173	120

Fonte: O autor, 2019. Com base nos dados da revisão sistemática

Os valores ausentes na Tabela 5 se referem aos textos que não indicaram sequer países ou partidos, ou que indicaram somente um ou outro, sendo geralmente teóricos (teoria como objeto). O N médio tem um valor relativamente alto, uma vez que há textos que fazem grandes comparações (173 países ou 120 partidos, etc.), mas como podemos constatar pela mediana e moda, os números mais frequentemente encontrados são menores, sendo a maioria de textos *Small N* (ver tópico seguinte, sobre as características metodológicas). As frequências detalhadas podem ser encontradas no Anexo IV.

Em relação à periodização, os artigos foram publicados entre 1992 e 2018, mas analisam um lapso temporal muito mais amplo. Há predominância de análises contemporâneas (análises sincrônicas), mas há também textos comparativos entre períodos (análises diacrônicas). Considerando essas especificidades, podemos organizar o material da seguinte maneira (números na Tabela 6):

- a) **Grandes análises temporais:** estudos que comparam o nível ou grau de institucionalização de partidos/países em perspectivas longitudinais, como entre 1848 a 2015 (CASAL BÉRTOA, 2017), ou entre 1900-2015 (BIZZARRO et al. 2017);
- b) **Estudos comparativos entre períodos:** estudos que comparam partidos em dois períodos distintos, constatando aumento ou diminuição da institucionalização partidária. Os períodos são: 1905-17/1993-2007 (PEREPECHKO et al, 2011), 1920-26/1990-96 (KRUPAVICIUS, 1998); 1958-65/1982-89 (DIX, 1992);
- c) **Narrativas históricas sobre partido/grupos de partidos:** quase metade dos textos (44,4%) se detém sobre o histórico de seus objetos analisados, seja

partido ou grupo de partidos, indo desde sua fundação até a atualidade (considerando a data da publicação do artigo). São textos que além da discussão sobre o conceito de institucionalização, revelam nuances políticas dos países, sobre multipartidarismo e autoritarismo, dentre outros, da década de cinquenta (1950) em diante, como De Lange e Art (2011) ou Rakner (2011), por exemplo.

- d) **Estudos circunscritos a um intervalo de tempo:** Os estudos circunscritos buscam analisar a institucionalização partidária, e assuntos correlatos, num período específico, geralmente entre três a cinco eleições (26,7% do conjunto). São estudos com dados de 1990 e anos 2000, como em Yardımçı-Geyikçi (2015) ou Arter e Kestilä-Kekkonen (2014), por exemplo.
- e) **Textos sem corte temporal:** Por fim, o conjunto apresenta seis textos (13,3%) que não consideram tempo em suas análises, como no caso dos estudos teóricos sobre o conceito.

Tabela 6: Categorização sobre o tempo dos estudos

		Frequência	Porcentagem
Válido	Histórico do objeto	20	44,4
	Circunscrito	12	26,7
	Não considera tempo	6	13,3
	Comparativos entre períodos	4	8,9
	Grandes / longitudinais	3	6,7
	Total	45	100,0

Fonte: O autor, 2019. Com base nos dados da revisão sistemática

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, são apresentados os resultados obtidos com a revisão sistemática. Os dados analisados para a conclusão desta etapa referem-se à descrição, quantificação e categorização dos itens previstos no protocolo de revisão, e que foram extraídos dos quarenta e cinco textos revisados. São informações que nos revelam as características textuais, tais como métodos e técnicas, os resultados dos estudos, nuances sobre como é trabalhado o conceito de institucionalização partidária na Ciência Política. Apresentamos aqui a discussão sobre dimensões, critérios e variáveis, além de indicadores empíricos, que são mobilizados nessa literatura, sejam usados para mensuração ou não, listando os itens e indicando os autores que os utilizam. Por fim, discutimos como são as propostas de mensuração empírica do conceito, apresentando os formatos e utilizações.

4.1. CARACTERÍSTICAS METODOLÓGICAS DOS TEXTOS

Considerando os variados desenhos de pesquisa possíveis nas ciências sociais, para falar sobre as características metodológicas dos textos revisados, utilizo as abordagens básicas para seleção de caso apresentadas por Gerring (2001). Assim, os textos foram primeiramente categorizados como sendo: *Large N*, *Small N* e estudo de caso. Todavia, para o conjunto de trabalhos selecionados, foi preciso acrescentar nesta divisão os estudos teóricos, que não se enquadram nas categorias anteriores. Os estudos de caso, como o nome diz, são aqueles que analisam um partido apenas. *Small N* são os estudos que comparam dois ou três partidos, utilizando principalmente os métodos de semelhança ou diferença (*most similar / most different*), ou seja, partidos que se situam num mesmo contexto, ou com características similares, porém com resultados diferentes, enquanto um partido obtém sucesso (ou se institucionaliza), o outro fracassa ou se torna obsoleto. Os estudos por tipo de desenho de pesquisa estão referidos na Tabela 7.

Além das categorias acima, é preciso considerar que os tipos de dados mobilizados no conjunto de estudos também são os mais variados possíveis, assim, foi classificado quantos são predominantemente quantitativos ou predominantemente qualitativos. Sobre os dados quantitativos, podemos apontar que foram utilizados: dados sobre os partidos (como filiação, candidatos, dados financeiros, cobertura territorial, migração partidária), dados eleitorais (como votação, cadeiras, eleitorado, participação), dados sobre o sistema partidário (número de partidos, acréscimo e decréscimo no tempo, volatilidade), dados de

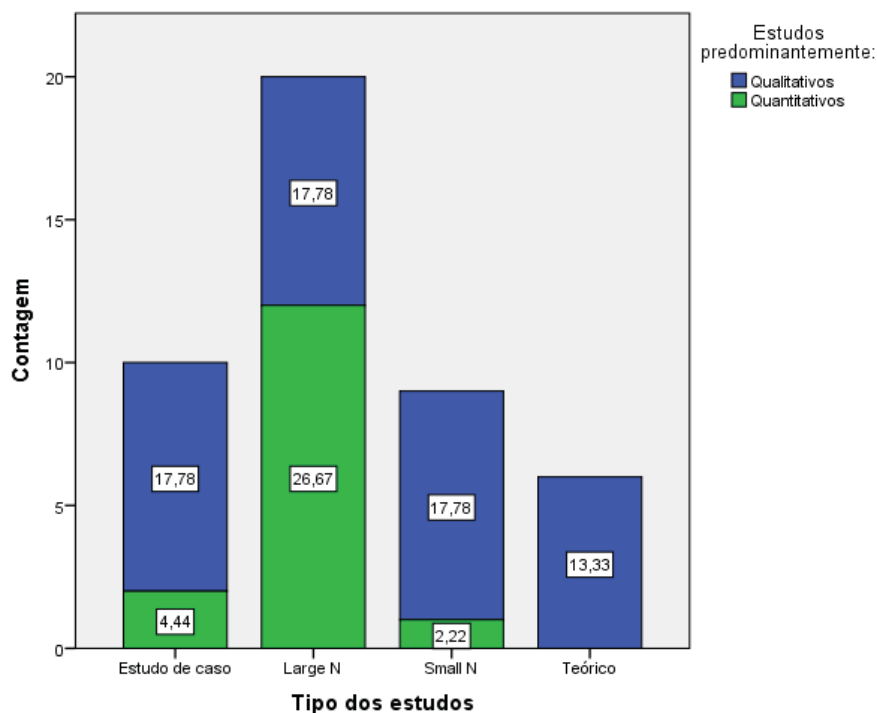
pesquisas de opinião pública (como identificação partidária, confiança nos partidos), dentre outros específicos. A apresentação gráfica das quantidades entre categorias e predominâncias, e o percentual de cada item, pode ser conferida na Figura 9.

Tabela 7: Estudos por tipo de N

Tipos	Estudos	Total
<i>Large N</i> (N > 15)	Dix, R.H. (1992); Krupavicius (1998); Thames (2005); Ufen (2008); Basedau e Stroh (2008); Perepechko et al. (2011); McMennamin e Gwiazda (2011); Bolleyer e Bytzek (2013); Bizzarro et al. (2017); Casal Bértoa (2017); Bolleyer e Ruth (2018)	11
<i>Large N</i> (N < 15)	Lewis (1994); Whitehead (2000); Stockton (2001); Hermanns (2009); Lam (2010); Ikeanyibe (2014); c; Pérez Talia (2017)	9
<i>Small N</i> (N= 2 ou 3)	Pedahzur e Brichta (2002); Weissenbach (2010); Kalua (2011); De Lange e Art (2011); Mierzejewski-Voznyak (2014); Vercesi (2015); Muriaas et al. (2016); Nuvunga e Siteo (2013); Hloušek e Kopeček (2017)	9
Estudos de caso	Levitsky (1998); Williams (2001a); Martínez González (2005); Medina, J. A. (2009); Rakner (2011); Yaffé e Jaime (2013); Arter e Kestilä-Kekkonen (2014); Goirand (2014); Alenda (2014); Stokke et al. (2015);	10
Estudos teóricos	Harmel e Svåsand (1993); Baer (1993); Randall e Svåsand (2002); Daza (2005); Mallakurbanov et al. (2015); Kumbaracıbaşı (2018)	6
TOTAL		45

Fonte: o autor (2019), com dados da revisão sistemática

Figura 9: Estudos de acordo com suas características metodológicas



Fonte: o autor (2019), com dados da revisão sistemática

A proporção é de exatos dois terços do conjunto utilizando métodos e técnicas predominantemente qualitativas. Os textos teóricos são qualitativos por excelência, e constata-se que há um estudo *Small N* (KALUA, 2011) e dois estudos de caso (MEDINA, 2009; ARTER; KESTILÄ-KEKKONEN, 2014) a partir de abordagem quantitativa. Os demais estudos predominantemente quantitativos (12 textos) são também *Large N*.

Em relação às técnicas e métodos utilizados pelos autores, vemos dados sendo coletados desde entrevistas semiestruturadas, com políticos e/ou jornalistas e outros (DE LANGE; ART, 2011), grupos focais com líderes políticos (STOKKE et al., 2015), entrevistas biográficas com líderes partidários e levantamento sociográfico de delegados (ALENDA, 2014), etnografia de políticos somada a entrevistas (WILLIAMS, 2001) ou etnografia com ativistas do partido (GOIRAND, 2014), análises de arquivos da imprensa (ALENDA, 2014), análise de discurso (WILLIAMS, 2001), dentre outros, considerando somente os textos predominantemente qualitativos. Nos textos predominantemente quantitativos, há dados de questionários ou survey com especialistas (BOLLEYER e RUTH, 2018), a nível agregado por país, como banco de dados do V-Dem (BIZZARRO et al., 2017), como também dados secundários em geral, de eleições, eleitorado, números internos sobre partidos e sobre os sistemas partidários, e pesquisas de opinião.

Ainda nos textos predominantemente quantitativos, pode-se listar vários tipos de técnicas utilizadas nos estudos. São análises a partir de dados quantitativos sobre eleições, partidos, trocas partidárias e sistema partidário, bem como variados tipos de utilização de testes estatísticos robustos, como regressão logística (ARTER; KESTILÄ-KEKKONEN, 2014; THAMES, 2007; BOLLEYER; RUTH, 2018), regressão logística com multinível de efeito aleatório bivariados (BOLLEYER; BYTZEK, 2013), modelo *Logit* (PEREPECHKO et al., 2011), regressão logística acrescida de outros testes estatísticos⁵¹, ou também mais específicos e diferenciados como álgebra booleana⁵² e QCA (CASAL BÉRTOA, 2017).

Conforme vemos no Figura 9, a maior parte dos textos fazem análise qualitativa (66,7%), seja a partir de dados quantitativos, qualitativos ou mistos⁵³. É possível apontar

⁵¹ como análises paramétricas de sobrevivência, gama exponencial, Gompertz, Weibull, log normal, log-logístico e modelo Weibull, regressões de Weibull na métrica de risco relativo (MCMENAMIN e GWIAZDA 2011, p. 850).

⁵² Ou seja, causa presente ou ausente/resultado presente ou ausente, resultando em uma matriz quadrada (CASAL-BÉRTOA, 2017, p. 12)

⁵³ São eles: MURIAAS et al., 2016; VERCESI, 2015; MIERZEJEWSKI-VOZNYAK, 2014; IKEANYIBE, 2014; RAKNER, 2011; WEISSENBACH, 2010; HERMANNNS, 2009; WHITEHEAD, 2000; LEVITSKY, 1998; MARTÍNEZ GONZÁLEZ, 2005; SINPENG, 2014; LAM, 2010; KRUPAVICIUS, 1998; LEWIS,

também, como outra modalidade, as discussões teóricas sobre o conceito, que propõem modelos analíticos (HARMEL; SVÅSAND, 1993; RANDALL; SVÅSAND, 2002; DAZA, 2005; KUMBARACIBAŞI, 2018) ou de mensuração originais, também chamadas de ferramenta de mensuração ((DIX, 1992; BASEDAU; STROH, 2008), métodos que foram sendo utilizados posteriormente por outros autores (STOCKTON, 2001; PEDAHZUR; BRICHTA, 2002; NUVUNGA; SITOE, 2013; HLOUŠEK; KOPEČEK, 2017). Por fim, para registro, há ensaio teórico (BAER, 1993) e revisão bibliográfica (MALLAKURBANOV et al., 2015).

4.2. SOBRE A CONCEITUAÇÃO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Uma das perguntas gerais desta dissertação é como a Ciência Política conceitua institucionalização partidária. Tentando responder a essa questão, um dos dados extraídos na revisão sistemática foi como cada um dos textos elegidos apresenta e discute o conceito. Claramente, foi preciso considerar que cada texto se propunha responder a uma questão de pesquisa própria, sendo necessário se ater em como a apresentação do conceito é vinculada a essa pesquisa original. Dessa combinação de questão, objetivos, argumentos textuais e estrutura do texto, através de uma comparação agregada, foram encontradas seis categorias de conceituação. Posto isto, temos que a institucionalização partidária pode ser vista: como (1) um conceito mensurável multidimensional (ou tradição Huntingtoniana), como (2) um processo multidimensional (ou modelo de Panebianco), como (3) uma propriedade partidária, a partir de (4) argumentos contra a multidimensionalidade, como (5) o simples empilhamento de conceituações, além (6) de um grupo textos que não conceituam, dando a institucionalização como dado e seguindo para a análise proposta no estudo partidário. Na Tabela 8 são listados os textos de acordo com as categorias explicitadas, seguindo uma descrição mais detalhada de cada uma.

a) *Conceito mensurável multidimensional* (ou tradição Huntingtoniana): nesta categoria estão os textos que afirmam que o conceito pode ser medido a partir de determinadas dimensões ou critérios (ou variáveis), tal como proposto por Huntington em seu estudo clássico (HUNTINGTON, 1968). As dimensões variam de um autor para o outro (ver tópico adiante, 4.4, com detalhamento das dimensões), mas fazem referência ao “conjunto sistemático de mecanismos e estruturas que lhes permitam [os partidos]

competir efetivamente por cadeiras ou poder político” (LAM, 2010, p.55), ou aos “padrões integrados de comportamento e de atitudes ou cultura” (RANDALL; SVASAND, 2002, p.12), além de obter reconhecimento, legitimidade e confiança popular (BASEDAU; STROH, 2008; NUVUNGA; SITO, 2013). A soma de resultados positivos em cada dimensão indicaria o desenvolvimento partidário e o grau ou nível de institucionalização de cada partido, permitindo a comparabilidade destes, individualmente ou agregados por países, nestes termos.

Tabela 8: Categorias de conceituação de institucionalização partidária

Categoria de conceituação	Estudos	N
1. <i>Conceito mensurável multidimensional</i>	Dix (1992), Randall e Svåsand (2002), Whitehead (2000), Stockton (2001), Basedau e Stroh (2008), Lam (2010), De Lange e Art (2011), Nuvunga e Siteo (2013), Mierzejewski-Voznyak (2014), Sinpeng (2014), Yardımcı-Geyikçi (2015).	11
2. <i>Conceito como um processo multidimensional</i>	Harmel e Svåsand (1993), Lewis (1994), Pedahzur e Brichta (2002), Daza (2005), Martínez González (2005), Ufen (2008) Weissenbach (2010), Bolleyer e Bytzeck (2013), Casal Bértoa (2017), Bolleyer e Ruth (2018), Kumbaracıbaşı (2018).	11
3. <i>Conceito como uma propriedade partidária</i>	Perepechko et al. (2011), Rakner (2011), Alenda (2014), Muriaas et al. (2016), Bizzarro et al. (2017).	5
4. <i>Argumentos contra multidimensionalidade do conceito</i>	Baer (1993), Levitsky (1998), McMenamin e Gwiazda (2011).	3
5. <i>Empilhamento de conceitos</i>	Hermanns (2009); Kalua (2011); Arter e Kestilä-Kekkonen (2014); Goirand (2014); Ikeanyibe (2014b); Mallakurbanov et al. (2015); Vercesi (2015); Hloušek e Kopeček (2017); Pérez Talia (2017).	9
6. <i>Não conceituam</i>	Krupavicius (1998), Williams (2001), Thames (2007), Medina (2009), Yaffé (2013), Stokke et al. (2015).	5
TOTAL		45

Fonte: o autor (2019), com base nos dados da revisão sistemática

b) *Conceito como um processo multidimensional* (ou modelo Panebianco): há textos que apresentam o conceito enfatizando institucionalização partidária sempre como um processo de desenvolvimento do partido, mantendo o caráter multidimensional. As afirmações destacam "o processo pelo qual um partido adquire, em maior ou menor grau, consolidação de sua organização e em seus vínculos com a população" (DAZA, 2005, p.28), ou “processo pelo qual os partidos reproduzem padrões consistentes de

mobilização de massa e de organização interna” (CASAL BÉRTOA, 2017, p.9), ressaltando porém, que podem ser altamente institucionalizados em uma dimensão e não em outras (BOLLEYER; RUTH, 2018). Destacam-se também as etapas deste processo, ou fases de desenvolvimento e institucionalização, analisando as características e necessidades em cada uma dessas etapas, até culminar na estabilização (HARMELL; SVASAND, 1993; PEDAHZUR; BRICHTA, 2002).

c) *Conceito como uma propriedade partidária*: alguns autores argumentam que um partido institucionalizado é aquele que apresenta determinado grau de estabilidade partidária, alcançada através de sucesso eleitoral ou político, num sistema multipartidário com regras democráticas (MURIAAS et al., 2016). Referem-se também a itens como rotinização da organização e enraizamento, mas enfatizam sobre a capacidade de sobreviver ao longo do tempo, obtendo vitória (conquista de cadeiras) em eleições seguidas (RAKNER, 2011; PEREPECHKO et al., 2011). Assim, a institucionalização partidária é entendida como um estado no qual o partido se encontra ou atinge, isto é, o partido é institucionalizado ou não, pode ser mais ou menos institucionalizado, e a comparabilidade se dá nesses termos. Bizzarro et al. (2017, p.3) entendem institucionalização “não como um processo - o que implica em um conceito diacrônico -, mas sim como uma medida do grau em que um partido se aproxima de um tipo ideal”. Esse tipo ideal de partido aludido, é aquele que possui as características constantemente elencadas na bibliografia clássica de institucionalização e organização partidária, como alta coesão estrutural, valor em si mesmo, incentivos, regras e procedimentos rotinizados, e aceitação das regras pelos atores (ALENDA, 2014).

d) *Argumentos contra multidimensionalidade do conceito*: Baer (1993) discute o modelo de institucionalização como consistindo em quatro fenômenos inter-relacionados, mas que devem ser estudados em separado. Levitsky (1998), por sua vez, apresenta em seu estudo a proposta de um “desempacotamento” do conceito, em relação ao seu caráter multidimensional, apontando que haveria "duas institucionalizações" diferentes, uma na dimensão de infusão de valores e outra como rotinização do comportamento, e que o ideal seria trabalharmos como dois conceitos diferentes. McMenamin e Gwiazada (2011) afirmam que as definições multidimensionais de institucionalização são como síndromes, generalistas e que não explicam de maneira enfática a relação entre as variáveis, caindo em círculos viciosos pouco explicativos. Em suma, a argumentação de que o conceito de institucionalização possa ser visto como um cluster de uma ou mais características que

intuitivamente caminharíamos juntas pode nem sempre refletir a realidade, quando confrontados os dados empíricos.

e) *Empilhamento de conceitos*: muitos textos, mesmo utilizando o arcabouço teórico da institucionalização partidária em seu desenho de pesquisa, no momento de apresentar o conceito, simplesmente discorrem sobre os principais autores um após o outro, listando as principais definições e entendimentos em sequência, nem sempre cronológica, sem necessariamente se posicionar no debate. Subentende-se que por se tratar de estudos partidários ou com objetivos que não sejam visar a institucionalização partidária propriamente dita, como analisar partidos empreendedores (HLOUŠEK; KOPEČEK, 2017; ARTER; KESTILÄ-KEKKONEN, 2014) ou *owner party* (VERCESI, 2015), comparações entre países (PEREZ TALIA, 2017; HERMANNNS, 2009) ou conjunto nacional (KALUA, 2011; IKEANYIBE, 2014), ou até revisão teórica (MALLAKURBANOV et al., 2015), basta apresentar as variações do conceito.

f) *Não conceituam*: talvez em oposição aos textos que empilham conceituações, temos os textos que não conceituam. Estes apresentam em sua estrutura desde o início, discorrendo sobre “partidos institucionalizados” ou não, já como dado. Os textos sugerem, mesmo sem conceituar, que um partido que tenha determinadas características, como possuir altos índices de identificação, ou ter forte organização interna, são ditos institucionalizados, ou entram direto no debate sobre as dimensões sem conceituar.

4.3. SOBRE OS RESULTADOS

Assim como feito com a categorização em grupos de conceituações, também foi possível separar os textos revisados em grupos por argumentos conclusivos. Mais uma vez, levando em consideração que cada texto tem uma proposta, e mobiliza recursos teóricos de determinada maneira, a categorização é feita a partir da análise dessa combinação. Com isto, os principais conjuntos de resultados (ou proposições conclusivas) podem ser agrupados em cinco categorias: (1) institucionalização partidária propriamente dita; estudos que vinculam a institucionalização à (2) consolidação democrática ou qualidade da democracia; (3) institucionalização partidária e tipos de liderança e partidos; (4) institucionalização partidária e competição eleitoral; e (5) considerações sobre teoria ou problemas teóricos. Na Tabela 9 são listados os textos de acordo com as categorias explicitadas, e na sequência segue a descrição do que diz cada uma.

Tabela 9: Categorias de resultados

Categoria de conceituação	Estudos	N
1. <i>Institucionalização propriamente dita</i>	Lewis (1994); Krupavicius (1998); Whitehead (2000); Hermanns (2009); Lam (2010); Kalua (2011); Rakner (2011); Nuvunga e Siteo (2013); Arter e Kestilä-Kekkonen (2014); Goirand (2014); Mierzejewski-Voznyak (2014); Stokke et al. (2015); Vercesi (2015); Bolleyer e Ruth (2018).	14
2. <i>Consolidação democrática e qualidade da democracia</i>	Dix (1992); Stockton (2001); Williams (2001), Basedau e Stroh (2008); Ufen (2008); Weissenbach (2010); Ikeanyibe (2014); Yardımçı-Geyikçi (2015); Casal Bértoa (2017); Pérez Talia, M. E. (2017); Kumbaracıbaşı (2018).	11
3. <i>Institucionalização partidária e tipos de liderança</i>	Harmel e Svåsand (1993); Pedahzur e Brichta (2002); Medina (2009); De Lange e Art (2011); Yaffé (2013); Muriaas et al. (2016).	6
4. <i>Institucionalização partidária e competição eleitoral</i>	Martínez González (2005), Thames (2007); McMenamin e Gwiazda (2011); Perepechko et al. (2011); Bolleyer e Bytzek (2013); Alenda (2014); Sinpeng (2014); Hloušek e Kopeček (2017).	8
5. <i>Teoria e problemas teóricos do conceito</i>	Baer (1993); Levitsky (1998); Randall e Svasand (2002); Daza (2005); Mallakurbanov et al. (2015); Bizzarro et al. (2017).	6
TOTAL		45

Fonte: o autor (2019), com base nos dados da revisão sistemática

a) *Institucionalização partidária propriamente dita*: tratam-se dos resultados obtidos em estudos que se propõe a analisar o grau de institucionalização de partidos ou países, abordando a institucionalização partidária como objeto, estudada em si mesma. Pode se referir também aos textos que argumentam sobre como os partidos institucionalizados se organizam (GOIRAND, 2014). Mais especificamente, os autores concluem com afirmações que indicam que os partidos estudados tem um grau de institucionalização fraco ou forte (LEWIS, 1994; WHITEHEAD, 2000; HERMANNNS, 2009; LAM, 2010), baixa ou alta institucionalização (STOKKE et al., 2015; MIERZEJEWSKI-VOZNYAK, 2014), resultados com índices numéricos (KALUA, 2011), indicação de força ou resultados positivos em dimensões específicas (STOKKE et al., 2015; VERCESI, 2015; BOLLEYER; RUTH, 2018), sinais de institucionalização (KRUPAVICIUS, 1998, ARTER; KESTILÄ-KEKKONEN, 2014), além da diferença entre os níveis de institucionalização dos partidos analisados (NUVUNGA; SITEO, 2013).

b) *Consolidação democrática e qualidade da democracia*: muitos autores argumentam que a institucionalização partidária está incluída num estudo mais amplo, vinculando seus achados a constatações sobre um cenário de sucesso da democracia multipartidária. Por um lado, temos afirmações que a institucionalização dos partidos políticos e dos sistemas partidários é a chave para o desenvolvimento democrático (BASEDAU; STROH, 2008), e autores que indicam que seus resultados suportam afirmações sobre consolidação, sobrevivência e colapso democrático (DIX, 1992; UFEN, 2008; WEISSENBACH, 2010; CASAL BÉRTOA, 2017). Sustentam que itens como democracia interna, estabilidade partidária e cultura democrática (IKEANYIBE, 2014) geram estabilidade política, e que isso é benéfico para a democracia (WILLIAMS, 2001). De outro lado, temos outros autores afirmando que a institucionalização partidária não pode ser relacionada diretamente à qualidade da democracia (PÉREZ TALIA, 2017), ou que a institucionalização não pode ser considerada como suficiente para a consolidação, ressaltando inclusive que há fatores que podem ser prejudiciais a democracia (YARDIMCI-GEYIKÇI, 2015). Como meio termo, temos que a institucionalização de sistemas partidários e partidos não é linear ao aumento da consolidação ou qualidade da democracia, há mais fatores que precisam ser considerados do que simplesmente o incremento das institucionalizações (STOCKTON, 2001; KUMBARACIBAŞI, 2018).

c) *Institucionalização partidária e tipos de liderança*: iniciando pelo estudo de Harmel e Svåsand (1993), que aborda as necessidades do partido em relação aos seus líderes em cada fase do desenvolvimento, e como problemas surgem quando o líder não tem as habilidades necessárias vinculadas a cada etapa de institucionalização. Outros autores apontam que um partido que aprende a lidar com decisões internas de uma liderança forte pode obter sucesso político (YAFFÉ, 2013), mesmo em partidos do tipo carismáticos-puros (PEDAHZUR; BRICHTA, 2000), e como, além da liderança, é preciso dar ênfase ao recrutamento, treinamento e socialização (DE LANGE; ART, 2011). Porém, é preciso considerar também que um baixo grau de organização somado a uma alta autonomia da liderança podem prejudicar a institucionalização (MEDINA, 2009).

d) *Institucionalização partidária e competição eleitoral*: vários estudos enfatizam em seus achados sobre o impacto que a institucionalização partidária tem sobre a competição eleitoral. São estudos que enaltecem fatores e dimensões que permitem que os partidos se mantenham na disputa, utilizando termos como sobrevivência do partido, estabilidade eleitoral e partidária, êxito partidário e participação contínua em eleições

(MARTÍNEZ GONZÁLEZ, 2005; PEREPECHKO et al., 2011; BOLLEYER; BYTZEK, 2013; ALENDA, 2014), e tendo na fase (ou dimensão) de organização como crucial para o sucesso/sobrevivência (HLOUŠEK; KOPEČEK (2017). McMenamin e Gwiazda (2011) afirmam que a principal variável para sucesso é não perder apoio popular em eleições, assim partidos *vote-seeking* estariam mais aptos a se institucionalizar. Além destes, há autores que concluem apontando fatores diretamente ligados à competição, que impactam negativamente ou positivamente a institucionalização partidária, como legislação sobre banimento de partidos (SINPENG, 2014) e regras de disciplina partidária (THAMES, 2005).

e) *Teoria e problemas teóricos do conceito*: por fim, temos os textos que discutem o conceito de forma aprofundada e apresentam propostas com modelos teóricos, composição de índices e ferramenta de mensuração. O exercício teórico serve tanto para apontar inconsistências (LEVITSKY, 1998), como para atualizar a discussão e propor variáveis mais condizentes com as mudanças no cenário de países e partidos (RANDALL; SVÅSAND, 2002; DAZA, 2005). O desenvolvimento do conceito se torna mais complexo, necessitando de elaborações para abordagem empírica e apresentação de índices, além de comparação com outros indicadores (BIZZARRO et al., 2017). Nesta categoria estão também os estudos teóricos que indicam onde o conceito de institucionalização partidária se encaixa ou pode colaborar no desenvolvimento científico (BAER, 1993; MALLAKURBANOV et al., 2015).

4.4. DIMENSÕES, CRITÉRIOS E VARIÁVEIS DO CONCEITO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA E SEUS INDICADORES

No cerne da questão do debate teórico sobre institucionalização partidária está o seu caráter multidimensional, e o grande desacordo sobre quais dimensões devem ser consideradas para a discussão ou mensuração do conceito. À medida que o debate avançou, após a obra clássica de Huntington, autores foram questionando critérios e acrescentando variáveis, e podemos apontar que

[...] para alguns, a noção de institucionalização partidária é unidimensional. Mas enquanto para Janda (1980), um partido é institucionalizado exclusivamente quando é reificado na mente pública, para Rose e Mackie (1988), a única dimensão é a continuidade eleitoral (ou seja, mais de três eleições nacionais) [...], enquanto para Panebianco (1988), institucionalização partidária tem apenas duas dimensões (autonomia e sistematização), para Harmel (Harmel e Svåsand 1993), ou McGuire (1997), o conceito tem um

caráter tridimensional: a saber, rotinização, sobrevivência/enraizamento e reificação. Jin (1995) concorda com as duas primeiras, acrescentando uma terceira dimensão diferente "eficácia partidária no processo legislativo". Outros autores, como Dix (1992), simplesmente adotam a dimensão conceitual de Huntington [quatro dimensões] mas incorporando um novo conjunto de indicadores operacionais [...] (CASAL BÉRTOA, 2017, p. 6. - Tradução nossa)⁵⁴

Há autores que argumentam contra essa multidimensionalidade, sugerindo que se “desempacote” o conceito, tratando cada dimensão como um conceito único (LEVITSKY, 1998), ou apontando que a multidimensionalidade acaba se tornando uma síndrome, abstrata e cheia de generalidades, que dificultam a operacionalização do conceito (MCMENAMIN; GWIAZDA, 2011). Ainda que esses mesmos autores afirmem que mais de uma variável deve ser considerada quando se põe em questão a institucionalização partidária. Temos os autores que seguem o termo utilizado inicialmente por Huntington e denominam como “critérios” de institucionalização, porém outros utilizam o termo “dimensões”, e outros ainda chamam de “variáveis”. Essa terminologia é importante, pois alguns autores apresentam o conceito com uma estrutura ainda mais elaborada, como camadas conceituais, assumindo primeiramente que as dimensões do conceito devem ser entendidas num sentido mais amplo, para depois indicar os critérios ou variáveis vinculadas a cada dimensão mencionada anteriormente (RANDALL; SVÅSAND, 2002; BASEDAU; STROH, 2008; DAZA, 2005), como representado graficamente na Figura 10.

Como exemplo, Randall e Svåsand (2002) constroem seu modelo analítico de institucionalização partidária considerando as dimensões interna e externa dos partidos, por um lado, e as dimensões estrutural e atitudinal, pelo outro, obtendo uma tipologia resultante em quatro critérios de institucionalização: sistematicidade, autonomia decisional, infusão de valores e reificação (a matriz pode ser consultada no tópico 1.3, p.26). De maneira idêntica, e com base nos autores citados acima, Basedau e Stroh (2008) também apresentam uma matriz de dimensões, interna e externa por um lado, mas

⁵⁴ No original: “For some, the notion of PI is uni-dimensional. But while for Janda (1980: 19) a party is institutionalised exclusively when it is ‘reified in the public mind’, for Rose and Mackie (1988) electoral continuity (i.e. more than three national elections) is the only dimension [...] while for Panebianco (1988) PI has only two dimensions (i.e. autonomy and systemness), for Harmel and colleagues (Harmel and Svåsand 1993; Harmel et al. forthcoming), or McGuire (1997) the concept has a tri-dimensional character: namely, routinisation, survival/rootedness and reification. Jin (1995) also agrees with the first two, adding a different ‘party efficacy in the legislative process’ as a third dimension. Other scholars, like Dix (1992), simply adopt Huntington’s conceptual framework but incorporate a completely new set of operational indicators.” (CASAL BÉRTOA, 2017, p. 6)

alterando as demais dimensões e assumindo estabilidade e infusão de valores no lugar onde estariam as dimensões estrutural e atitudinal no modelo de Randall e Svasand (2002). Os critérios resultantes, para Basedau e Stroh (2008) são: raízes na sociedade, autonomia, nível de organização e coerência. Um terceiro exemplo, Daza (2005) assume duas grandes dimensões para o conceito, sistematicidade e enraizamento, a primeira com três critérios (complexidade, rotinização e coerência) e a segunda com quatro (densidade eleitoral, identificação partidária, grau de confiança nos partidos e apoio eleitoral), e a partir disso deve ser mensurada a institucionalização dos partidos. É esse tipo de confusão conceitual que precisa primeiramente ser organizada, para então considerarmos a capacidade de mensuração do conceito pela comunidade científica.

Figura 10: Representação gráfica da estrutura dimensão ampla, critérios e indicadores



Fonte: o autor, 2019.

Considerando o exposto acima, em relação à multidimensionalidade do conceito, foi proposto como objetivo desta dissertação listar os itens que aparecem na camada intermediária, critérios e variáveis (que também podem ser denominados como dimensões) e os indicadores empíricos vinculados a cada um. Assim, após concluída a revisão sistemática, foi possível listar um total de 20 itens (critérios, variáveis, dimensões e sinônimos), sendo utilizadas para se medir ou discutir a institucionalização partidária. A proposição de apresentação destes dados, além de listá-los e apresentar uma descrição sucinta do que os autores entendem por cada conceito, foi de agrupá-los, dada a proximidade de significados, e apontar a frequência de utilização, totalizando assim nos

vinte indicados. Cabe ressaltar que dos 45 textos revisados, apenas 37 se utilizam desses critérios/variáveis para construir seus estudos sobre institucionalização, pois alguns passam a falar direto em indicadores e outros analisam o tema de forma geral, sem especificar quais seriam estes dados.

Da mesma forma, foi possível listar um total de 126 indicadores empíricos (ou grupo de indicadores) vinculados a estes critérios ou variáveis. A proposição de apresentação destes dos dados, é listá-los vinculando cada conjunto de indicadores à dimensão/variável/critério conceitualmente explicado pelos autores. A apresentação de todos os indicadores empiricamente orientados serve para fomentar a discussão e aumentar as possibilidades de incremento da dados, em estratégias de coleta, entre os pesquisadores de teoria partidária. Cabe ressaltar que dos 45 textos revisados, muitos não discutem indicadores empíricos, atendo-se à análise de julgamento sobre a dimensão/variável/critério, ou tratam do tema em outros termos.

Na sequência, encontram-se as Tabelas 10, 11 e 12 dividindo o conjunto cronologicamente em três partes, para permitir a visualização de todos os critérios/variáveis que foram utilizadas na literatura revisada, sendo possível, a partir daí, apontar como esses elementos vão surgindo nessa bibliografia, ou como são deixados de lado. Após isso, segue uma descrição sucinta de cada item, com indicações de uso, e para cada item, uma tabela correspondente com a lista de indicadores empíricos vinculados, como explicado acima.

Tabela 10: Dimensões/variáveis/critérios de institucionalização partidária, de acordo com os textos entre 1992-2005

1º Autor/Ano	Critérios e variáveis utilizados para explicar institucionalização partidária																
	Adaptabilidade	Complexibilidade/interdependência/organizational/estrutura organizacional ou hierárquica	Autonomia	Coerência	Identificação / Discurso político	Organização / rotinização / Sistemática / força organizacional	Estabilidade organizacional	Vitalidade organizacional	Facções formais / facções estáveis / faccionalismo	Vida comunitária integrativa	Infusão de valores	Reificação	Densidade eleitoral	Confiança nos partidos	Apoio eleitoral	Liderança (carisma)	Democracia interna
Martinez-González (2005)									X							X	X
Daza (2005)		X		X	X	X							X	X			
Randall (2002)			X			X					X	X					
Pedahzur (2002)					X	X	X										
Williams (2001)		X		X	X												
Stockton (2001)	X	X	X														
Whitehead (2000)			X			X					X	X					
Levitsky (1998)						X					X						
Krupavicius (1998)		X															
Baer (1993)		X					X										
Harmel (1993)					X												
Dix (1992)	X	X	X	X													

Fonte: O autor (2019), com dados da revisão sistemática.

Tabela 11: Dimensões/variáveis/critérios de institucionalização partidária, de acordo com os textos entre 2008-2013

1º Autor/Ano	Critérios e variáveis utilizadas para explicar institucionalização partidária													
	Rotinização / Sistematidade / nível organizacional / entrenchamento organizacional	Autonomia	Coerência	Identificação partidária / partidarismo / programa partidário	Liderança (autonomia ou competência)	Democracia interna / recrutamento e treinamento	Raízes na sociedade / reificação	Estabilidade / estabilidade de competição / trocas partidárias	Infusão de valores / socialização partidária	Integração regional ou internacional	Fracionamento interno	Adaptação partidária		
Yaffé (2013)	X				X		X			X		X		
Nuvunga (2013)	X	X	X				X							
de Lange (2011)					X	X		X						
Rakner (2011)	X				X				X					
McMenamin (2011)									X					
Kalua (2011)	X	X					X					X		
Weissenbach (2010)	X	X	X	X		X	X		X					
Lam (2010)		X		X					X					
Hermanns (2009)	X				X									
Medina (2009)	X				X									
Ufen (2008)	X											X		
Basedau (2008)	X	X	X									X		

Fonte: O autor (2019), com dados da revisão sistemática.

Tabela 12: Dimensões/variáveis/critérios de institucionalização partidária, de acordo com os textos entre 2014-2018

1º Autor/Ano	Critérios e variáveis utilizadas para explicar institucionalização partidária												
	Organização / rotinização / sistematidade / desenvolvimento organizacional	Raízes na sociedade / enraizamento social / refitimação / legitimidade	Autonomia	Coerência / coesão legislativa	Facionalismo	Liderança / Papel da liderança	Infusão de valor / Cultura institucional	Identidade política / Distinção de plataformas / identificação	Ramificação partidária	Ligações partidárias	Estabilidade		
Bolleyer (2018)	X						X						
Kumbaracıbaşı (2018)	X		X										
Casal Bértoa (2017)	X	X											
Hloušek (2017)	X						X				X		
Pérez Talia (2017)	X	X											
Bizzarro (2017)	X			X			X	X	X				
Yardımcı-Geyikçi (2015)	X	X											
Vercesi (2015)	X									X			
Stokke (2015)	X	X	X	X									
Sinpeng (2014)		X	X										
Mierzejewski-Voznyak (2014)	X	X	X							X			
Ikeanyibe (2014)	X				X				X				
Alenda (2014)	X											X	

Fonte: O autor (2019), com dados da revisão sistemática.

i) Adaptabilidade: refere-se à capacidade de um partido em se adaptar ante as mudanças no decorrer do tempo, tais como mudanças geracionais, mudança de líderes e de grupos de liderança, mudança de papéis do partido entre governo e oposição. Dix (1992) e Stockton (2001) utilizam esse critério nos termos huntingtonianos, porém indicadores inicialmente vinculados aos critérios de adaptabilidade, como idade do partido, começam a ser vinculados a outras variáveis, como enraizamento social (BASEDAU; STROH, 2008; KALUA, 2011) ou estabilidade (MCMENAMIN; GWIAZDA, 2011)). Yaffé (2013) volta a falar do conceito, utilizando o termo adaptação partidária. Muito sobre a controvérsia dos critérios apresentados originalmente por Huntington se deve à adaptabilidade, no sentido em que um partido institucionalizado, ao aumentar sua complexibilidade, pode se tornar muito rígido, burocrático e com regras pouco contornáveis.

Tabela 13: Indicadores de adaptabilidade

Dimensão, variável ou critério	Indicadores empiricamente orientados / Autores
Adaptabilidade ou Adaptação partidária	<ul style="list-style-type: none"> • Idade cronológica do partido (DIX, 1992; STOCKTON 2001); • Sucessão geracional/mudança de liderança (DIX, 1992; STOCKTON 2001); • Alternância de posição governo/oposição (DIX, 1992; STOCKTON 2001); • Gerenciamento da disputa entre grupos internos (YAFFÉ, 2013).

Fonte: O autor (2019), com dados da revisão sistemática

ii) Complexibilidade: este critério representa o partido dentro da dimensão organizacional, considerando suas múltiplas funções como estrutura e como tomador de decisões, geralmente representado pelo número de subunidades partidárias (diretórios, comissões, etc.), ou hierarquia organizacional. Mais uma vez, Dix (1992) e Stockton (2001) o utilizam nos termos huntingtonianos. Já Baer (1993) apresenta o termo interdependência organizacional, para pensar questões como centralização/descentralização de decisões e personalismo nas estruturas, enquanto Krupavicius (1998) utiliza “estrutura organizacional” e Williams (2001) usa “estrutura hierárquica”. Daza (2015, p.119) vincula a este critério itens como “um sistema de gestão estabelecido e independente, com divisão de tarefas, hierarquização e subunidades diferenciadas e especializadas, integradas de forma a manter o funcionamento do partido”, assim indicando que quanto mais complexo o partido, maior é a eficiência e

racionalidade organizacionais. O que se percebe é que, aos poucos, os textos passaram a se referir à dimensão organizativa partidária a partir de outros termos, menos vinculados ao conceito de complexibilidade, e mais próximos do que seria a rotinização de regras e procedimentos (LEVITSKY, 1998), ou a sistematicidade organizativa, como encontrado em Panebianco (2005) ou Randall e Svåsand (2002) (ver item vi).

Tabela 14: Indicadores de complexibilidade

Dimensão, variável ou critério	Indicadores empiricamente orientados / Autores
Complexibilidade ou estrutura organizacional ou interdependência organizacional ou estrutura hierárquica	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura ou subunidades partidárias (DIX, 1992; STOCKTON 2001); • Grau de personalismo (DIX, 1992; STOCKTON 2001); • Centralização ou descentralização (BAER, 1993; PEREPECHKO et al., 2011); • Número de cadeiras (KRUPAVICIUS, 1998); • Tipos de liderança (KRUPAVICIUS, 1998); • Restrição de membros (KRUPAVICIUS, 1998); • Diretórios, nacionais ou locais (KRUPAVICIUS, 1998); • Filiação partidária (KRUPAVICIUS, 1998); • Participação em comitês ou comissões (KRUPAVICIUS, 1998); • Especialização da estrutura organizacional (DAZA, 2005); • Órgãos internos (DAZA, 2005); • Grau de justaposição (DAZA, 2005).

Fonte: O autor (2019), com dados da revisão sistemática

iii) Autonomia: indica o quanto o partido é autônomo em relação a outros grupos sociais ou organizações externas, como sindicatos ou igrejas, por exemplo, ou como se dá a autonomia interna nas tensões entre atores partidários, como líderes ou parlamentares. O terceiro dos critérios clássicos de Huntington (DIX, 1992; WHITEHEAD, 2000; STOCKTON, 2001; BASEDAU; STROH, 2008; LAM, 2010; WEISENBACH, 2010; NUVUNGA; SITEO, 2013; SINPENG, 2014; KUMBARACIBAŞI, 2018), também pode ser referido como autonomia decisional, fazendo menção à capacidade do partido ou dos líderes tomarem decisões em benefício do partido sem ter que ceder à pressão ou exigências externas (RANDALL; SVASAND, 2002; KALUA, 2011; MIERZEJEWSKI-VOZNYAK, 2014; STOKKE et al., 2015).

Tabela 15: Indicadores de autonomia

Dimensão, variável ou critério	Indicadores empiricamente orientados / Autores
Autonomia ou Autonomia decisional	<ul style="list-style-type: none"> • Autonomia dos grupos (DIX, 1992; STOCKTON 2001) ou autonomia decisional de indivíduos e grupos (BASEDAU; STROH, 2008; WEISENBACH, 2010; KALUA, 2011); • Liderança(s) acima do partido (WHITEHEAD, 2000);

Autonomia ou Autonomia decisional (continuação)	<ul style="list-style-type: none"> • Presença de instituição patrocinadora externa (LEWIS, 1994; WHITEHEAD, 2000) ou dependência de instituições externas, nacionais ou não (RANDALL; SVASAND, 2002); • Financiamento direto às lideranças (WHITEHEAD, 2000) ou fontes de financiamento (LAM, 2010); • Composição social dos membros do partido (LAM, 2010); • Presença majoritária de políticos profissionais, sem outra ocupação (LAM, 2010); • Reconhecimento popular de um partido particular (BASEDAU; STROH, 2008) ou apreciação popular do partido (WEISSENBACH, 2010); • Número de alternâncias na liderança do partido (BASEDAU; STROH, 2008; WEISSENBACH, 2010); • Mudanças no apoio eleitoral após alternância na liderança (BASEDAU; STROH, 2008; WEISSENBACH, 2010); • Autonomia do partido perante seus parlamentares (MIERZEJEWSKI-VOZNYAK, 2013); • Autonomia partidária para definir organização (SINPENG, 2014); • Adaptações decisórias após mudanças legais (SINPENG, 2014); • Presença de dinastias políticas (SINPENG, 2014).
---	--

Fonte: O autor (2019), com dados da revisão sistemática

iv) Coerência: também dito coerência organizacional ou coesão, é o último dos quatro critérios clássicos de Huntington. Na análise de Dix (1992), é apontada como um critério que valeria mais para o sistema partidário do que para os partidos, calculado pelo índice de fracionalização de Rae. Já Daza (2005, p.121) refere-se à coerência como as “ações dos membros da organização partidária, com base na identificação e comprometimento com ela, que se expressa em suas ações nos espaços em que o partido está presente”, e Basedau e Stroh (2008, p. 12) reforçam que existe coerência quando “o partido age como uma organização unificada [ou] tolera um certo nível de dissidência intrapartidária”. Bizzarro et al. (2017) chamam de “coesão legislativa” e vinculam este critério à disciplina partidária. Também utilizado por Weisenbach (2010), Nuvunga e Siteo (2013), e Stokke et al. (2015).

Tabela 16: Indicadores de coerência

Dimensão, variável ou critério	Indicadores empiricamente orientados / Autores
Coerência ou coerência organizacional ou coesão legislativa	<ul style="list-style-type: none"> • índice de fracionalização de Rae (DIX, 1992); • Disciplina parlamentar (DAZA, 2005); • Acatamento das diretrizes programáticas do partido (DAZA, 2005); • Acatamento em políticas de aliança ou coalizão (DAZA, 2005); • Coerência do grupo parlamentar, como ausência de deserções ou justaposição (BASEDAU; STROH, 2008; WEISSENBACH, 2010); • Relações moderadas entre grupos internos, ou ausência de facções disfuncionais (BASEDAU; STROH, 2008; WEISSENBACH, 2010); • Tolerância face à dissidência intrapartidária (BASEDAU; STROH, 2008); • Votação conjunta (BIZZARRO et al., 2017).

Fonte: O autor (2019), com dados da revisão sistemática

v) Identificação partidária: Harmel e Svåsand (1993) apresentam em seu modelo analítico três fases da institucionalização de um partido. A primeira delas seria a identificação partidária, quando o partido como ator é capaz de construir uma mensagem de diferenciação para a sociedade, modelo que é utilizado por Pedahzur e Brichta (2002), e Hloušek e Kopeček (2017). Williams (2001) apresenta nos mesmos termos, chamando de “discurso político”, apontando a presença desse discurso como um dos principais fatores de desenvolvimento do partido, que o legitima perante a sociedade. Daza (2005) complementa que a identificação partidária também pode ser tratada como o autoposicionamento das pessoas frente aos partidos, o que tem impacto sobre o comportamento político destes. Nos mesmos termos, Lam (2010) utiliza o termo “partidarismo”, Weissenbach (2010) opta por “existência de programa partidário”, Vercesi (2015) chama de “identidade política” e Bizzarro et al. (2017) de distinção de plataformas.

Tabela 17: Indicadores de identificação partidária

Dimensão, variável ou critério	Indicadores empiricamente orientados / Autores
Identificação partidária ou discurso político ou partidarismo ou programa partidário ou identidade política ou distinção de plataformas	<ul style="list-style-type: none"> • Autoposicionamento (DAZA, 2005), grau de identificação partidária (THAMES, 2007; GOIRAND, 2014) ou apoio aos partidos pela opinião pública (LAM, 2010); • Clareza de posição programática (VERCESI, 2015) • Existência de manifesto partidário, ou o partido é organizado em torno de ideias políticas e não de identidades étnicas, religiosas ou regionais, sem ideologia extrema (WEISSENBACH, 2010); • Desenvolve políticas e programas que representam a orientação de valor do partido (WEISSENBACH, 2010); • Manifestos distintivos (BIZZARRO et al., 2017) • Ideologia (PEREPECHKO et al., 2011); • Número de partidos, candidatos filiados a partidos versus candidatos independentes, em série temporal (LAM, 2010); • Percentual de votos para candidatos de partidos oposto aos candidatos independentes (LAM, 2010) ou percentual de eleitos independentes (THAMES, 2007); • Número de cadeiras do partido, reconhecimento (PEDAHZUR; BRICHTA, 2002).

Fonte: O autor (2019), com dados da revisão sistemática

vi) Organização / Rotinização / Sistemática: a dimensão mais utilizada quando se trata de institucionalização partidária é a que remete à organização. Outros sinônimos são: força organizacional, nível organizacional, entrincheiramento organizacional, desenvolvimento organizacional, competência organizacional e rotina comportamental. A princípio, parece similar à complexibilidade, critério huntingtoniano,

uma vez que trata da dimensão organizativa dos partidos, embora referindo-se mais a procedimentos e ações, que começam a tomar formas regulares à medida que o partido se desenvolve, adotando comportamento burocrático e racional. Daza (2005, p. 120), que utiliza tanto um quanto o outro, aponta que a rotinização “implica na presença de critérios de ação universalistas e não particularistas [...], métodos automáticos e regularizados, nem discricionários nem contingentes”, assumindo assim aquilo que é conhecido como diminuição de incertezas. Harmel e Svasand (1993) apontam em seu modelo analítico como a segunda fase da institucionalização, momento da rotinização de procedimentos, delegação de funções e regramento de facções. A rotinização comportamental, de acordo com Levitsky (1998), faz menção à organização e aos padrões de comportamento, às regras do jogo, que de início são construídos com base na informalidade, mas que passam ao *status* de norma, e que geram previsibilidade de ação, na interação entre grupos, e constrangimento organizacional. Ikeanyibe (2014) também ressalta a importância da transformação das regras informais em estatutos. Whitehead (2000) utiliza o termo “força organizacional”, nos mesmos termos que Randall e Svasand (2002) utilizam “sistematicidade”, originalmente encontrado em Panebianco. Sistematicidade será utilizada também por Kalua (2011), Mierzejewski-Voznyak (2014) e Kumbaracıbaşı (2018). Nos mesmos termos, Daza (2005), Alenda (2014), Bolleyer e Ruth (2018) utilizam “rotinização”. Ufen (2008) qualifica como rotinização comportamental, Basedau e Stroh (2008) usam nível organizacional, seguido por Weissenbach (2010), e Nuvunga e Siteo (2013). Medina (2009) opta por entrincheiramento organizacional, Yaffé (2013) fala de competência organizacional, Yardımcı-Geyikçi (2015) e Perez Talia (2017) chamam de desenvolvimento organizacional, e da maneira mais simplificada possível, Hermanns (2009), Stokke et al. (2015), Vercesi (2015), e Bizzarro et al. (2017) utilizam o termo organização partidária. Por fim, Casal Bértoa (2017), que realiza levantamento bibliográfico sobre as dimensões do conceito nas principais obras, escolhe o termo sistematicidade para a sua análise empírica.

Tabela 18: Indicadores da dimensão organizativa

Dimensão, variável ou critério	Indicadores empiricamente orientados / Autores
Organização partidária ou rotinização/rotinização comportamental ou sistematicidade ou força/nível/entrenchamento/desenvolvimento organizacional	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura partidária (WHITEHEAD, 2000), organização hierárquica (PEDAHZUR; BRICHTA, 2002), tamanho do aparato administrativo (MEDINA, 2009), organização formal e força da estrutura (VERCESI, 2015) ou cargos no partido (ALENDA, 2014); • História e aparato partidário (MIERZEJEWSKI-VOZNYAK, 2013); • Gabinetes no executivo (BOLLEYER; RUTH, 2018); • Presença organizacional nacional e atividades além das campanhas eleitorais (BASEDAU; STROH, 2008; WEISSENBACH, 2010) ou Presença/ausência de organizações permanentes (BIZZARRO et al., 2017); • Fontes de financiamento (MIERZEJEWSKI-VOZNYAK, 2013; HERMANNNS, 2009) ou recursos financeiros (YARDIMCI-GEYIKÇ, 2015; PEREZ-TALIA, 2017), financiamento estatal permanente (BOLLEYER; RUTH, 2018), disponibilidade de patrocínio (MEDINA, 2009) ou recursos relevantes (RANDALL; SVASAND, 2002); • Recursos materiais e pessoais (BASEDAU; STROH, 2008; WEISSENBACH, 2010); • Força de associação (BASEDAU; STROH, 2008; YARDIMCI-GEYIKÇ, 2015), força de adesão (WEISSENBACH, 2010) ou filiação partidária (PEREZ-TALIA, 2017; HERMANNNS, 2009); • Modelo originário e crescimento, por difusão ou penetração (RANDALL; SVASAND, 2002; LEWIS 1994) ou penetração partidária (WHITEHEAD, 2000); • Abrangência territorial (YARDIMCI-GEYIKÇ, 2015), integridade territorial (PEREZ-TALIA, 2017) ou percentual de distritos no qual o partido concorre (THAMES, 2007); • Rotinização do carisma (RANDALL; SVASAND, 2002), papel do carisma na formação do partido (LEWIS, 1994) ou relação entre líder e partido (MIERZEJEWSKI-VOZNYAK, 2013); • Prevalência de patronagem ou clientelismo (MIERZEJEWSKI-VOZNYAK, 2013); Clientelismo (RANDALL; SVASAND, 2002); • Faccionalismo (RANDALL e SVASAND, 2002) ou integração ideológica/pluralização (MEDINA, 2009); • Realização ou regularidade de convenções (DAZA, 2005; KALUA, 2011), congressos regulares do partido (BASEDAU; STROH, 2008; WEISSENBACH, 2010); • Nível de concorrência nas convenções (DAZA, 2005) • Aplicação de normas de eleição de candidatos ou dirigência (DAZA, 2005); • Procedimentos de disciplina interna (DAZA, 2005); • Recrutamento (HERMANNNS, 2009); • Proporção voto/membro filiado (MEDINA, 2009).

Fonte: O autor (2019), com dados da revisão sistemática

vii) Estabilidade: a terceira fase de institucionalização de um partido, de acordo com o modelo analítico de Harmel e Svasand (1993), fala sobre a estabilização, a construção de reputação sólida e credibilidade do partido como instituição. Lembrando que Pedahzur e Brichta (2002) e Hloušek e Kopeček (2017) utilizam esse modelo teórico. Lam (2010) também fala em estabilidade, já Ufen (2008) utiliza em termo de estabilidade de competição intrapartidária. McMnamin e Gwiazda (2011) analisam em seu estudo as

trocas partidárias (*party switching*) entre parlamentares, bem como a direção dessas trocas, considerando este como um fator de estabilidade e institucionalização do partido.

Tabela 19: Indicadores de estabilidade

Dimensão, variável ou critério	Indicadores empiricamente orientados / Autores
Estabilidade ou estabilidade de competição ou trocas partidárias	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade interna partidária (LAM, 2010); • Sucessão de lideranças (LAM, 2010); • Proporção de votos para partidos antigos em relação a novos partidos (LAM, 2010); • Filiais locais (PEDAHZUR; BRICHTA, 2002); • Sobre trocas partidárias e suas direções: pesquisa sobre votos e proporção de votos; posição na lista partidária; filiação partidária parlamentar; proporção de membros no início de registro; idade do partido; carreiras parlamentares e posição ideológica (MCMENAMIN; GWIAZDA, 2011).

Fonte: O autor (2019), com dados da revisão sistemática

viii) Vitalidade organizacional: Baer (1993) chama de vitalidade organizacional a capacidade do partido em desenvolver uma “organização melhorada”, que envolve continuidade e permanência, sedes identificáveis, financiamento regular, quadro de pessoal e divisão do trabalho. Tenderia a ficar mais próximo à definição de complexibilidade (item ii) do que de nível organizacional (item vi), porém para aquele, a autora utiliza “interdependência organizacional” (já descrito no item ii), assim destaco como uma variável em separado de ambos.

ix) Facções formais e estáveis: Baer (1993), aponta a necessidade de padrões regularizados de interação dos grupos internos para o desenvolvimento do partido. Nos mesmos termos, Martinez-Gonzalez (2005) e Ikeanyibe (2014) falam sobre o faccionalismo e estratégias de controle, e Yaffé (2013) utiliza o termo fracionamento, porém estes autores não utilizam indicadores empíricos propriamente ditos. Para outros, o faccionalismo é utilizado como indicador de sistematicidade (RANDALL; SVASAND, 2002) ou estabilidade (LAM, 2010). Tende a ser próximo ao critério de coerência organizacional, quando se trata de ação conjunta no âmbito legislativo.

x) Vida comunitária integrativa: Baer (1993) afirma que um partido institucionalizado necessita ter uma vida interna própria, criando uma identidade comum entre os ingressos e participantes. Essa presença/ausência de identidade comum, ou de redes de sociabilidade, leva ao desenvolvimento por um lado, ou desaparecimento do outro.

Tabela 20: Indicadores de vitalidade organizacional, faccionalismo e vida comunitária integrativa

Dimensão, variável ou critério	Indicadores empiricamente orientados / Autores
Vitalidade organizacional	<ul style="list-style-type: none"> • O quanto o partido nacional reforça os partidos estaduais e locais (BAER, 1993); • Controle do partido sobre os candidatos e grupos (BAER, 1993); • Ações do partido para alterar seu ambiente legal (BAER, 1993); • Ações do partido para mudar a relação com o eleitorado (BAER, 1993).
Facções formais e estáveis / faccionalismo	<ul style="list-style-type: none"> • Padrões regularizados de interação entre grupos
Vida comunitária integrativa	<ul style="list-style-type: none"> • Presença/ausência de identidade • Redes de sociabilidade

Fonte: O autor (2019), com base em BAER, 1993.

xi) Infusão de valores: de acordo com Levitsky (1998), o partido pode ser institucionalizado em sua dimensão atitudinal, quando adquire a capacidade de se tornar um valor em si mesmo para os agentes internos, e quando o objetivo de perpetuação da organização vem antes de qualquer outro. Whitehead (2000) e Randall e Svasand (2002, p.13) reforçam que os valores adquiridos pelos atores geram identificação e compromisso com o partido e “tem a ver com o sucesso do partido em criar a sua própria cultura ou sistema de valores distintos e pode ser visto como um aspecto importante da coesão do partido”. Ufen (2008), Kalua (2011), Mierzejewski-Voznyak (2014), e Bolleyer e Ruth (2018) também utilizam este critério em suas análises. Nos mesmos termos, De Lange e Art (2011) utilizam “socialização partidária”, e Alenda (2014) chama de “cultura institucional”.

Tabela 21: Indicadores de infusão de valores

Dimensão, variável ou critério	Indicadores empiricamente orientados / Autores
Infusão de valores ou socialização partidária ou cultura institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Ocupação e composição social dos fundadores (WHITEHEAD, 2000) ou variáveis sociais dos líderes e perfil biográfico dos líderes (ALENDA, 2014); • Apoio regional ou étnico (WHITEHEAD, 2000); • Deserções, e atuação da liderança frente às deserções (WHITEHEAD, 2000); • Relacionamento do grupo com algum tipo de base popular (RANDALL e SVASAND, 2002); • Impacto do clientelismo (RANDALL; SVASAND, 2002); • Pesquisas de identificação partidária (KALUA, 2011); • Participação popular em atividades partidárias (KALUA, 2011); • Ações realizadas pela militância, como juventude, escolas de formação e de liderança (ALENDA, 2014); • Ideologia programática inclusiva/excludente (MIERZEJEWSKI-VOZNYAK, 2013); • Percepção de mudança de estratégias de campanha pelos militantes políticos (GOIRAND, 2014); • Polarização do sistema (BOLLEYER; RUTH, 2018).

Fonte: O autor (2019), com dados da revisão sistemática

xii) Reificação ou enraizamento social: reificação “refere-se à medida em que a existência do partido é estabelecida no imaginário público” (RANDALL; SVASAND 2002), ou quando “o nome do partido e os símbolos tornam-se comumente associados a certos valores, ideologias e práticas, sejam elas boas ou más por natureza” (WHITEHEAD, 2000, p. 15). Nos mesmos termos, outros autores utilizam “raízes na sociedade” (BASEDAU; STROH, 2008; WEISSENBACH, 2010; KALUA, 2011; NUVUNGA; SITEO, 2013; MIERZEJEWSKI-VOZNYAK, 2014; STOKKE et al., 2015; YARDIMCI-GEYIKÇI, 2015) ou “enraizamento social” (YAFFÉ, 2013; PÉREZ TALIA, 2017). Sinpeng (2014) ressalta a questão da legitimidade obtida pelos partidos, na perspectiva do eleitorado. Por fim, o termo que Casal Bértoa (2017) utiliza em sua análise empírica, após levantamento bibliográfico sobre as dimensões do conceito nas principais obras, é enraizamento.

Tabela 22: Indicadores de reificação

Dimensão, variável ou critério	Indicadores empiricamente orientados / Autores
Reificação ou enraizamento social (raízes na sociedade)	<ul style="list-style-type: none"> • Crença nos partidos (WHITEHEAD, 2000), nível de confiança partidária (KALUA, 2011), legitimidade pública (YARDIMCI-GEYIKÇ, 2015) ou confiança do eleitorado (PEREZ TALIA, 2017); • Seleção de liderança (WHITEHEAD, 2000); • Pesquisas de identificação partidária (WHITEHEAD, 2000; YARDIMCI-GEYIKÇ, 2015; PEREZ TALIA, 2017); • Capacidade do partido de se instalar no imaginário da população (RANDALL; SVASAND, 2002); • Idade do partido (KALUA, 2011) ou idade do partido em relação a independência, ou ainda idade do partido em relação ao início do período multipartidário (BASEDAU; STROH, 2008; WEISSENBACH, 2010); • Mudanças no apoio eleitoral nas últimas eleições (BASEDAU; STROH, 2008; WEISSENBACH, 2010); • Ligações com organizações da sociedade civil (BASEDAU; STROH, 2008; WEISSENBACH, 2010); • Nível de atratividade de coalizões (KALUA, 2011); • Legitimação interna/externa ou extranacional (PEREPECHKO et al., 2011); • Penetração ou difusão territorial (PEREPECHKO et al., 2011); • Criação e presença de símbolos partidários (MIERZEJEWSKI-VOZNYAK, 2013); • Volatilidade eleitoral do partido individual (YARDIMCI-GEYIKÇ, 2015; PEREZ TALIA, 2017); • Participação popular nas eleições / proporção de votos (SINPENG, 2014); • Votos antissistema (SINPENG, 2014).

Fonte: O autor (2019), com dados da revisão sistemática

xiii) Densidade Eleitoral: conforme Daza (2005), este critério trata da relação entre eleitores e membros do partido, ou percentual de eleitores que são membros do partido, pois uma alta densidade nesses itens supõe uma grande capacidade de mobilização da organização. Na estrutura apresentada por este autor, é vinculada a uma institucionalização em termos de enraizamento na sociedade (dimensão mais ampla, conforme Figura 10).

xiv) Confiança nos partidos: também utilizada por Daza (2005) dentro da dimensão de institucionalização como enraizamento social, refere-se especificamente “às percepções das pessoas sobre os partidos políticos em termos de confiança neles como instituições” (DAZA, 2005, p.123).

xv) Apoio eleitoral: o último item dentro da institucionalização como enraizamento para Daza (2005), a dimensão de apoio eleitoral “refere-se à quantificação do eleitorado que apoia os partidos nas sucessivas eleições do período em análise, à sua estabilidade, flutuações e volatilidade” (DAZA, 2005, p.124).

Tabela 23: Indicadores de densidade eleitoral, confiança nos partidos e apoio eleitoral

Dimensão, variável ou critério	Indicadores empiricamente orientados / Autores
Densidade Eleitoral	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de eleitores e filiados • Proporção de votos e filiados
Confiança nos partidos	<ul style="list-style-type: none"> • Percepção da confiança nos partidos pela população
Apoio eleitoral	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação partidária • Quantificação de apoio, voto • Volatilidade

Fonte: O autor (2019), com base em DAZA, 2005.

xvi) Liderança: a variável liderança, dentro do conceito de institucionalização partidária, foi utilizada de várias formas pelos autores. Nos estudos de Martínez González (2005), e De Lange e Art (2011), é enaltecido o carisma da liderança como sendo crucial para a institucionalização partidária, como se dá a construção do reconhecimento do partido, numa dimensão externa, e como sua organização gira de acordo com o líder, dimensão interna. Já Medina (2009) opta por analisar a autonomia da liderança, em face às tensões dentro do partido. Rakner (2011) e Ikeanyibe (2014) discorrem sobre os papéis da liderança no desenvolvimento partidário, que podemos traçar como paralelo ao modelo

analítico de Harmell e Svasand (1993), em que apontam que cada fase necessita de diferentes papéis e habilidades específicas dos líderes para o sucesso partidário, tais como líder criador e orador (carismático) para a fase de identificação partidária, líder organizador para a segunda fase, e líder estabilizador, com reputação e credibilidade para atingir a estabilidade.

Tabela 24: Indicadores de liderança

Dimensão, variável ou critério	Indicadores empiricamente orientados / Autores
Liderança (ou autonomia da liderança / carisma da liderança)	<ul style="list-style-type: none"> • Controle do líder sobre o recrutamento (MEDINA, 2009) ou sobre nomeações (VERCESI, 2015); • Controle do líder sobre as convenções partidárias (MEDINA, 2009); • Dominação dos líderes parlamentares sobre a executiva (MEDINA, 2009); • Autonomia dos líderes frente outras organizações (MEDINA, 2009); • Personalismo (HERMANNNS, 2009); • Democracia interna nas decisões (VERCESI, 2015); • Diferenças entre carisma puro, situacional ou líder não-carismático (PEREPECHKO et al., 2011)

Fonte: O autor (2019), com dados da revisão sistemática

xvii) Democracia interna: se por um lado temos a liderança como variável importante do processo de institucionalização, alguns autores veem na variável democracia interna um forte contraponto. Essa variável é utilizada por Martinez-Gonzalez (2005), e Weissembach (2010), no sentido de que o processo interno de tomada de decisões, seja relativo ao pessoal ou às políticas que serão seguidas, devem ser erigidas de baixo para cima em um partido institucionalizado. É importante que o partido represente princípios democráticos, e reproduza essa conduta internamente. De maneira similar, De Lange e Art (2001) enfatizam a dimensão de recrutamento, treinamento, e socialização do partido, como crucial para a institucionalização. Esses processos devem ser feitos sob regras para universalidade, que permitam aos candidatos e outros funcionários do partido agir com os princípios ideológicos e organizacionais do partido e possam, gradualmente, subir na hierarquia.

Tabela 25: Indicadores de democracia interna

Dimensão, variável ou critério	Indicadores empiricamente orientados / Autores
Democracia interna	<ul style="list-style-type: none"> • Congressos regulares de membros do partido; • Princípio de “baixo para cima” no processo de tomada de decisão interna • Transparência nas decisões internas; • Transparência nas finanças do partido; • Diminuição da percepção de políticas informais;

Fonte: O autor (2019), com base em WEISSENBACH, 2010.

xviii) Integração regional ou internacional: esta variável é trazida por Weissembach (2010), indicando o quanto um partido consegue se incorporar em grupos ou organizações partidárias regionais e internacionais, sendo aceito em nível internacional. Rakner (2011), nos mesmos termos, fala em colaboração de grupos internacionais para desenvolvimento e legitimação do partido.

Tabela 26: Indicadores de integração regional ou internacional

Dimensão, variável ou critério	Indicadores empiricamente orientados / Autores
Integração regional ou internacional / colaboração de grupos internacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Integração do partido em grupos partidários regionais e internacionais; • Jovens / Mulheres do partido são membros das associações externas de jovens e mulheres; • Participação em suborganização regional dos grupos partidários internacionais; • Envolvimento e aceitação do partido por organizações regionais supranacionais/continentais;

Fonte: O autor (2019), com base em WEISSENBACH, 2010.

xix) Ramificação partidária: entre as variáveis apresentadas por Bizarro et al. (2017), a ramificação partidária consiste em centralizar a questão num tipo diferente de organização política, as filiais locais. Subentende-se que o partido que têm sucursais locais permanentes, o que indica a materialidade da existência do partido.

xx) Ligações partidárias: Bizarro et al. (2017) incluem a variável ligações partidárias para capturar as variações nas conexões entre eleitores e partido. Conceitualmente, essas podem ser individualistas ou coletivas, e podem se dar a partir de recompensas, sejam materiais e financeiras, ou imateriais e ideacionais.

Tabela 27: Indicadores de ramificação partidária e ligações partidárias

Dimensão, variável ou critério	Indicadores empiricamente orientados / Autores
Ramificação partidária	<ul style="list-style-type: none"> • Presença ou ausência de filiais locais;
Ligações partidárias	<ul style="list-style-type: none"> • Ligações clientelistas; • Ligações coletivistas; • Ligações político-programáticas;

Fonte: O autor (2019), com base em BIZZARRO et al., 2017

Percebem-se inúmeros critérios/variáveis que são bastante próximos, mas que são utilizados de formas diferentes pelos autores. Enquanto um pesquisador utiliza como

dimensão do conceito de institucionalização partidária, outro utiliza como indicador empírico (como faccionalismo, por exemplo). Há também o caso de indicadores iguais sendo mobilizados para discussão de diferentes critérios⁵⁵, bem como aqueles que, num mesmo texto, apontam que determinados indicadores podem ser vinculados a mais de uma dimensão⁵⁶.

Por último, para além das dimensões ou critérios listados até aqui, é preciso indicar outros textos que discutem a institucionalização partidária considerando outros aspectos. Bolleyer e Bytzeck (2013), por exemplo, colocam em termos de tipos de partidos, analisando a institucionalização partidária entre “partidos enraizados” e “partidos empreendedores”, e quais indicadores se vinculam a cada tipo. Os indicadores são capacidade de avanço (*breakthrough success*), distinção ideológica, acesso a financiamento e radiodifusão, participação no governo e nível regional de força, que variam de acordo com o tipo de partido indicado. Arter e Kestilä-Kekkonen (2014) analisam a institucionalização partidária em três arenas, eleitoral, interno-partidária e legislativa, e utilizam seus indicadores vinculados a cada arena⁵⁷. Muriaas et al. (2016) vêm com termos como institucionalização partidária em relação ao capital administrativo ou ao capital ideacional dos partidos, estes sendo como uma dimensão de análise mais ampla (como na Figura 10), e com sentido semelhante aos usados nas dimensões estrutural e atitudinal de Randall e Svasand (2002).

4.5. PROPOSTAS DE MENSURAÇÃO

A segunda questão geral a ser respondida na dissertação é como a Ciência Política se propõe a mensurar o conceito de institucionalização. Assim, durante a revisão sistemática, procurou-se, dentro de cada texto, o detalhamento sobre as propostas de mensuração, considerando dados, estrutura e *output*. Como os autores vincularam suas propostas ao seu desenho de pesquisa foi discorrido no tópico 4.1. Porém, antes de falar

⁵⁵ Como o indicador “idade do partido”, que para Dix (1992) e Stockton (2001) pertence ao critério de adaptabilidade, e para Basedau e Stroh (2008) e Weissenbach (2010) pertence a raízes na sociedade.

⁵⁶ é o caso de Bolleyer e Ruth (2018), que afirmam que indicadores como fragmentação partidária, tempo do partido em gabinetes do executivo, grupos de base e ambiente formativo, podem ser vinculados tanto a rotinização quanto a infusão de valores.

⁵⁷ Para a arena eleitoral, os indicadores seriam identificação partidária e apoio eleitoral (surveys); para arena interno-partidária seriam participação no núcleo do partido (proporção voto/membro), fornecimento efetivo de candidatos, dispersão da autoridade intrapartidária (troca de liderança); e para a arena legislativa seriam troca de partido/deserções, ações disciplinar, faccionalismo, coesão política interna

dos dados extraídos, é preciso explicitar algumas implicações teóricas sobre procedimentos de mensuração e suas dificuldades. De acordo com Gerring (2012, p.156), podemos definir a tarefa de mensuração como “o processo de ligação de conceitos abstratos a indicadores empíricos”, e é preciso considerar o tamanho do desafio para cientistas sociais, uma vez que a maioria dos temas tratados por estes são elaborados a partir de conceitos, ou seja, que não são diretamente observáveis. Em conceitos multifacetados, como é o caso da institucionalização partidária, um determinado indicador selecionado pode medir apenas uma dimensão, ou medir outros conceitos relativamente próximos, mas atravessado por fontes de ruído ou fontes de viés, relações espúrias, prejudicando a validade e confiabilidade das propostas.

Gerring (2012) aponta várias estratégias de mensuração possíveis para conceitos latentes, e podemos encontrar inúmeras delas nos estudos sobre institucionalização partidária. As estratégias envolvem primeiramente níveis de abstração, ou seja, quanto mais graus descemos nos níveis de abstração, mais próximo ficamos de um indicador observável. Abaixo, ilustramos níveis de abstração do conceito, baseado na proposta de Daza (2005):

Institucionalização partidária (conceito latente de interesse teórico)

Sistematicidade (uma dimensão ampla do conceito)

Coerência partidária (dimensão mensurável)

Disciplina parlamentar (indicador empírico para mensuração da dimensão)

Considerando também a estrutura conceitual para mensuração, tomada praticamente como consenso nos textos revisados, a discussão gira em torno da verificação se determinados critérios são necessários para institucionalização do partido, ou apenas suficiente, ou ambos. Essa estrutura indica aquilo que seria o pacote ideal de dimensões ou critérios, pois se confirmados como necessários e suficientes à institucionalização, talvez se dê como desnecessária a busca por mais facetas conceituais.

Por fim, a mensuração dos indicadores pode ser apresentada por escalas, geralmente categóricas. O que temos nos textos revisados são indicações de institucionalização partidária: a) forte ou fraca, a) alta ou baixa, ou c) como *scores*, que consistem na atribuição de pontuações para cada categoria, permitindo de certa forma uma comparabilidade mais sensível. Uma vez analisada cada dimensão, o resultado é

apresentado agregando-se os resultados parciais. Lembrando que “a mensuração é uma empreitada inerentemente comparativa” (GERRING, 2012, p.160).

Considerando o exposto acima, podemos apontar as particularidades e falar sobre as propostas elaboradas pelos autores revisados. Após conclusão da revisão sistemática, foi constatado que mais de 60% do conjunto não propõe formas de mensuração do conceito⁵⁸. Obviamente, isso não significa que não se deva voltar a esses textos e incorporá-los em análises empíricas sobre institucionalização partidária, uma vez que tais estudos dão aporte teórico, discutindo e esmiuçando as dimensões e critérios do conceito, além de apontar inúmeros indicadores empíricos possíveis (como visto no tópico anterior). Desse conjunto, encontram-se textos que realizam análise qualitativa do conceito e suas dimensões, em casos de países africanos (MURIAAS et al., 2016; NUVUNGA; SITO, 2013; WEISSENBACH, 2010; WHITEHEAD, 2000) asiáticos (STOKKE et al., 2015; SINPENG, 2014) ou pós-comunistas (LEWIS, 1994), e pode-se destacar alguns trabalhos que, apesar de não apresentar uma proposta de mensuração, contribuem no debate em outras frentes. Por exemplo, o modelo analítico de Harmel e Svasand (1993) não propõe mensuração, mas sim uma forma de analisar o processo de desenvolvimento do partido, e como deve ser a atuação das lideranças em cada etapa, considerando desde sua origem e indo até a sua estabilização, modelo que é usado posteriormente em outras análises (PEDAHZUR; BRICHTA, 2002; HLOUŠEK; KOPEČEK, 2017). Outra contribuição de texto que não mensura o conceito é a de Kumbaracıbaşı (2018), que sugere dois modelos alternativos de institucionalização partidária⁵⁹, para análise de casos de partidos que se desenvolvem em cenários não tão democráticos.

Ainda em relação ao conjunto de textos que não mensuram o conceito, cabe destacar também os textos que se utilizaram do debate teórico sobre institucionalização partidária em conjunto com a mensuração de outro fenômeno partidário. Bolleyer e Bytzeck (2013), por exemplo, não mensuram institucionalização propriamente dita, o que é mensurado é a capacidade de sustentabilidade de novos partidos (uma ou duas

⁵⁸ Ou seja, um total de 28 textos. Sendo ainda mais específico, desse grupo, são 13 textos que nem sequer falam sobre mensuração, apresentando institucionalização quase como sinônimo de sucesso partidário-eleitoral, de enraizamento social, capacidade de organização, sobrevivência, dentre outros. São eles: Ikeanyibe (2014), Yaffé (2013), De Lange e Art (2011), Rakner (2011), Hermanns (2009), Ufen (2008), Williams (2001), Levitsky (1998), Krupavicius (1998), Alenda (2014), Martínez González (2005), Baer (1993), Goirand (2014), e Mallakurbanov et al. (2015), que é uma revisão teórica.

⁵⁹ Modelo trade-off (ou semidemocrático) e modelo não-democrático (ou autoritário).

reeleições) após o primeiro avanço eleitoral em democracias consolidadas, utilizando modelos de regressão logística. Da mesma maneira, no estudo de McMenamin e Gwiazda (2011), o que de fato é mensurado são as prováveis rotas para a institucionalização de um partido. A partir de testes estatísticos realizados com dados de trocas partidárias, os autores apresentam coeficientes que aumentavam ou reduziam o risco de trocas parlamentares, situação que afeta a institucionalização partidária. Por fim, Thames (2007) apresenta em seu estudo uma proposta de mensuração de disciplina partidária, apontando que a variação do nível de institucionalização afeta a disciplina, mesmo em sistemas fracamente institucionalizados (Rússia e Ucrânia).

Já em relação aos textos que propõem mensuração do conceito⁶⁰, podemos indicar os seguintes formatos: modelos analíticos, mensuração qualitativa, propostas de índices, método comparativo, além de outras mensurações. Começando pelos modelos analíticos, estes são propostas de mensuração apresentadas como esquemas conceituais (RANDALL; SVÅSAND, 2002; DAZA, 2005). Os autores que apresentam os modelos não aplicam tal instrumento, apenas apresentam a conceituação geral e teoria. Randall e Svåsand (2002) apresentam seu modelo multidimensional, extraído de uma matriz de fatores internos e externos, estruturais e atitudinais (ilustrado na Introdução da dissertação, p. 26, tópico 1.3.). Daza (2005) também utiliza essa estrutura e apresenta o conceito em duas dimensões amplas, sistematicidade e enraizamento, a primeira com três dimensões e a segunda com quatro, e uma proposta de mensuração por escala categórica ordinal (forte, fraco e muito fraco). Para exemplificar o formato dessa proposta, indicamos uma das dimensões amplas, suas dimensões internas, indicadores e escala, na Tabela 28.

Outro formato utilizado pelos autores foi a mensuração qualitativa ou de julgamento. A diferença desta para a simples análise qualitativa do conceito, discorrida anteriormente, dá-se pelo fato dos autores indicarem explicitamente como objetivo do estudo a medição do conceito de institucionalização partidária (VERCESI, 2015; MIERZEJEWSKI-VOZNYAK, 2014; LAM, 2010). Esses autores utilizam propostas de mensuração, como o quadro matriz de Randall e Svasand (2002), ou adaptações, e chegam a um resultado agregado das escalas atribuídas nas dimensões, tais como institucionalização forte ou fraca, baixa institucionalização, etc.

⁶⁰ 37% do conjunto, ou seja, 17 textos.

Tabela 28: Modelo analítico / proposta de mensuração de Daza (2005), exemplo a partir de uma dimensão ampla (sistematicidade)

Graus de institucionalização partidária organizacional: Sistematicidade	Nível de institucionalização		
	DIMENSÕES	FORTE	FRACO
1. COMPLEXIDADE			
1.1 Especialização do organograma e hierarquia	Alto grau	Baixo grau	Não existe
1.2 Desenvolvimento dos órgãos de coordenação	Consolidado	Fraco	Não existe
1.3 Sobreposição dos dirigentes sobre os congressistas	Não existe ou é baixo	Alto	Total
2. ROTINIZAÇÃO			
2.1 Realização de convenções	Regular	Irregular	Eventual ou não há
2.2 Nível de concorrência nas convenções	Alto (mais de 75%)	Médio (51-75%) ou baixo (25-50%)	Muito baixo (menos de 25%)
2.3 Aplicação de regras em eleições de dirigentes	Sempre	Contingente	Não se aplica
2.4 Aplicação de regras na indicação de candidatos	Sempre	Contingente	Não se aplica
2.5 Procedimentos de disciplina interna	Aplica-se regras	Contingente	Não existem
3. COERÊNCIA			
3.1 Disciplina parlamentar	Alta	Baixa	Baixa
3.2 Aceitação das diretrizes programáticas	Sempre	Ocasional	Não se aceita
3.3 Aceitação das políticas de coalizão	Sempre	Ocasional	Não se aceita

Fonte: Adaptado de Daza (2005).

Além dessas escalas “subjetivas”, podemos encontrar estudos que atribuem *scores* ou pontuações para os indicadores empíricos, critérios ou dimensões. Desses textos, os resultados podem ser apresentados por países (DIX, 1992; STOCKTON, 2001), por partidos (MEDINA, 2009; KALUA, 2011), ou ambos (BASEDAU; STROH, 2008). Dix (1992), utiliza os quatro critérios clássicos de Huntington (1968), e dentro destes, um total de sete indicadores, valorados como ‘+’, ‘-’ ou ‘0’, que podem resultar num índice entre +7 (o que seria o mais institucionalizado possível) e -7 (o menos institucionalizado). Para o autor, a comparação se dá entre períodos multipartidários, se há melhora no indicador o resultado é positivo, se há diminuição ou piora, o resultado é negativo, se não há alteração fica 0. Stockton (2001) utiliza esse mesmo modelo, porém exclui um critério e

um indicador, o que faz com que seu índice varie de -6 a +6. Medina (2009) apresenta duas dimensões e quatro indicadores em cada dimensão, pontuado como 0.0 (baixo), 0.5 (médio) ou 1.0 (alto). Já Basedau e Stroh (2008), propõem o que chamam de ferramenta empírica, nominada como Índice de Institucionalização de Partidos (IIP), aplicando-a em partidos de países africanos. Para utilização da ferramenta é necessário seguir um livro-código, composto por quatro subíndices, e atribuídos de três a quatro indicadores para cada um, totalizando em 15 indicadores. Para exemplificar o formato dessa proposta com livro código, indicamos uma das dimensões (raízes na sociedade), seus critérios internos, indicadores e escala, no quadro 1.

Quadro 7: Ferramenta de mensuração de Basedau e Stroh (2008), exemplo do livro-código referente a uma dimensão (Raízes na sociedade)

Dimensão	N.º	Critério	Indicador / operacionalização	Fonte	Codificação
Raízes na sociedade	RIS.1	Idade do partido (relativo a independência)	Idade do partido em anos como percentual do período em anos de independência do Estado-nação	(indicação de onde foi retirado ou coletado cada conjunto de dados)	0 = < 50% 1 = 50%-90% 2 = >90%
	RIS.2	Idade do partido (relativo ao início do multipartidarismo)	Idade do partido em anos como percentual do período desde a mais recente introdução de eleições multipartidárias		0 = < 50% 1 = 50%-90% 2 = >90%
	RIS.3	Apoio eleitoral estável	Média aritmética dos valores de perdas ou ganhos: 1. Última eleição em pontos percentuais 2. Penúltima eleição em pontos percentuais		-1 = >50% 0 = 50%-20% 1 = 10%-20% 2 = <10%
	RIS.4	Ligação com organizações da sociedade civil	Existência, número e qualidade organizacional dos vínculos com as organizações da sociedade civil		0 = nenhuma 1 = poucas ou mal organizadas 2 = numerosas ou bem organizadas

Fonte: Adaptado de Basedau e Stroh (2008)

Os valores dados aos indicadores são agregados num *score* por dimensão, de 0 a 2, assim, considerando as quatro dimensões, a institucionalização pode atingir um índice de 8 (maior institucionalização possível). Como são valores numéricos, é possível tirar média por país e por região e, talvez por isso, é considerada a ferramenta mais precisa até o momento. Kalua (2011), por sua vez, combina duas propostas, utilizando os critérios

do modelo analítico de Randall e Svasand (dimensões interna e externa, estrutural e atitudinal), com uma adaptação da proposta de *scores* do IIP de Basedau e Stroh, assim podendo comparar os partidos analisados de maneira clara, explícita e replicável. Por último, dentro desta categoria de índices, temos a proposta de Bizzarro et al. (2017), que apresenta um índice tridimensional, que mede: 1) o alcance da institucionalização partidária em um país, 2) a proporção de partidos que atingem um limiar de institucionalização mínima e 3) as variações na profundidade desta institucionalização. Os autores fazem isso utilizando banco de dados do VDem Institute⁶¹, construído com respostas de especialistas sobre cinco indicadores de institucionalização. O índice V-Dem é comparado a outros índices existentes e considerado consistente, porém não é reproduzível, proposto para ser consultado.

Outra estratégia encontrada foi pelo método comparativo. Yardımcı-Geyikçi (2015) apresenta em seus estudos dados quantitativos e qualitativos sobre partidos da Turquia, em relação as variáveis do conceito de institucionalização partidária, e compara esses dados com partidos de outros países da Europa, tido como institucionalizados. Assim conclui, não apresentando um índice, mas sim afirmando que os partidos estudados são “tão institucionalizados quanto”. Da mesma maneira, Pérez Talia (2017) compara os indicadores de partidos de Paraguai e Uruguai, operacionalizando o conceito e constatando um nível similar de institucionalização em ambos os países, apesar da diferença dos índices de qualidade da democracia.

Para finalizar, apresentamos uma última categoria de textos que mensuram institucionalização partidária, em separado por se tratar de outras formas de mensuração. São análises que mensuram o conceito apenas como uma etapa dentro de seus desenhos de pesquisa, ou seja, o intuito do texto não é necessariamente responder o nível de institucionalização, mas é preciso saber isso de antemão para concluir a pesquisa. Bolleyer e Ruth (2018), por exemplo, mensuram a institucionalização a partir de três variáveis (duas para rotinização e uma para infusão de valor) do banco de dados da DALP - Democratic Accountability and Linkages Project⁶², que "combina avaliações de especialistas sobre as características organizacionais dos partidos políticos e estratégias de vinculação em 2009 com estatísticas eleitorais e dados sobre os principais executivos

⁶¹ V-Dem institute, ou variedades da democracia. Mais informações em <https://www.v-dem.net/>

⁶² Ver Kitschelt et al. (2009), “Measuring Democratic Accountability: An Initial Report on an Emerging Data Set.” *Revista de Ciencia Política* 29 (3): 741–73.

regimes democráticos de 1848 a 2014, vinculando o conceito à sobrevivência e colapso da democracia. Arter e Kestilä-Kekkonen (2014), operacionalizam uma medida de institucionalização em três arenas (eleitoral, interno-partidária e legislativa) a partir de dados coletados dos partidos, porém não há apresentação de um indicador numérico ou pontuação, e sim uma "auditoria sistemática" (testável no tempo).

Podemos concluir que há várias formas de operacionalização do conceito e que realmente não há um consenso sobre a melhor maneira. Otimizar uma ferramenta, apesar das diferenças de contextos nacionais sobre a atuação dos partidos, permitiria à comunidade científica a possibilidade de grandes estudos comparativos, com validade e confiabilidade. Porém, uma crítica a escalas propostas, que se utilizam de números variantes de indicadores dentre as dimensões, como a de Dix (1992), por exemplo, seria o desequilíbrio na agregação do conjunto de indicadores, que acaba por dar mais peso a um critério do que a outro, no cálculo final do índice. Apesar disso, a tarefa de definir uma dimensão como sendo mais importante ou significativa não cabe no momento da mensuração, e deve ser feita dentro do debate teórico entre dimensões e critérios.

40% na segunda eleição, e 10% no terceiro; um segundo partido parlamentar recebe 65% na primeira eleição, 50% na segunda e 80% na terceira; e um terceiro partido só entra no parlamento depois da segunda eleição com 10% na segunda eleição; o IPS é calculado da seguinte forma: para a primeira eleição $35+65=100$, para a segunda $[48 (40 + 40*0,2) + 60 (50 + 50*0,2) + 10] = 118$, e para a terceira $[14 (10 + 10*0,4) + 112 (80 + 80*0,4) + 12 (10 + 10*0,2)] = 138$. Então, a soma da pontuação de representação ampliada nas três eleições é dividida por uma pontuação total hipotética de 360 (ou seja, 100% para a primeira eleição, 120% para a segunda eleição e 140% para a terceira) e multiplicado por 100. A lógica é que, tendo em conta a estabilidade de ambos os eleitores nas preferências eleitorais (enraizamento) e a idade de uma organização partidária (sistematização), o IPS medirá as duas dimensões da PI (*institucionalização partidária*) juntas, proporcionando-nos uma medida final de a institucionalização de partidos políticos num país [...]" (CASAL BÉRTOA, 2017, p.11).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a analisar sistematicamente como o conceito de institucionalização partidária é tratado na literatura de Ciência Política e como são as propostas de mensuração desse conceito. Para responder essas questões, foi utilizada a técnica de revisão sistemática, bem como técnicas bibliométricas de análise, num conjunto de estudos selecionados sobre o tema, indexados prioritariamente na base Scopus. Essas abordagens metodológicas nos permitiram também reflexões sobre como se deu a construção teórica do conceito, no decorrer do tempo, de acordo com a produção dos artigos empíricos e teóricos.

Constatamos que a produção recente ainda é bastante dependente de obras clássicas da década de sessenta a oitenta, tais como Huntington (1968), Sartori (1976) e Panebianco (1988), principalmente, que estão entre as mais citadas. Porém, vimos que essa literatura se embasa também num conjunto de textos publicados a partir dos anos 2000, representadas principalmente pela obra de Randall e Svasand (2002), indicando a importância das novas análises, com dados empíricos e propostas de mensuração. Considerando as cinquenta principais referências do conjunto de estudos, 42% são obras publicadas após os anos 2000 (dados no Anexo VII).

Tal como Levitsky (1998) argumenta logo no início de seu texto seminal sobre o objeto, no final da década de noventa, o conceito de institucionalização partidária é “amplamente utilizado, mas frequentemente mal definido na literatura sobre partidos políticos” (LEVITSKY, 1998, p.77). A pesquisa permite afirmar que ainda estamos num estágio semelhante, como podemos constatar a partir da categorização e agrupamento de conceituações encontradas. Por um lado, temos a institucionalização partidária sendo tratada como um conceito mensurável multidimensional, mais ligada a uma tradição huntingtoniana, e por outro temos também estudos que tratam do fenômeno da institucionalização como um processo multidimensional, de acordo com o modelo de Panebianco, no qual é preciso ver o partido desde sua origem, as transformações ocorridas no ambiente, e melhor analisada com poucos casos. Como que simplificando o debate sobre o que entendemos por institucionalização do partido, alguns autores expuseram o conceito como uma propriedade partidária, um atributo, possuído pelos partidos que atingiram uma determinada posição e possuem características específicas. Muitos estudos discorrem apenas a partir de um simples empilhamento de definições ou conceituações, além de um grupo de textos que simplesmente não conceituam, dando a

institucionalização partidária como dada e seguindo para a análise proposta sua pesquisa individual. É preciso considerar ainda os argumentos contra o caráter multidimensional do conceito. O que se denota disso tudo, é que sabemos do que se trata a institucionalização partidária, porém o conflito se encontra na proposição de uma definição objetiva, necessária ao avanço científico, e no que isso representa para teoria política como um todo.

Em relação a esse debate sobre multidimensionalidade, percebemos que há flutuações no decorrer do tempo entre as dimensões, conforme discutidas pelos pesquisadores do tema. Dos quatro critérios clássicos de Huntington (1968), por exemplo, denota-se que a dimensão “adaptabilidade” deixa de ser utilizada, e o que se vê na fala dos autores é que a adaptação partidária tende a ser resultado do desenvolvimento do partido, e não fator precedente à sua institucionalização. Da mesma forma, o critério “complexibilidade”, aos poucos vai sendo substituído por outros termos da dimensão organizativa dos partidos políticos, por mais que esta apresente também inúmeras facetas. Todavia, é essa a dimensão predominante na literatura, a organização, o que nos leva a definir que em primeiro lugar, para pensar em institucionalização partidária, é preciso pensar em partidos organizados, com regras, papéis e hierarquias rotinizadas, comportamentos estáveis. Em segundo lugar, o que já imputaria ao conceito dois principais eixos, se uma dimensão principal se refere a organização material e burocrática, a outra dimensão, tão necessária de ser analisada e mensurada quanto, é a dimensão simbólica do partido. Diga-se atitudinal, diga-se ideológica, é essa dimensão que permite ao partido criar raízes na sociedade, a capacidade de infundir seus valores nos atores envolvidos na arena política. Porém, podemos destacar ainda a dimensão de autonomia como uma das mais abordadas nos estudos revisados, seja autonomia do partido em relação ao seu ambiente, ou autonomia das partes em relação ao todo (ou do todo em relação às partes). Assim, indica-se certo consenso de que o modelo de partido ideal que perseguimos nas nossas análises, é um partido organizado, percebido e autônomo.

Acreditamos que o objetivo de listar os critérios/variáveis/dimensões foi cumprido, reconhecendo, todavia, tratar-se de um estudo muito mais descritivo do que analítico. Isso se dá pelo fato de uma dissertação ter seus limites, seja de tempo, possibilidades teóricas e esforço intelectual. Junto aos critérios/variáveis/dimensões, foram listados todos indicadores vinculados a cada item, indicando sempre em qual referência os mesmos foram utilizados. A quantidade de indicadores mobilizados nessa literatura, com os quais é possível mensurar o grau ou nível de institucionalização dos

partidos mostra a dificuldade com que se deparam os cientistas políticos. Para podermos fazer afirmações sobre os partidos precisamos ter uma infinidade de dados, muitos dos quais são de difícil coleta. E como apresentar estudos comparativos que se pautam em conjuntos de dados diferentes entre si? As propostas de mensuração têm de lidar com esse dilema.

A partir da análise das categorias de resultados ou proposições conclusivas dos estudos analisados, podemos ver que a institucionalização partidária é vista junto com outros domínios temáticos, como estudos que vinculam a institucionalização à argumentos de consolidação democrática ou qualidade da democracia, ou a tipos de liderança dos partidos, competição eleitoral, dentre outros. Os resultados que apresentam considerações sobre teoria ou apontam problemas teóricos refletem sobre o mesmo dilema: quais são as dimensões que importam na análise? Quais indicadores são impreteríveis para definição da institucionalização dos partidos? Como se dá a coleta e as formas de mensuração de cada indicador? Importante frisar que o debate sobre institucionalização dos partidos é invariavelmente visto junto ao debate sobre institucionalização de sistemas partidários. Os mapas com a estrutura intelectual do campo mostram isso, indicando que há interdependência entre essas literaturas, e por conta disso, mais uma vez ligada de forma bastante estreita à discussão sobre consolidação democrática. Entendemos que um estado com partidos mais institucionalizados, e que representem um ideário democrático em suas ações e, por intermédio destas, no imaginário popular, tende a fortalecer a democracia.

Por fim, metodologicamente falando, a dissertação dá suporte para a realização de revisões sistemáticas na Ciência Política. Como sugere Dacombe (2018), o método pode agregar muito para a área, pois permite a quantificação de abordagens, métodos e técnicas, resultados, sendo possível apontar lacunas e divergências. Além disso, vários outros itens indicam o ganho teórico obtido com a revisão sistemática, tais como transparência e replicabilidade, considerando a disponibilização do protocolo de revisão e detalhamentos de todos os passos da busca e da leitura dos textos, bem como a diminuição do viés de seleção, como ressaltado no Capítulo 2.

As técnicas bibliométricas, de maneira similar, permitem inúmeras aproximações e leituras, antes mesmo que se fale do conteúdo propriamente dito dos artigos e estudos selecionados na pesquisa. Essas técnicas podem ser usadas tanto para grandes corpus de literatura (grandes bancos de metadados textuais), como para aprofundamento num domínio específico, como no caso desta dissertação. A assunção de que essas técnicas,

somadas a revisão sistemática (e quiçá metanálises) podem contribuir para a área nos direciona a outras implicações, como priorizar técnicas de resumo estruturado, protocolos de fichamento compartilhados, dentre outras padronizações de procedimentos que ainda destoam na Ciência Política, quando o que se exige são comparações agregadas. A institucionalização da área enquanto ciência passa pelo reconhecimento dessas contribuições.

REFERÊNCIAS

- ABRIZAH, A.; ZAINAB, A. N.; KIRAN, K.; RAJ, R. G. LIS journals scientific impact and subject categorization: A comparison between Web of Science and Scopus. *Scientometrics*, v. 94, n. 2, p. 721–740, 2013.
- ADCOCK, R. What is a Concept? **Committee on Concepts and Methods Working Paper Series**, v. 1, n. April, p. 1–34, 2005.
- ALENDÁ, S. Cambio e institucionalización de la “nueva derecha” Chilena (1967-2010). *Revista de Sociología e Política*, v. 22, n. 52, p. 159–180, 2014.
- ARTER, D.; KESTILÄ-KEKKONEN, E. Measuring the Extent of Party Institutionalisation: The Case of a Populist Entrepreneur Party. *West European Politics*, v. 37, n. 5, p. 932–956, 2014.
- BAER, D. L. Who has the body? Party Institutionalization and Theories of Party Organization. , v. 14, p. 1–38, 1993.
- BASABE-SERRANO, S. Carreras legislativas discretas en contextos de débil institucionalización partidista: propuesta teórica y evidencia empírica aplicada a la legislatura de Ecuador, 1979-2007. *Revista de Ciencia Política*, v. 38, n. 1, p. 1–23, 2018.
- BASEDAU, M.; STROH, A. Measuring Party Institutionalization in Developing Countries: a new research instrument applied to African political parties. *GIGA Working Papers*, , n. 69, 2008.
- BAUMEISTER, R. F.; LEARY, M. R. Highly cited - Writing narrative literature reviews. *Review of General Psychology*, v. 1, n. 3, p. 311–320, 1997.
- BIZZARRO, F.; HICKEN, A.; SELF, D. The V-Dem Party Institutionalization Index: A New Global Indicator (1900-2015). *SSRN Electronic Journal*, , n. May, 2017.
- BOHN, S. R.; PAIVA, D. A volatilidade eleitoral nos estados sistema partidário e democracia no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, n. 33, p. 187–208, 2009.
- BOLLEYER, N.; BYTZEK, E. Origins of party formation and new party success in advanced democracies. *European Journal of Political Research*, v. 52, n. 6, p. 773–796, 2013.
- BOLLEYER, N.; RUTH, S. P. Elite investments in party institutionalization in new democracies: A two-dimensional approach. *Journal of Politics*, v. 80, n. 1, p. 288–302, 2018.
- BOLOGNESI, B. Caminhos para o poder: a seleção de candidatos a Deputado Federal nas eleições de 2010. 229 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), Centro de Educação em Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
- BOLOGNESI, B. Institucionalização Partidária: a proposta de uma ferramenta bidimensional para indicadores empíricos. *Anpocs*, , n. 21 a 25 de outubro de 2012, 2012.
- BRAGA, M. S. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.4, 2010.
- BRAGA, R. DE J.; SATHLER, A. R.; MIRANDA, R. C. DA R. The institutionalisation of the Brazilian Chamber of Deputies. *Journal of Legislative Studies*, v. 22, n. 4, p.

460–483, 2016.

CAMPELLO, D. Institucionalização Partidária e Consistência Programática: A Resposta da Esquerda a Ataques Especulativos na América Latina. **Dados**, v. 58, n. 2, p. 427–460, 2015.

CASAL BÉRTOA, F. Political parties or party systems? Assessing the ‘myth’ of institutionalisation and democracy. **West European Politics**, v. 40, n. 2, p. 402–429, 2017.

CERVI, E. U.; CODATO, A. N. Institucionalização partidária: uma discussão empírica a partir do caso do PFL do Paraná. In: CODATO, A. N.; SANTOS, F. J. (Org.). **Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica**. p. 245-274, Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, 2006.

CODATO, A. Utilizando citações para além do fator de impacto: uma alternativa para determinar topografias científicas. **Conference: Reunião da Rede SciELO**, 2018.

COLLINS, P. M.; RINGHAND, L. A. The Institutionalization of Supreme Court Confirmation Hearings. **Law and Social Inquiry**, v. 41, n. 1, p. 126–151, 2016.

COOPER, H. M. Scientific Guidelines for Conducting Integrative Research Reviews. **Review of Educational Research**, v. 52, n. 2, p. 291–302, 1982.

DACOMBE, R. Systematic Reviews in Political Science: What Can the Approach Contribute to Political Research? **Political Studies Review**, v. 16, n. 2, p. 148–157, 2018.

DAIGNEAULT, P. M.; JACOB, S.; OUIMET, M. Using systematic review methods within a Ph.D. dissertation in political science: challenges and lessons learned from practice. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 17, n. 3, p. 267–283, 2012.

DAZA, J. D. La institucionalización partidista. Una propuesta de abordaje de las estructuras organizativas partidistas. , , n. 27, p. 103–127, 2005.

DIX, R. H. Democratization and the Institutionalization of Latin American political parties. **Comparative Political Studies**, v. 24, n. 4, p. 488–511, 1992.

VAN ECK, N. J.; WALTMAN, L. Visualizing Bibliometric Networks. In: Y. DING; R. ROUSSEAU; D. WOLFRAM (Orgs.); **Measuring scholarly impact: Methods and practice**. Springer: p.285–320, 2014.

FABBRI, S.; SILVA, C.; HERNANDES, E.; et al. Improvements in the StArt tool to better support the systematic review process. **Proceedings of the 20th International Conference on Evaluation and Assessment in Software Engineering - EASE '16**, p. 1–5, 2016.

FERRARI, R. Writing narrative style literature reviews. **Medical Writing**, 2015.

FIGUEIREDO, D. B.; PARANHOS, R.; SILVA, J. A. DA; ROCHA, E. C. DA; ALVES, D. P. O que é, para que serve e como se faz uma meta-análise? **Teoria e Pesquisa**, v. 23, n. 2, p. 205–228, 2014.

GERRING, J. **Social Science Methodology: A Criterial Framework**. Cambridge University Press, 2001.

GERRING, J. **Social Science Methodology: A Unified Framework (second edition)**. Cambridge University Press, 2012.

- GOIRAND, C. The Worker's Party, from Contention to Public Action: A Case of Institutionalization. **Journal of Politics in Latin America**, v. 6, n. 3, p. 95–127, 2014.
- GRÁCIO, M. C. C. Acoplamento bibliográfico e análise de cocitação: revisão teórico-conceitual. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 21, n. 47, p. 82, 2016.
- HARMEL, R.; SVÅSAND, L. Party Leadership and Party Institutionalisation: Three Phases of Development. **West European Politics**, v. 16, n. 2, p. 67–88, 1993.
- HARZING, A. W.; ALAKANGAS, S. Google Scholar, Scopus and the Web of Science: a longitudinal and cross-disciplinary comparison. **Scientometrics**, v. 106, n. 2, p. 787–804, 2016.
- HERMANNNS, H. Political parties in south korea and taiwan after twenty years of democratization. **Pacific Focus**, v. 24, n. 2, p. 205–224, 2009.
- HICKEN, A., MARTINEZ KUHONTA, E. Shadows from the past: party system institutionalization in asia. *Comparative political studies*, 44 (5), pp. 572-597, 2011.
- HLOUŠEK, V.; KOPEČEK, L. Different Ways of Institutionalising Entrepreneurial Parties: Czech Public Affairs Party and ANO. **Politologický časopis - Czech Journal of Political Science**, v. 24, n. 2, p. 92–115, 2017.
- HUNTINGTON, S. P. **A ordem política nas sociedades em mudança**. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
- HUNTINGTON, S. P. **Political order in changing societies**, New Haven, Yale University Press, 1968.
- IKEANYIBE, O. Internal Party Democracy, Party Candidature, and Democratic Consolidation in Nigeria's Fourth Republic. **Politics and Policy**, v. 42, n. 5, p. 769–804, 2014.
- JANDA, K. **Political Parties: A Cross-National Survey**. New York: The Free Press, 1980.
- JIMÉNEZ BADILLO, M. Transfuguismo legislativo entre gobierno y oposición en guatemala. **America Latina Hoy**, v. 79, p. 153–187, 2018.
- KALUA, P. The extent of political party institutionalization in Malawi: The case of United Democratic Front (UDF) and Malawi Congress Party (MCP). **Forum for Development Studies**, v. 38, n. 1, p. 43–63, 2011.
- KIM, M. C.; ZHU, Y. Scientometrics of Scientometrics: Mapping Historical Footprint and Emerging Technologies in Scientometrics. **Scientometrics**, 2018.
- KIRCHHEIMER, O. The transformation of the western european party system. In: LA PALOMBARA; WEINER (eds). *Political parties and political development*, pp. 177-200. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1966.
- KOUBA, K. Institucionalización de partidos y la eliminación de los límites a los mandatos presidenciales en América Latina. **Revista de Ciencia Política**, v. 36, n. 2, p. 433–457, 2016.
- KRUPAVICIUS, A. The post-communist transition and institutionalization of Lithuania's parties. **Political Studies**, v. 46, n. 3, p. 465–491, 1998.
- KUMBARACIBAŞI, A. C. Models of party institutionalization and problems of democratic consolidation. **Mediterranean Politics**, v. 00, n. 00, p. 1–30, 2018.

- LAM, J. T. M. Party institutionalization in Hong Kong. **Asian Perspective**, v. 34, n. 2, p. 53–82, 2010.
- DE LANGE, S. L.; ART, D. Fortuyn versus wilders: An agency-based approach to radical right party building. **West European Politics**, v. 34, n. 6, p. 1229–1249, 2011.
- LEVITSKY, S. Institutionalization and peronism: The concept, the case and the case for unpacking the concept. **Party Politics**, v. 4, n. 1, p. 77–92, 1998.
- LEWIS, P. G. Political Institutionalisation and Party Development in Post-communist Poland. **Europe-Asia Studies**, v. 46, n. 5, p. 779–799, 1994.
- LUNA, J. P.; ALTMAN, D. Uprooted but stable: Chilean parties and the concept of party system institutionalization. **Latin American Politics and Society**, v. 53, n. 2, p. 1–28, 2011.
- MAINWARING, S.; SCULLY, T. A institucionalização dos sistemas partidários na América Latina. **Dados**, v. 37, n. 1, 1994.
- MAINWARING, S.; TORCAL, M. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião Pública**, v. 11, n. 2, p. 249–286, 2005.
- MAINWARING, S., ZOCO, E., Political sequences and the stabilization of interparty competition: electoral volatility in old and new democracies. *Party politics*, 13 (2), pp. 155-178, 2007.
- MALLAKURBANOV, A. A.; BABOSHINA, E. V.; ALIEVA, J. K.; SHAFIEV, M. M.; PIROVA, R. N. <Iron Law of Oligarchy> by R. Michels and contemporary process of political institutionalization of parties. **Social Sciences (Pakistan)**, v. 10, n. 7, p. 1614–1618, 2015.
- MARTÍNEZ GONZÁLEZ, V. H. Un partido muy partido: el PRD y su dirigencia 15 años fraccionada. **Estudios Políticos**, v. 8, n. 6, p. 145–174, 2005.
- DI MASCIO, F. Exploring the link between patronage and party institutionalization: An historical-institutional analysis of the Italian transition. **Democratization**, v. 21, n. 4, p. 678–698, 2014.
- MCMENAMIN, I.; GWIAZDA, A. Three roads to institutionalisation: Vote-, office- and policy-seeking explanations of party switching in Poland. **European Journal of Political Research**, v. 50, n. 6, p. 838–866, 2011.
- MEDINA, J. A. The Rise and Fall of the Argentine Centre—Left. **Party Politics**, v. 15, n. 3, p. 357–375, 2009.
- MIERZEJEWSKI-VOZNYAK, M. G. Party politics after the colour revolutions: party institutionalisation and democratisation in Ukraine and Georgia. **East European Politics**, v. 30, n. 1, p. 86–104, 2014.
- MOHER, D.; SHAMSEER, L. Preferred reporting items for systematic review and meta-analysis protocols (PRISMA-P) 2015 statement. **Systematic Reviews**, v. 4, n. 1, 2015.
- MONTEBELO, R.; ORLANDO, A.; PORTO, D.; ZANIRO, D.; FABBRI, S. SRAT (Systematic Review Automatic Tool) – Uma Ferramenta Computacional de Apoio à Revisão Sistemática. V **Experimental Software Engineering Latin American Workshop, ICMC-São Carlos**, p. 10, 2007.
- MURIAAS, R. L.; RAKNER, L.; SKAGE, I. A. Political capital of ruling parties after

- regime change: contrasting successful insurgencies to peaceful pro-democracy movements. **Civil Wars**, v. 18, n. 2, p. 175–191, 2016.
- NIELSEN, S. W. On Political Brands: A Systematic Review of the Literature. **Journal of Political Marketing**, v. 16, n. 2, p. 118–146, 2017.
- NUVUNGA, A.; SITOIE, E. Party Institutionalisation in Mozambique: “The Party of the State” vs the Opposition. **Journal of African elections**, v. 12, n. 1, p. 109–142, 2013.
- OCTAVIANO, F. R.; FELIZARDO, K. R.; MALDONADO, J. C.; FABBRI, S. C. P. F. Semi-automatic selection of primary studies in systematic literature reviews: is it reasonable? **Empirical Software Engineering**, v. 20, n. 6, p. 1898–1917, 2015.
- OPALO, K. The long road to institutionalization: The Kenyan Parliament and the 2013 elections. **Journal of Eastern African Studies**, v. 8, n. 1, p. 63–77, 2014.
- PALANZA, V.; SCARTASCINI, C.; TOMMASI, M. Congressional Institutionalization: A Cross-National Comparison. **Legislative Studies Quarterly**, v. 41, n. 1, p. 7–34, 2016.
- PANEBIANCO, A. **Modelos de Partido: Organização e poder nos partidos políticos**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PANEBIANCO, A. **Political parties: organization and power**, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.
- PEDAHZUR, A.; BRICHTA, A. The attractiveness of the seemingly unattractive: An Israeli case. **Local Government Studies**, v. 26, n. 3, p. 55–70, 2000.
- PEDAHZUR, A.; BRICHTA, A. The institutionalization of extreme right-wing charismatic parties: A paradox? **Party Politics**, v. 8, n. 1, p. 31–49, 2002.
- PEREPECHKO, A.S.; ZUMBRUNNEN, C.; KOLOSSOV, V. A. Organization and institutionalization of Russia’s political parties in 1905-1917 and 1993-2007: Similarities and differences from two occidentalist periods. **Party Politics**, v. 17, n. 5, p. 581–609, 2011.
- PERES, P. Sistema Partidário e Institucionalização Democrática: Análise da Teoria de Sistemas Partidários, do Conceito de Institucionalização e de suas formas de Mensuração. 2000. Não publicado.
- PERES, P. S. Institucionalização do sistema partidário ou evolução da competição? Uma proposta de interpretação econômica da volatilidade eleitoral. **Opinio Publica**, v. 19, n. 1, p. 21–48, 2013.
- PÉREZ TALIA, M. E. La institucionalización partidista y su relación con la calidad de la democracia: Paraguay y Uruguay en perspectiva comparada. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, v. 62, n. 229, p. 297–330, 2017.
- PERISSINOTTO, R. M.; BOLOGNESI, B. Electoral Success and Political Institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). *Brazilian Political Science Review (Online)*, Rio de Janeiro, v.4, n.1, 2010.
- PETTICREW, M.; ROBERTS, H. **Systematic reviews in the social sciences. A practical guide**. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2006.
- POLSBY, N. W. The Institutionalization of the U.S. House of Representatives. **The American Political Science Review**, v. 62, n. 1, p. 144–168, 1968.
- POLSBY, N. W. A institucionalização da câmara dos deputados dos Estados Unidos.

Revista de Sociologia e Política, v. 16, n. 30, p. 221–251, 2008.

RAKNER, L. Institutionalizing the pro-democracy movements: The case of Zambia's movement for Multiparty Democracy. **Democratization**, v. 18, n. 5, p. 1106–1124, 2011.

RANDALL, V.; SVÅSAND, L. Party Institutionalization in New Democracies. **Party Politics**, v. 8, n. 1, p. 5–29, 2002.

SARTORI, G. **Parties and party systems**. Cambridge: cambridge university press, 1976.

SARTORI, G. **Partidos e sistemas partidários**. vol. I ed. Brasília: Brasília, Ed. Universidade de, 1982.

SARTORI, G.; RIGGS, F.; TEUNE, H. Introduction. The Tower of Babel. **The Tower of Babel: On the Definition and Analysis of Concepts in the Social Sciences**. p.7–37, 1975. Pittsburgh: International Studies Association, Occasional Paper n. 6.

SELZNICK, P.; BROOM, L. **Sociology: A text with adapted readings**. 4th editio ed. New York: Harper & Row Publishers, 1968.

SCHATTSCHEIDER, E. E. **Party government**. New York: Farrar and Rinehart. 1942.

SILVA, J. A.; BIANCHI, M. DE L. P. Cientometria: a métrica da ciência. **Paidéia**, v. 11, n. 20, p. 5–10, 2001.

SILVA, M. R. DA; HAYASHI, C. R. M.; HAYASHI, M. C. P. I. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc**, v. 2, n. 1, p. 110–129, 2011.

SINPENG, A. Party banning and the impact on party system institutionalization in Thailand. **Contemporary Southeast Asia**, v. 36, n. 3, p. 442–466, 2014.

ŠKRABÁKOVÁ, K. Islamist Women as Candidates in Elections: A Comparison of the Party of Justice and Development in Morocco and the Muslim Brotherhood in Egypt. **Die Welt des Islams**, v. 57, p. 329–359, 2017.

STOCKTON, H. Political parties, party systems, and democracy in East Asia: Lessons from Latin America. **Comparative Political Studies**, v. 34, n. 1, p. 94–119, 2001.

STOKKE, K.; WIN, K.; AUNG, S. M. Political parties and popular representation in Myanmar's democratisation process. **Journal of Current Southeast Asian Affairs**, v. 34, n. 3, p. 3–35, 2015.

TAROUCO, G. Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006). *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.4, 2010.

TAN, N. Gender reforms, electoral quotas, and women's political representation in Taiwan, South Korea, and Singapore. **Pacific Affairs**, v. 89, n. 2, p. 309–323, 2016.

THAMES, F. C. A house divided party strength and the mandate divide in Hungary, Russia, and Ukraine. **Comparative Political Studies**, v. 38, n. 3, p. 282–303, 2005.

THAMES, F. C. Discipline and party institutionalization in post-Soviet Legislatures. **Party Politics**, v. 13, n. 4, p. 456–477, 2007.

UFEN, A. Political party and party system institutionalization in Southeast Asia: Lessons for democratic consolidation in Indonesia, the Philippines and Thailand.

Pacific Review, v. 21, n. 3, p. 327–350, 2008.

UFPR. **Manual de normalização de documentos científicos**: de acordo com as normas da ABNT. Curitiba, Editora UFPR: 2017.

VERCESI, M. Owner parties and party institutionalisation in Italy: is the Northern League exceptional? **Modern Italy**, v. 20, n. 4, p. 395–410, 2015.

WALSH, I.; RENAUD, A. **Reviewing the literature in the IS field: Two bibliometric techniques to guide readings and help interpretation of the literature**. 2017.

WEISSENBACH, K. Political party assistance in transition: The German “Stiftungen” in sub-Saharan Africa. **Democratization**, v. 17, n. 6, p. 1225–1249, 2010.

WHITEHEAD, R. L. The institutionalisation of the tanzanian opposition parties: How stable are they? **Report - Chr. Michelsen Institute**, , n. 3, p. 1–24, 2000.

WILKINSON, S. I. Where ’ s the Party ? The Decline of Party Institutionalization and What (if Anything) that Means for Democracy. **Government and Opposition**, v. 50, n. 03, p. 420–445, 2015.

WILLIAMS, G. Understanding “political stability”: Party action and political discourse in West Bengal. **Third World Quarterly**, v. 22, n. 4, p. 603–622, 2001.

YAFFÉ, J. Competencia interna y adaptación partidaria en el frente amplio de Uruguay. **Perfiles Latinoamericanos**, , n. 41, p. 71–94, 2013.

YARDIMCI-GEYIKÇI, Ş. Party institutionalization and democratic consolidation: Turkey and Southern Europe in comparative perspective. **Party Politics**, v. 21, n. 4, p. 527–538, 2015.

APÊNDICE I - PROTOCOLO DA REVISÃO SISTEMÁTICA – SOFTWARE
START

StArt - State of the Art through Systematic Review

SYSTEMATIC REVIEW - O CONCEITO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA: UMA ANÁLISE SISTEMÁTICA DA LITERATURA DE CIÊNCIA POLÍTICA

Title:	O conceito de institucionalização partidária: uma análise sistemática da literatura de Ciência Política
Researchers:	Katiano Miguel Cruz;
Description:	Revisão sistemática sobre o conceito institucionalização partidária na literatura especializada (artigos indexados em bases bibliográficas) da área de Ciência Política
Objectives:	<p>i) Coletar trabalhos que tratem especificamente do conceito de institucionalização partidária</p> <p>ii) Listar os critérios ou variáveis utilizadas nessa literatura que explicam o fenômeno de institucionalização dos partidos políticos;</p> <p>iii) Listar os indicadores empiricamente observáveis vinculados a cada variável/critério de institucionalização partidária;</p> <p>iv) Listar as propostas de mensuração da institucionalização partidária</p> <p>v) Classificar os estudos a partir de seus elementos teóricos: tais como: questão/objetivos, objetos, metodologia predominante e principais resultados, apontando quais são os elementos predominantes nos trabalhos.</p>
Main Question:	(I) Como a produção científica da área de Ciência Política trata o conceito de institucionalização partidária?
Secondary Questions:	<p>- Quais são os objetos analisados nos textos selecionados?</p> <p>- Quais as características dos textos selecionados?</p> <p>- Quais são os métodos e técnicas predominantes?</p> <p>- Quais são as propostas para mensurar o conceito de institucionalização partidária?</p> <p>- Quais são os resultados desses estudos?</p>
Keywords:	institutionalization; party institutionalization; party; political parties; party theory;
Source Selection Criteria:	Definir a principal base bibliográfica que indexa textos da área de Ciência política
Studies Languages:	English; Spanish; Portuguese;

Source Search Methods:	Busca manual nas bases bibliográficas, a partir de uma string de busca que resulte no máximo de textos possíveis (strings indicados na etapa de execução); Exportação dos metadados dos textos listados pelas bases no formato suportado pela ferramenta StArt;
Source Engine:	Scopus;
Studies inclusion and exclusion criterias:	<ul style="list-style-type: none"> (I) Estudo teórico sobre institucionalização partidária; (I) Estudo empírico sobre institucionalização partidária; (I) Estudo sobre partido, com ênfase em alguma dimensão da institucionalização partidária; (E) Estudo sobre institucionalização de sistema(s) partidário(s) (não sobre partidos); (E) Estudo de outro objeto no qual o conceito de institucionalização partidária (ou de sistema partidário) é variável independente ou resultado; (E) Estudos sobre institucionalização de outros processos/instituições políticas; (E) Estudo partidários em geral (que não tratam sobre institucionalização partidária); (E) Estudos de outras áreas;
Studies types definition:	Somente artigos (research articles);
Initial studies selection:	A partir dos títulos, key-words e da leitura dos abstracts (metadados exportados das bases bibliográficas);
Studies quality evaluation:	Não é o caso
Information Extraction Fields:	<ul style="list-style-type: none"> Problema de pesquisa/objetivos do estudo; Objeto; Métodos e técnicas; Tipo de estudo={Large N; Small N; Estudo de caso; Estudo teórico}; Como o texto conceitua institucionalização partidária; O texto enfatiza quais itens?={Partido(s), Sistema partidário, Teoria, Método, História política}; O artigo é predominantemente={Quantitativo; Qualitativo}; O artigo propõe mensuração do conceito={Sim, Não}; Proposta de mensuração; Listar critérios ou variáveis utilizadas para mensuração do conceito; Listar indicadores empiricamente orientados para a mensuração do conceito; Principais resultados;
Results Summarization:	<ul style="list-style-type: none"> Categorização e agrupamentos dos itens extraídos; Lista de critérios/variáveis e indicadores, predominância; Frequências descritivas;

APÊNDICE II – QUADRO SÍNTESE DA REVISÃO SISTEMÁTICA. DIMENSÕES, INDICADORES E PROPOSTAS DE MENSURAÇÃO

Quadro síntese dos textos revisados – Dimensões, indicadores e propostas de mensuração

Referência	BOLLEYER, N.; RUTH, S. P. Elite investments in party institutionalization in new democracies: A two-dimensional approach. Journal of Politics , v. 80, n. 1, p. 288–302, 2018
Critérios / variáveis / indicadores	Duas dimensões: rotinização (R) e infusão de valor (IV) Sete indicadores: Polarização do sistema (IV), fragmentação partidária (R e IV), Financiamento estatal permanente (R), Gabinetes no legislativo (R), Gabinete do executivo (tempo) (R e IV), Ambiente formativo (R e IV), Grupos de base (R e IV)
Proposta de mensuração	O nível de institucionalização é mensurado a partir de três variáveis, duas para a dimensão de rotinização (1. estabelecimento de diretórios locais permanentes, 2. existência de intermediários partidários locais) e uma para a dimensão de infusão de valor (“lealdade partidária de longo prazo invocando as origens históricas do partido ou realizações de líderes históricos, ou referências a símbolos e rituais do partido”), e representado no gráfico de quadrantes. As variáveis estão disponíveis do banco de dados do Survey da DALP (Kitschelt et al. 2009), que “combina classificações de especialistas sobre as características organizacionais dos partidos políticos e estratégias de vinculação em 2009 com estatísticas eleitorais e dados sobre chefes executivos de 1978 a 2008”
Referência	CASAL BÉRTOA, F. Political parties or party systems? Assessing the ‘myth’ of institutionalisation and democracy. West European Politics , v. 40, n. 2, p. 402–429, 2017.
Critérios / variáveis / indicadores	Apresenta quadro síntese com os critérios mais utilizados na: Adaptabilidade, complexidade, autonomia, coesão, sistematicidade/rotinização/organização, reificação, enraizamento ou infusão de valores, continuidade/sobrevivência, e eficácia partidária. Utiliza duas: enraizamento e sistematicidade
Proposta de mensuração	[para a institucionalização partidária] utiliza o Índice de Estabilização do Partido (IPS) de Lewis (2006);
Referência	HLOUŠEK, V.; KOPEČEK, L. Different Ways of Institutionalising Entrepreneurial Parties: Czech Public Affairs Party and ANO. Politologický časopis - Czech Journal of Political Science , v. 24, n. 2, p. 92–115, 2017.
Critérios / variáveis / indicadores	Modelo de três fases da institucionalização: identificação, organização estabilização
Proposta de mensuração	Não possui
Referência	PÉREZ TALIA, M. E. La institucionalización partidista y su relación con la calidad de la democracia: Paraguay y Uruguay en perspectiva comparada. Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales , v. 62, n. 229, p. 297–330, 2017.
Critérios / variáveis / indicadores	Duas dimensões: Desenvolvimento organizacional e enraizamento na sociedade Seis indicadores: filiação partidária, integridade territorial, recursos financeiros, volatilidade eleitoral, identificação partidária, confiança do eleitorado
Proposta de mensuração	Segue a proposta de Yardimci-Geyikci (2013), nível de institucionalização partidária comparativa, e propõe uma série de indicadores quantitativos para operacionalização do conceito, em duas dimensões

Referência	MURIAAS, R. L.; RAKNER, L.; SKAGE, I. A. Political capital of ruling parties after regime change: contrasting successful insurgencies to peaceful pro-democracy movements. <i>Civil Wars</i> , v. 18, n. 2, p. 175–191, 2016.
Critérios / variáveis / indicadores	Dois variáveis: capital administrativo e capital ideacional
Proposta de mensuração	A partir do conceito de capital político (HALE, 2007), com duas variáveis, o resultado agregado desses capitais indica uma institucionalização forte ou fraca.
Referência	YARDIMCI-GEYIKÇI, Ş. Party institutionalization and democratic consolidation: Turkey and Southern Europe in comparative perspective. <i>Party Politics</i> , v. 21, n. 4, p. 527–538, 2015.
Critérios / variáveis / indicadores	Dois dimensões: Desenvolvimento organizacional e Raízes na sociedade Cinco indicadores: Força de associação, abrangência territorial e recursos financeiros (da dimensão 1), volatilidade eleitoral de partido individual, identificação partidária e legitimidade pública (da dimensão 2)
Proposta de mensuração	A mensuração se dá por método comparativo (de semelhança ou diferença) com partidos de outros países do Sul da Europa (considerados como altamente institucionalizados)
Referência	VERCESI, M. Owner parties and party institutionalisation in Italy: is the Northern League exceptional? <i>Modern Italy</i> , v. 20, n. 4, p. 395–410, 2015.
Critérios / variáveis / indicadores	2 variáveis: Organização partidária e identidade política 6 indicadores: identidade política, estrutura organizacional formal, força da estrutura organizacional, força da liderança, controle de nomeações (pela liderança), democracia interna
Proposta de mensuração	Variável dependente: institucionalização partidária; variáveis independentes: Organização partidária e identidade política (variável interveniente: eventos) Mensuração qualitativa
Referência	STOKKE, K.; WIN, K.; AUNG, S. M. Political parties and popular representation in Myanmar's democratisation process. <i>Journal of Current Southeast Asian Affairs</i> , v. 34, n. 3, p. 3–35, 2015.
Critérios / variáveis / indicadores	4 variáveis: Organização partidária, raízes na sociedade, Coerência, autonomia decisional
Proposta de mensuração	Não tem
Referência	MALLAKURBANOV, A. A.; BOBOSHINA, E. V.; ALIEVA, J. K.; SHAFIEV, M. M.; PIROVA, R. N. "Iron Law of Oligarchy" by R. Michels and Contemporary Process of Political Institutionalization of Parties. <i>The Social Sciences</i> , v. 10, n. 7, p. 1614–1618, 2015.
Critérios / variáveis / indicadores	Não tem
Proposta de mensuração	Não tem

Referência	SINPENG, A. Party banning and the impact on party system institutionalization in Thailand. Contemporary Southeast Asia , v. 36, n. 3, p. 442–466, 2014.
Critérios / variáveis / indicadores	2 dimensões: Legitimidade (1) e Autonomia (2) 5 indicadores participação nas eleições/votos (1), votos anti-sistema (1), organização partidária (2), adaptação partidária (2) e política dinástica (2)
Proposta de mensuração	Propõe um estudo qualitativo das dimensões de institucionalização
Referência	MIERZEJEWSKI-VOZNYAK, M. G. Party politics after the colour revolutions: party institutionalisation and democratisation in Ukraine and Georgia. East European Politics , v. 30, n. 1, p. 86–104, 2014.
Critérios / variáveis / indicadores	Quatro dimensões: sistematicidade (1), infusão de valor (2), autonomia decisional (3), reificação (4) Sete indicadores: história e aparato partidário (1), liderança (1), clientelismo (1), financiamento partidário (1), ideologia programática (2), autonomia do partido perante seus parlamentares (3), criação de símbolos (4)
Proposta de mensuração	A partir da matriz quadrática de Randall e Svasand, na qual cada dimensão é avaliada como forte ou fraca
Referência	ARTER, D.; KESTILÄ-KEKKONEN, E. Measuring the Extent of Party Institutionalisation: The Case of a Populist Entrepreneur Party. West European Politics , v. 37, n. 5, p. 932–956, 2014.
Critérios / variáveis / indicadores	Institucionalização em três arenas: eleitoral, interno-partidária e legislativa 8 indicadores: Identificação partidária e apoio eleitoral (surveys) – E, participação no núcleo do partido (proporção voto/membro) – IP, fornecimento efetivo de candidatos – IP, dispersão da autoridade intrapartidária (troca de liderança) – IP, troca de partido/deserções – L, ações disciplinar – L, faccionalismo – L, coesão política interna - L
Proposta de mensuração	Operacionalização da medida de institucionalização em três arenas, a partir de dados coletados do partido, porém não a partir de um indicador numérico ou nota, e sim uma "auditoria sistemática" (testável no tempo)
Referência	IKEANYIBE, O. Internal Party Democracy, Party Candidature, and Democratic Consolidation in Nigeria's Fourth Republic. Politics and Policy , v. 42, n. 5, p. 769–804, 2014.
Critérios / variáveis / indicadores	Discute três critérios: papel da liderança, faccionalismo e organização partidária (regras formais/informais)
Proposta de mensuração	Não tem
Referência	BOLLEYER, N.; BYTZEK, E. Origins of party formation and new party success in advanced democracies. European Journal of Political Research , v. 52, n. 6, p. 773–796, 2013.
Critérios / variáveis / indicadores	Separa dois tipos de partidos: partidos enraizados e partidos empreendedores, e neles usa 6 indicadores do estudo: Capacidade de avanço (breakthrough success), permissividade do sistema eleitoral, distinção ideológica, acesso a financiamento e radiodifusão, nível regional de força, participação no governo
Proposta de mensuração	não mensura institucionalização, o que é mensurado é a capacidade de sustentabilidade (uma ou duas reeleições) de novos partidos após o primeiro avanço eleitoral

Referência	YAFFÉ, J. Competencia interna y adaptación partidaria en el frente amplio de Uruguay. Perfiles Latinoamericanos , n. 41, p. 71–94, 2013.
Critérios / variáveis / indicadores	Discute 5 variáveis: Organização partidária (competência) organizacional, fracionamento, liderança interna (competência de liderança), enraizamento social e adaptabilidade
Proposta de mensuração	Não tem
Referência	DE LANGE, S. L.; ART, D. Fortuyn versus wilders: An agency-based approach to radical right party building. West European Politics , v. 34, n. 6, p. 1229–1249, 2011
Critérios / variáveis / indicadores	Variáveis: autonomia, organização e rotinização Indicadores: liderança interna, recrutamento, treinamento e socialização partidária
Proposta de mensuração	Não tem
Referência	RAKNER, L. Institutionalizing the pro-democracy movements: The case of Zambia's movement for Multiparty Democracy. Democratization , v. 18, n. 5, p. 1106–1124, 2011.
Critérios / variáveis / indicadores	itens apontados como responsáveis pela fraca institucionalização: fragmentação (sistema), liderança, financiamento, ausência de convenções, colaboração de grupos internacionais
Proposta de mensuração	Não tem
Referência	MCMENAMIN, I.; GWIAZDA, A. Three roads to institutionalisation: Vote-, office- and policy-seeking explanations of party switching in Poland. European Journal of Political Research , v. 50, n. 6, p. 838–866, 2011.
Critérios / variáveis / indicadores	2 variáveis: Trocas partidárias e direção das trocas (governo/oposição) 7 indicadores: pesquisa sobre votos e proporção de votos (poll), posição na lista partidária (list), filiação partidária parlamentar (government), proporção de membros no início de registro (members), idade do partido (old party), Carreira parlamentar (experience), posição ideológica (right)
Proposta de mensuração	Não mensura institucionalização, o que é mensurado são as prováveis rotas de institucionalização, a partir de testes estatísticos por dados de troca de partido. Coeficientes acima de um aumentam o risco de mudança, enquanto coeficientes abaixo de um reduzem o risco de mudança (troca parlamentar)
Referência	PEREPECHKO, A.S.; ZUMBRUNNEN, C.; KOLOSSOV, V. A. Organization and institutionalization of Russia's political parties in 1905-1917 and 1993-2007: Similarities and differences from two occidentalist periods. Party Politics , v. 17, n. 5, p. 581–609, 2011.
Critérios / variáveis / indicadores	5 indicadores: Legitimação, penetração/difusão, centralização/descentralização, carisma, ideologia
Proposta de mensuração	Modelo logit, no qual a variável dependente é a quantidade de vitórias em eleições (pré ou pós-soviéticas) e 5 variáveis independentes (critérios), que resulta em oito modelos preditores de institucionalização

Referência	KALUA, P. The extent of political party institutionalization in Malawi: The case of United Democratic Front (UDF) and Malawi Congress Party (MCP). <i>Forum for Development Studies</i> , v. 38, n. 1, p. 43–63, 2011.
Critérios / variáveis / indicadores	5 critérios: sistematicidade (1), autonomia decisional (2), infusão de valores (3), reificação (4), volatilidade eleitoral (5)
Proposta de mensuração	utiliza os critérios de Randall e Svasand (dimensões interna e externa, estrutural e atitudinal), com uma adaptação da proposta de scores do IIP de Basedau e Stroh (no qual cada indicador recebe um score de 0 a 8)
Referência	WEISSENBACH, K. Political party assistance in transition: The German “Stiftungen” in sub-Saharan Africa. <i>Democratization</i> , v. 17, n. 6, p. 1225–1249, 2010.
Critérios / variáveis / indicadores	<p>7 dimensões (4 da IIP e 3 do modelo AP): raízes na sociedade (1), autonomia (2), nível de organização (3), coerência (4), democracia interna do partido (5), integração regional e internacional (6), programa partidário (7)</p> <p>25 indicadores: Idade do partido em relação à independência (1); Idade do partido em relação ao início do período multipartidário (1); Mudanças no apoio eleitoral nas últimas eleições (1); Ligações com organizações da sociedade civil (1); Número de alternâncias na liderança do partido (2); Mudanças no apoio eleitoral após alternância na liderança (2); Autonomia decisional de indivíduos e grupos (2); Apreciação popular do partido (2); 9. Força de adesão (3); Congressos regulares do partido (3); Recursos materiais e pessoais (3); Presença organizacional nacional e atividades além das campanhas eleitorais (3); Coerência do grupo parlamentar (deserções ou justaposição) (4); Relações moderadas entre grupos internos (facciosismo disfuncional) (4); Congressos regulares de membros do partido (5); Princípio de “baixo para cima” no processo de tomada de decisão interna (5); Transparência nas decisões internas (5); Transparência nas finanças do partido (5); Políticas informais são raras (5); Integração do partido em grupos partidários regionais e internacionais (6); Jovens / Mulheres do partido são membros das associações externas de jovens e mulheres (6); Participação em suborganização regional dos grupos partidários internacionais. (6); Envolvimento e aceitação do partido por organizações regionais africanas (6); Existência de manifesto partidário (o partido é organizado em torno de ideias políticas e não de identidades étnicas, religiosas ou regionais; ou nenhuma ideologia extrema) (7); Desenvolve políticas e programas que representam a orientação de valor do partido (7).</p>
Proposta de mensuração	Cita o Índice de Institucionalização Partidária - IIP (Basedau e Stroh), acrescentando três critérios do modelo de assistência partidária, porém não mensura a institucionalização propriamente dita, apenas discorre sobre os critérios e indicadores
Referência	LAM, J. T. M. Party institutionalization in Hong Kong. <i>Asian Perspective</i> , v. 34, n. 2, p. 53–82, 2010.
Critérios / variáveis / indicadores	<p>3 critérios: partidarismo (1), autonomia (2), estabilidade (3)</p> <p>9 indicadores: número de partidos, candidatos filiados a partidos e candidatos independentes (série temporal) (1), percentual de votos para candidatos de partidos oposto aos candidatos independentes (1), apoio aos partidos pela opinião pública/ identificação partidária (survey) (1), proporção de votos para partidos antigos em relação a novos partidos (3), unidade interna partidária (faccionalismo) (3), sucessão de lideranças (3), composição social dos membros do partido (2), fontes de financiamento (2), políticos profissionais (sem outra ocupação) (2)</p>
Proposta de mensuração	Mensura a partir de três critérios (de julgamento), com três indicadores cada. Avaliação qualitativa dos indicadores (presença/ausência, intensidade, julgamento)

Referência	HERMANNNS, H. Political parties in south korea and taiwan after twenty years of democratization. Pacific Focus , v. 24, n. 2, p. 205–224, 2009.
Critérios / variáveis / indicadores	2 dimensões: liderança partidária, organização partidária discorre-se (não se mede) sobre 4 indicadores: personalismo, financiamento, recrutamento, filiação partidária
Proposta de mensuração	Não tem
Referência	MEDINA, J. A. The Rise and Fall of the Argentine Centre—Left. Party Politics , v. 15, n. 3, p. 357–375, 2009.
Critérios / variáveis / indicadores	2 Dimensões: entrincheiramento organizacional (eo), autonomia da liderança (al) 8 indicadores: proporção voto/membro filiado (eo), disponibilidade de patrocínio (eo), tamanho do aparato administrativo (eo), integração ideológica/pluralização (eo), controle do recrutamento para eleições (al), controle de convenções partidárias (al), dominação dos líderes parlamentares sobre a executiva (al), autonomia do partido ante outras organizações (al)
Proposta de mensuração	Modelo de Kitschelt (1994), duas dimensões e quatro indicadores em cada dimensão, que podem ser pontuado como 0.0 (baixo), 0.5 (médio) ou 1.0 (alto)
Referência	UFEN, A. Political party and party system institutionalization in Southeast Asia: Lessons for democratic consolidation in Indonesia, the Philippines and Thailand. Pacific Review , v. 21, n. 3, p. 327–350, 2008.
Critérios / variáveis / indicadores	3 variáveis: Estabilidade de competição, infusão de valores, rotinização comportamental
Proposta de mensuração	Não tem
Referência	THAMES, F. C. Discipline and party institutionalization in post-Soviet Legislatures. Party Politics , v. 13, n. 4, p. 456–477, 2007.
Critérios / variáveis / indicadores	4 indicadores: percentual de eleitos independentes, média de votação dos partidos, grau de identificação partidária, percentual de distritos nos quais o partido concorre
Proposta de mensuração	Não mensura institucionalização (e sim disciplina partidária)
Referência	RANDALL, V.; SVÁSAND, L. Party Institutionalization in New Democracies. Party Politics , v. 8, n. 1, p. 5–29, 2002.
Critérios / variáveis / indicadores	4 variáveis: sistematicidade (interno/estrutural), infusão de valor (interno/atitudinal), autonomia decisional (externo/estrutural), reificação (externo/atitudinal). 9 indicadores (mesmo não sendo um estudo empírico, lista possíveis indicadores): modelo originário e crescimento (difusão ou penetração), recursos relevantes (principalmente o financiamento), rotinização do carisma, faccionalismo, clientelismo, relacionamento do grupo com algum tipo de base popular, impacto do clientelismo, dependência de instituições externas (nacionais ou não), capacidade do partido de se instalar no imaginário da população
Proposta de mensuração	Conceito multidimensional, extraído de uma matriz quadrática de fatores internos e externos, estruturais e atitudinais

Referência	PEDAHZUR, A.; BRICHTA, A. The institutionalization of extreme right-wing charismatic parties: A paradox? Party Politics , v. 8, n. 1, p. 31–49, 2002.
Critérios / variáveis / indicadores	Modelo de três fases de institucionalização (Harmel & Svasand, 1993): identificação, organização e estabilização 3 indicadores: números de cadeiras (temporal), organização hierárquica, filiais locais
Proposta de mensuração	Mensura institucionalização qualitativamente a partir da Teoria de Harmel e Svasand, e suas três fases de institucionalização
Referência	WILLIAMS, G. Understanding “political stability”: Party action and political discourse in West Bengal. Third World Quarterly , v. 22, n. 4, p. 603–622, 2001.
Critérios / variáveis / indicadores	Variáveis analisadas: - Coerência organizacional, estrutura hierárquica (centralização e descentralização), idade do partido, discurso político
Proposta de mensuração	Não possui
Referência	STOCKTON, H. Political parties, party systems, and democracy in East Asia: Lessons from Latin America. Comparative Political Studies , v. 34, n. 1, p. 94–119, 2001.
Critérios / variáveis / indicadores	3 variáveis: Adaptabilidade, complexibilidade, Autonomia 6 indicadores: idade cronológica do partido (adaptabilidade), sucessão geracional/mudança de liderança (adaptabilidade), alternância governo/oposição (adaptabilidade), grau de personalismo (complexibilidade), estrutura/subunidades partidárias (complexibilidade), Autonomia dos grupos (autonomia)
Proposta de mensuração	Sistema partidário, três critério de Mainwaring (exclui o quarto), totalizando num índice entre 3 e 7; Partidos políticos, três variáveis do Modelo de Dix (baseado em Huntington) totalizando num índice que pode variar de -6 a 6
Referência	WHITEHEAD, R. L. The institutionalisation of the tanzanian opposition parties: How stable are they? Report - Chr. Michelsen Institute , , n. 3, p. 1–24, 2000.
Critérios / variáveis / indicadores	4 variáveis: Infusão de valores, Força organizacional, Reificação, Autonomia 11 indicadores: ocupação e composição social dos fundadores (inf.valores), apoio regional/étnico (inf.valores), liderança e deserções (inf.valores), penetração partidária (for.organizacional), estrutura partidária (for.organizacional), identificação partidária (reificação), seleção de liderança (reificação), crença nos partidos (reificação), Presença de instituição externa (autonomia), Liderança(s) acima do partido (autonomia), Financiamento direto às lideranças (autonomia)
Proposta de mensuração	Modelo multidimensional de matriz quadrática, atitudinal e estrutural, interno e externo (citando Randall e Svasand, 1999), apenas discussão teórica sobre as dimensões, não propõe um índice
Referência	LEVITSKY, S. Institutionalization and peronism: The concept, the case and the case for unpacking the concept. Party Politics , v. 4, n. 1, p. 77–92, 1998.
Critérios / variáveis / indicadores	2 dimensões: Infusão de valores e rotinização do comportamento (formal e informal)
Proposta de mensuração	Não tem

Referência	KRUPAVICIUS, A. The post-communist transition and institutionalization of Lithuania's parties. Political Studies , v. 46, n. 3, p. 465–491, 1998.
Critérios / variáveis / indicadores	1 dimensão: estrutura organizacional 6 indicadores: número de cadeiras, tipo de liderança, restrição de membros, Diretórios (nacional e locais), filiação, participação em comitês ou comissões
Proposta de mensuração	Não tem
Referência	LEWIS, P. G. Political Institutionalisation and Party Development in Post-communist Poland. Europe-Asia Studies , v. 46, n. 5, p. 779–799, 1994.
Critérios / variáveis / indicadores	3 indicadores: modelo originário do partido (difusão ou penetração), presença de instituição patrocinadora externa ao partido, papel do carisma na formação do partido
Proposta de mensuração	Institucionalização fraca ou forte, após discussão qualitativa
Referência	HARMEL, R.; SVÅSAND, L. Party Leadership and Party Institutionalisation: Three Phases of Development. West European Politics , v. 16, n. 2, p. 67–88, 1993.
Critérios / variáveis / indicadores	3 fases de institucionalização: identificação, organização, estabilização (Associa diferentes habilidades necessárias à liderança para cada fase de institucionalização)
Proposta de mensuração	Não há
Referência	DIX, R. H. Democratization and the Institutionalization of Latin American political parties. <i>Comparative Political Studies</i> , v. 24, n. 4, p. 488–511, 1992.
Critérios / variáveis / indicadores	4 critérios: Adaptabilidade, complexibilidade, Autonomia, Coerência 7 indicadores: idade cronológica do partido (adaptabilidade), sucessão geracional/mudança de liderança (adaptabilidade), alternância governo/oposição (adaptabilidade), grau de personalismo (complexibilidade), estrutura/subunidades partidárias (complexibilidade), Autonomia dos grupos (autonomia), índice de fracionalização de Rae (coerência)
Proposta de mensuração	Cada um dos sete indicadores recebe um valor: “+” / “-“ ou “0” O índice de institucionalização partidária é calculado por país (não por partido); assim o índice pode ser de -7 a +7
Referência	BASEDAU, M.; STROH, A. Measuring Party Institutionalization in Developing Countries: a new research instrument applied to African political parties. GIGA Working Papers , n. 69, 2008.
Critérios / variáveis / indicadores	4 variáveis: Raízes na sociedade (RIS), Autonomia (AUT), Nível organizacional (ORG), Coerência (COH) 15 indicadores: Idade do partido (em relação à independência) (RIS), Idade do partido (período multipartidário) (RIS), Mudanças no apoio eleitoral (RIS), Ligações com organizações da sociedade civil (RIS), Número de alternâncias na liderança (AUT), Mudanças no apoio eleitoral após alternância (AUT), Autonomia decisória de indivíduos e grupos (AUT), Reconhecimento popular do partido (AUT), Força de associação (ORG), Convenções regulares (ORG), Recursos materiais e pessoais (ORG), Presença organizacional no país e atividades além das campanhas eleitorais (ORG), Coerência parlamentar (sem deserções ou justaposição) (COH), Relações moderadas entre grupos intrapartidários (ausência de facções disfuncionais) (COH), Tolerância face à dissidência intrapartidária (COH)
Proposta de mensuração	O Índice de Institucionalização de Partidos (IIP) é calculado a partir de valores atribuídos aos indicadores, que podem variar de -1 a 2 (de acordo com um livro-código). Cada uma das quatro dimensões pode ter um valor de 0 a 2, assim o índice pode ser de 0 a 8.

Referência	ALENDA, S. Cambio e institucionalización de la “nueva derecha” Chilena (1967-2010). Revista de Sociologia e Política , v. 22, n. 52, p. 159–180, 2014.
Critérios / variáveis / indicadores	3 dimensões: Rotinização, Adaptação, Cultura institucional 4 indicadores: Variáveis sociais dos líderes, Perfil biográfico dos líderes, Ações realizadas pela militância, Cargos no partido
Proposta de mensuração	Não tem
Referência	KUMBARACIBAŞI, A. C. Models of party institutionalization and problems of democratic consolidation. Mediterranean Politics , v. 00, n. 00, p. 1–30, 2018.
Critérios / variáveis / indicadores	2 variáveis: Sistemática e Autonomia
Proposta de mensuração	Apresenta dois modelos alternativos de insitucionalização: modelo trade-off (semi-democrático) e modelo não-democrático (ou autoritário)
Referência	MARTÍNEZ GONZÁLEZ, V. H. Un partido muy partido: el PRD y su dirigencia 15 años fraccionada. Estudios Políticos , v. 8, n. 6, p. 145–174, 2005.
Critérios / variáveis / indicadores	3 variáveis: faccionalismo, carisma da liderança, democracia interna
Proposta de mensuração	Não tem
Referência	BAER, D. L. Who has the body? Party Institutionalization and Theories of Party Organization. The American Review of Politics , v. 14, p. 1–38, 1993.
Critérios / variáveis / indicadores	4 critérios: Vitalidade organizacional, interdependência organizacional, facções formais e estáveis, presença de vida comunitária integrativa Discorre sobre 7 possíveis indicadores: o quanto o partido nacional reforça os partidos estaduais e locais; controle do partido sobre os candidatos e grupos; ações do partido para alterar o ambiente legal; ações do partido para mudar a relação com o eleitorado; centralização/descentralização; padrões regularizados de interação; presença/ausência de identidade, redes de sociabilidade
Proposta de mensuração	Não tem
Referência	DAZA, J. D. La institucionalización partidista. Una propuesta de abordaje de las estructuras organizativas partidistas. Estudios Políticos , n. 27, p. 103–127, 2005.
Critérios / variáveis / indicadores	7 variáveis: 1. Complexidade (S), 2. Rotinização (S), 3. Coerência (S), 4. Densidade eleitoral (E), 5. Identificação partidária (E), 6. Confiança nos partidos (E), 7. Apoio eleitoral (E) 16 possíveis indicadores: Especialização da estrutura organizacional (1), órgãos internos (1), grau de justaposição (1), regularidade de convenções (2), nível de concorrência nas convenções (2), aplicação de normas de eleição de candidatos ou dirigência (2), Procedimento de disciplina interna (2), Disciplina parlamentar (3), Acatamento das diretrizes programáticas (3), Acatamento em políticas de aliança ou coalizão (3), proporção de eleitores e filiados (4), autoposicionamento (5), percepção de confiança nos partidos pela população (6), implementação partidária (7), quantificação de apoio, voto (7), volatilidade (7)
Proposta de mensuração	Proposta de mensuração em duas dimensões: sistematicidade (com três variáveis) e enraizamento (com quatro variáveis)

Referência	GOIRAND, C. The Worker's Party, from Contention to Public Action: A Case of Institutionalization. Journal of Politics in Latin America , v. 6, n. 3, p. 95–127, 2014.
Critérios / variáveis / indicadores	3 indicadores: identificação (survey), sucesso eleitoral (voto), percepção de mudanças nas estratégias de campanha
Proposta de mensuração	Não tem
Referência	NUVUNGA, A.; SITO, E. Party Institutionalisation in Mozambique: “The Party of the State” vs the Opposition. Journal of African elections , v. 12, n. 1, p. 109–142, 2013.
Critérios / variáveis / indicadores	4 critérios: Raízes na sociedade, Organização, Autonomia, Coerência
Proposta de mensuração	Apesar de utiliza o frame da ferramenta empírica de Basedau e Stroh, não há mensuração do conceito, apenas discussão qualitativa das dimensões
Referência	BIZZARRO, F.; HICKEN, A.; SELF, D. The V-Dem Party Institutionalization Index: A New Global Indicator (1900-2015). GIGA Working Papers , n.48 May, 2017.
Critérios / variáveis / indicadores	5 variáveis: 1. Organização partidária, 2. Ramificação partidária, 3. Distinção de plataformas, 4. Coesão legislativa, 5. ligações partidárias 5 Indicadores empíricos: Presença/ausência de organizações permanentes (1), Presença/ausência de filiais locais (2), Manifestos distintivos (3), Votação conjunta (4), ligações Clientelistas ou coletivistas ou político programática (5)
Proposta de mensuração	índice tridimensional, medindo: 1) o alcance da institucionalização partidária em um país, 2) a proporção de partidos que atingem um limiar de institucionalização mínima e 3) as variações na profundidade desta institucionalização

Fonte: Autor (2019), com dados da revisão sistemática

ANEXO I – Lista dos textos elegidos na revisão sistemática

Título	Autores	Ano	Periódico	Fonte
1. Elite investments in party institutionalization in new democracies: A two-dimensional approach	Bolleyer, N. and Ruth, S.P.	2018	Journal of Politics	Scopus
2. Political parties or party systems? Assessing the ‘myth’ of institutionalisation and democracy	Casal Bértoa, F.	2017	West European Politics	Scopus
3. Different ways of institutionalising entrepreneurial parties: Czech Public Affairs party and ANO	Hloušek V., Kopeček L.	2017	Politologicky Casopis	Scopus
4. Party Institutionalization and Its Relationship with the Quality of Democracy: Paraguay and Uruguay in Comparative Perspective	Pérez Talia, M.E.	2017	Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales	Scopus
5. Political capital of ruling parties after regime change: contrasting successful insurgencies to peaceful pro-democracy movements	Muriais, R.L. and Rakner, L. and Skage, I.A.	2016	Civil Wars	Scopus
6. Party institutionalization and democratic consolidation: Turkey and Southern Europe in comparative perspective	Yardımcı-Geyikçi Ş.	2015	Party Politics	Scopus
7. Owner parties and party institutionalisation in Italy: is the Northern League exceptional?	Vercesi, M.	2015	Modern Italy	Scopus
8. Political parties and popular representation in Myanmar’s democratisation process	Stokke, K. and Win, K. and Aung, S.M.	2015	Journal of Current Southeast Asian Affairs	Scopus
9. <Iron Law of Oligarchy> by R. Michels and contaporary process of political institutionalization of parties	Mallakurbanov, A.A. and Baboshina, E.V. and Alieva, J.K. and Shafiev, M.M. and Pirova, R.N.	2015	Social Sciences (Pakistan)	Scopus
10. Party banning and the impact on party system institutionalization in Thailand	Sinpeng, A.	2014	Contemporary Southeast Asia	Scopus
11. Party politics after the colour revolutions: party institutionalisation and democratisation in Ukraine and Georgia	Mierzejewski-Voznyak, M.G.	2014	East European Politics	Scopus
12. Measuring the Extent of Party Institutionalisation: The Case of a Populist Entrepreneur Party	Arter, D. and Kestila-Kekkonen, E.	2014	West European Politics	Scopus
13. Internal Party Democracy, Party Candidature, and Democratic Consolidation in Nigeria’s Fourth Republic	Ikeanyibe, O.	2014	Politics and Policy	Scopus
14. Origins of party formation and new party success in advanced democracies	Bolleyer, N. and Bytzeck, E.	2013	European Journal of Political Research	Scopus
15. Competencia interna y adaptación partidaria en el frente amplio de Uruguay	Yaffé, J.	2013	Perfiles Latinoamericanos	Scopus
16. Fortuyn versus wilders: An agency-based approach to radical right party building	de Lange, S.L. and Art, D.	2011	West European Politics	Scopus
17. Institutionalizing the pro-democracy movements: The case of Zambia’s movement for Multiparty Democracy	Rakner, L.	2011	Democratization	Scopus
18. Three roads to institutionalisation: Vote-, office- and policy-seeking explanations of party switching in Poland	McMenamin, I. and Gwiazda, A.	2011	European Journal of Political Research	Scopus

19. Organization and institutionalization of Russia's political parties in 1905-1917 and 1993-2007: Similarities and differences from two occidentalist periods	Perepechko, A.S. and ZumBrunnen, C. and Kolossov, V.A.	2011	Party Politics	Scopus
20. The extent of political party institutionalization in Malawi: The case of United Democratic Front (UDF) and Malawi Congress Party (MCP)	Kalua, P.	2011	Forum for Development Studies	Scopus
21. Political party assistance in transition: The German 'Stiftungen' in sub-Saharan Africa	Weissenbach, K.	2010	Democratization	Scopus
22. Party institutionalization in Hong Kong	Lam, J.T.M.	2010	Asian Perspective	Scopus
23. Political parties in south korea and taiwan after twenty years of democratization	Hermanns, H.	2009	Pacific Focus	Scopus
24. The rise and fall of the argentine centre-left: The crisis of frente grande	Medina, J.A.	2009	Party Politics	Scopus
25. Political party and party system institutionalization in Southeast Asia: Lessons for democratic consolidation in Indonesia, the Philippines and Thailand	Ufen, A.	2008	Pacific Review	Scopus
26. Discipline and party institutionalization in post-Soviet Legislatures	Thames, F.C.	2007	Party Politics	Scopus
27. Party institutionalization in new democracies	Randall, V. and Svasand, L.	2002	Party Politics	Scopus
28. The institutionalization of extreme right-wing charismatic parties: A paradox?	Pedahzur, A. and Brichta, A.	2002	Party Politics	Scopus
29. Understanding 'political stability': Party action and political discourse in West Bengal	Williams, G.	2001	Third World Quarterly	Scopus
30. Political parties, party systems, and democracy in East Asia: Lessons from Latin America	Stockton, H.	2001	Comparative Political Studies	Scopus
31. The institutionalisation of the tanzanian opposition parties: How stable are they?	Whitehead, R.L.	2000	Report - Chr. Michelsen Institute	Scopus
32. Institutionalization and peronism: The concept, the case and the case for unpacking the concept	Levitsky, S.	1998	Party Politics	Scopus
33. The post-communist transition and institutionalization of Lithuania's parties	Krupavicius, A.	1998	Political Studies	Scopus
34. Political Institutionalisation and Party Development in Post-communist Poland	Lewis, P.G.	1994	Europe-Asia Studies	Scopus
35. Party Leadership and Party Institutionalisation: Three Phases of Development	Harmel, R. and Svåsand, L.	1993	West European Politics	Scopus
36. Democratization and the institutionalization of latin american political parties	Dix, R.H.	1992	Comparative Political Studies	Scopus
37. Measuring Party Institutionalization in Developing Countries: A New Research Instrument Applied to 28 African Political Parties	Basedau, M. and Stroh, A.	2008	GIGA Working Papers	Inserção manual
38. Cambio e institucionalización de la “nueva derecha” chilena (1967-2010)	Alenda, S.	2014	Revista de Sociologia e Política	Inserção manual
39. Models of party institutionalization and problems of democratic consolidation	Kumbaracıbaşı, A. C.	2018	MEDITERRANEAN POLITICS	Inserção manual
40. UN PARTIDO MUY PARTIDO: EL PRD Y SU DIRIGENCIA 15 AÑOS FRACCIONADA	Martínez González, V. H.	2005	Estudios políticos (México)	Inserção manual

41. Who Has the Body? Party Institutionalization and Theories of Party Organization	Baer, D. L.	1993	The American Review of Politics	Inserção manual
42. La institucionalización partidista: Una propuesta de abordaje de las estructuras organizativas partidistas	Daza, J. D.	2005	Estudios Políticos	Inserção manual
43. The Worker's Party, from Contention to Public Action: A Case of Institutionalization	Goirand, C.	2014	Journal of Politics in Latin America	Inserção manual
44. PARTY INSTITUTIONALISATION IN MOZAMBIQUE: 'The Party of the state' vs the Opposition	Nuvunga, A. and Siteo, E.	2013	Journal of African Elections	Inserção manual
45. The V-Dem Party Institutionalization Index: a new global indicator (1900-2015)	Bizzarro, F. and Hicken, A. and Self, D.	2017	GIGA Working Papers	Inserção manual

ANEXO II – Lista de países analisados nos textos revisados

Países africanos	
13 países	África do Sul (Muriaas, 2016; Weissenbach, 2010); Benin (Basedau, 2008; Bizzarro, 2017); Botsuana (Basedau, 2008; Bizzarro, 2017); Burkina Faso (Basedau, 2008; Bizzarro, 2017); Gana (Basedau, 2008; Bizzarro, 2017); Malawi (Basedau, 2008; Bizzarro, 2017; Kalua, 2011);
8 estudos	Mali (Basedau, 2008; Bizzarro, 2017); Moçambique (Nuvunga, 2013); Níger (Basedau, 2008; Bizzarro, 2017); Nigéria (Ikeanyibe, 2014); Quênia (Weissenbach, 2010); Tanzânia (Basedau, 2008; Bizzarro, 2017; Whitehead, 2000); Zâmbia (Basedau, 2008; Bizzarro, 2017; Muriaas, 2016; Rakner, 2011);
Países americanos	
21 países	Argentina (Bolleyer, 2018; Dix, 1992; Levitsky, 1998; Medina, 2009); Bolívia (Bolleyer, 2018; Dix, 1992); Brasil (Bizzarro, 2017; Bolleyer, 2018; Dix, 1992; Goirand, 2014); Canadá (Bolleyer, 2013) Chile (Alenda, 2014; Bolleyer, 2018; Dix, 1992); Colômbia (Bolleyer, 2018; Dix, 1992); Costa Rica (Bolleyer, 2018; Dix, 1992);
10 estudos	Cuba (Bizzarro, 2017); Equador (Bolleyer, 2018; Dix, 1992); El Salvador (Bolleyer, 2018; Dix, 1992); EUA (Baer, 1993; Bizzarro, 2017); Guatemala (Bolleyer, 2018; Dix, 1992); Honduras (Bolleyer, 2018; Dix, 1992); México (Bolleyer, 2018; Dix, 1992; Martínez González, 2005); Nicarágua (Bolleyer, 2018; Dix, 1992); Panamá (Bolleyer, 2018; Dix, 1992); Paraguai (Bolleyer, 2018; Dix, 1992; Perez Tália, 2017); Peru (Bolleyer, 2018; Dix, 1992); República Dominicana (Bolleyer, 2018; Dix, 1992) Uruguai (Bolleyer, 2018; Dix, 1992; Perez Tália, 2017; Yaffé, 2013); Venezuela (Bolleyer, 2018; Dix, 1992)
Países asiáticos	
8 países	Coreia do Sul (Hermanns, 2009; Stockton, 2001); Filipinas (Ufen, 2008);
7 estudos	Hong Kong (Lam, 2010); Índia (Williams, 2001); Indonésia (Ufen, 2008); Myanmar (Stokke, 2015); Tailândia (Sinpeng, 2014; Ufen, 2008); Taiwan (Hermanns, 2009; Stockton, 2001)
“Eurásia”	
3 países	Rússia (Casal Bértoa, 2017; Perepechko, 2011; Thames, 2007);
5 estudos	Turquia (Casal Bértoa, 2017; Kumbaracıbaşı, 2018; Yardımcı-Geyikçi, 2015); URSS (Mallakurbanov, 2015);

<i>Cont. Anexo II</i>	
Países europeus	
45 países	Albânia (Casal Bértoa, 2017) Alemanha (Bolleyer, 2013); Alemanha Oriental (Casal Bértoa, 2017) Andorra (Casal Bértoa, 2017)
15 estudos	Áustria (Bolleyer, 2013; Casal Bértoa, 2017; Pedahzur, 2002); Bélgica (Bolleyer, 2013; Casal Bértoa, 2017); Bulgária (Bizzarro, 2017; Casal Bértoa, 2017) Chipre (Casal Bértoa, 2017) Croácia (Casal Bértoa, 2017) Dinamarca (Bolleyer, 2013; Casal Bértoa, 2017; Harmel, 1993); Eslováquia (Casal Bértoa, 2017) Eslovênia (Casal Bértoa, 2017) Espanha (Casal Bértoa, 2017; Yardımçı-Geyikçi, 2015); Estônia (Casal Bértoa, 2017) Finlândia (Arter, 2014; Bolleyer, 2013; Casal Bértoa, 2017); França (Bolleyer, 2013; Casal Bértoa, 2017; Pedahzur, 2002) Geórgia (Casal Bértoa, 2017; Mierzejewski-Voznyak, 2014); Grécia (Casal Bértoa, 2017; Yardımçı-Geyikçi, 2015); Hungria (Casal Bértoa, 2017) Irlanda (Bolleyer, 2013; Casal Bértoa, 2017); Islândia (Bolleyer, 2013; Casal Bértoa, 2017); Itália (Casal Bértoa, 2017; Vercesi, 2015; Yardımçı-Geyikçi, 2015); Kosovo (Casal Bértoa, 2017) Letônia (Casal Bértoa, 2017) Liechtenstein (Casal Bértoa, 2017) Lituânia (Casal Bértoa, 2017; Krupavicius, 1998); Luxemburgo (Bolleyer, 2013; Casal Bértoa, 2017); Macedônia (Casal Bértoa, 2017) Malta (Casal Bértoa, 2017) Moldávia (Casal Bértoa, 2017) Montenegro (Casal Bértoa, 2017) Noruega (Bolleyer, 2013; Casal Bértoa, 2017; Harmel, 1993); Países Baixos (Bolleyer, 2013; Casal Bértoa, 2017; de Lange, 2011); Polônia (Casal Bértoa, 2017; Lewis, 1994; McMenamin, 2011); Portugal (Casal Bértoa, 2017; Yardımçı-Geyikçi, 2015); Reino Unido (Bolleyer, 2013; Casal Bértoa, 2017); República Tcheca (Casal Bértoa, 2017; Hloušek, 2017); República Weimar (Casal Bértoa, 2017) Romênia (Casal Bértoa, 2017) San Marino (Casal Bértoa, 2017) Sérvia (Casal Bértoa, 2017) Suécia (Bolleyer, 2013; Casal Bértoa, 2017); Suíça (Bolleyer, 2013; Casal Bértoa, 2017); Tchecoslováquia (Casal Bértoa, 2017) Ucrânia (Casal Bértoa, 2017; Mierzejewski-Voznyak, 2014; Thames, 2007);
Países da Oceania	
2 países	Austrália (Bolleyer, 2013);
1 estudo	Nova Zelândia (Bolleyer, 2013)

Fonte: Autor (2019) com base nos dados da revisão sistemática

ANEXO III – Lista de partidos analisados nos textos revisados

Países africanos. 41 partidos em 13 países					
País	Partidos	País	Partidos	País	Partidos
África do Sul (1)	ANC	Benin (4)	FARD-Alafia RB PSD PRD	Botsuana (3)	BDP BCP BNF
Burkina Faso (3)	CDP PDP/OS ADF/RDA	Gana (3)	NDC PNC NPP	Malawi (3)	MCP UDF RP
Mali (3)	ADEMA CNID RPM	Moçambique (3)	FRELIMO RENAMO MDM	Níger (3)	MNSD PNDS CDS
Nigéria (5)	CPC PDP ACN APGA ANPP	Quênia (1)	KANU	Tanzânia (6)	CCM CHADEMA CUF UDP TLP NCCR
Zâmbia (3)	UPND MMD PF				
Países americanos. 87 partidos de 18 países					
País	Partidos	País	Partidos	País	Partidos
Argentina (3)	Frente Grande PJ UCR	Bolívia (5)	FSB MNRI MIR MNR ADN	Brasil (9)	PTB PDT PDS (196-) PFL UDN PMDB PP PDS (198-) PSP PT
Chile (9)	PDC PCCh UDI PL RN PPD PR PSCh PCU	Colômbia (2)	PL PSC	Costa Rica (6)	Democratic party Independent party PLN National Union party PUSC Republican party
El Salvador (6)	PDC PAN PCN ARENA PAR PRUD	Equador (7)	CFP PC ID PRE FNV PLR PSC	Guatemala (6)	PID PDCG PR MLN UCN Democratic party of National Cooperation

Cont. Anexo III

Honduras (2)	PLH PNH	México (4)	PRI PAN FDN PRD	Nicarágua (3)	PCD PLN FSLN
Panamá (5)	PPA PDC PRD MOLIRENA PLN	Paraguai (3)	Colorado PLRA PLR	Peru (5)	APRA UNO AP PPC IU
República Dominicana (4)	PLD PRD UCN PRSC	Uruguai (3)	Frente amplio Partido nacional Partido colorado	Venezuela (5)	AD URD MAS COPEI CIPFN

Países asiáticos. 42 partidos de 7 países

País	Partidos	País	Partidos
Coréia do Sul (3)	Democratic republican party Democratic liberal party Korean democratic labor party	Taiwan (3)	Kuomintang KMT Democratic Progressive Party DPP
Filipinas (10)	PDP-Laban Lakas ng Bansa UNIDO Lakas NUCD (UMDP – CMD) LAMMP LDP / Lakas LP NPC LDP KAMPI	Indonésia (10)	Golkar PDI-P PKB PPP PD PK (PKS) PAN PBB PBR PDS
Myanmar (3)	USDP NLD NUP	Tailândia (12)	Thai Rak Thai Pandin Thai Prachatipatai Kaona Pattana Chart Thai Palang Prachachon Chart Thai Machimatipatai Democrat Party Social Action Party New Aspiration Party Thai Citizen Party People's Power Party
Índia (1)	Communist Party of India		

Cont. Anexo III

Países da Eurásia – 38 partidos de 2 países

País	Partidos	País	Partidos
Rússia (34)	RSDWP	Turquia (4)	Justice and Development Party (AKP)
	PSR		Republican People's Party (CHP)
	Bolsheviks		Nationalist Action Party (MHP)
	People's Socialist Party		Peace and Democracy Party (BDP)
	Agrarian Party of Russia		
	LDPR		
	CPRF		
	Motherland (Rodina)		
	Trudoviks		
	All Russian National Union		
	Women of Russia		
	Democratic Party of Russia		
	Our Home is Russia		
	Unity (Medved)		
	Fatherland–All Russia		
	United Russia		
	Party of Democratic Reforms		
	'October 17' Union		
	Kadets		
	Progressives		
	Russia's Choice		
	PRES		
	Yabloko		
	Union of Right Forces		
	Communist Party		
	Union of 12 December		
	Stability		
	Agrarian deputies		
	Russia's regions		
	People's power		
	Our home		
	OVR		
	SPS		
	APG		

Países europeus. 82 partidos de 15 países

País	Partidos	País	Partidos	País	Partidos
Áustria (1)	FPO	Dinamarca (1)	Progress party	Espanha (2)	Popular Party (PP) Spanish Workers' Socialist Party (PSOE)
Finlândia (1)	True Finn Party (PS)	França (1)	FN	Geórgia (1)	Ertiani Natsionaluri Modzraoba (UNM)
Grécia (2)	PASOK ND	Itália (5)	PDL PD FI-PdL LN IdV	Noruega (1)	Progress party
Portugal (2)	PSD PS	República Tcheca (2)	Public affair VV ANO	Países Baixos (2)	LPF PVV

			Communist Party
			Rukh
			SSPU
			Green Party
			People's Dem. Party
			Hromada
			Progressive Soc. Party
			SDPU
			Unaffiliated
			Peasant Party
			Reforms-Congress
			Rebirth of regions
			Rukh Udovenko
			Rukh Kostenko
			Batkyvshchina
Lituânia			Working Ukraine
(16)			Solidarity
			Yabluko
			Regions of Ukraine
			Unity
			Bloc Tymoshenko
			For One Ukraine
			Communist Party
			Our Ukraine
			SPU
			Agrarians
			Democratic initiatives
			European choice
			People's will
			People's Dem. Party
			People's Party
			Indus. and Entrepren.

Fonte: Autor (2019) com base nos dados da revisão sistemática

ANEXO IV - Tabelas de Frequências

Frequência de N dos estudos: Unidade de Análise - Países

		Frequência	Porcentagem	% válida	% acumulativa
Válido	1	24	53,3	58,5	58,5
	2	9	20,0	22,0	80,5
	3	1	2,2	2,4	82,9
	5	1	2,2	2,4	85,4
	9	1	2,2	2,4	87,8
	17	1	2,2	2,4	90,2
	18	2	4,4	4,9	95,1
	57	1	2,2	2,4	97,6
	173	1	2,2	2,4	100,0
	Total	41	91,1	100,0	
Ausente	Sistema	4	8,9		
Total		45	100,0		

Fonte: O autor (2019), com dados da revisão sistemática rodados no SPSS.

Frequência de N dos estudos: Unidade de Análise - Partidos

		Frequência	Porcentagem	% válida	% acumulativa
Válido	1	10	22,2	27,0	27,0
	2	8	17,8	21,6	48,6
	3	3	6,7	8,1	56,8
	5	5	11,1	13,5	70,3
	8	1	2,2	2,7	73,0
	12	1	2,2	2,7	75,7
	13	1	2,2	2,7	78,4
	16	1	2,2	2,7	81,1
	24	1	2,2	2,7	83,8
	28	1	2,2	2,7	86,5
	30	1	2,2	2,7	89,2
	66	1	2,2	2,7	91,9
	86	1	2,2	2,7	94,6
	88	1	2,2	2,7	97,3
	120	1	2,2	2,7	100,0
	Total	37	82,2	100,0	
	Ausente	Sistema	8	17,8	
Total		45	100,0		

Fonte: O autor (2019), com dados da revisão sistemática rodados no SPSS.

Categorização de Tipos de Estudo

		Frequência	Porcentagem	% válida	% acumulativa
Válido	Estudo de caso	10	22,2	22,2	22,2
	Large N	20	44,4	44,4	66,7
	Small N	9	20,0	20,0	86,7
	Teórico	6	13,3	13,3	100,0
	Total	45	100,0	100,0	

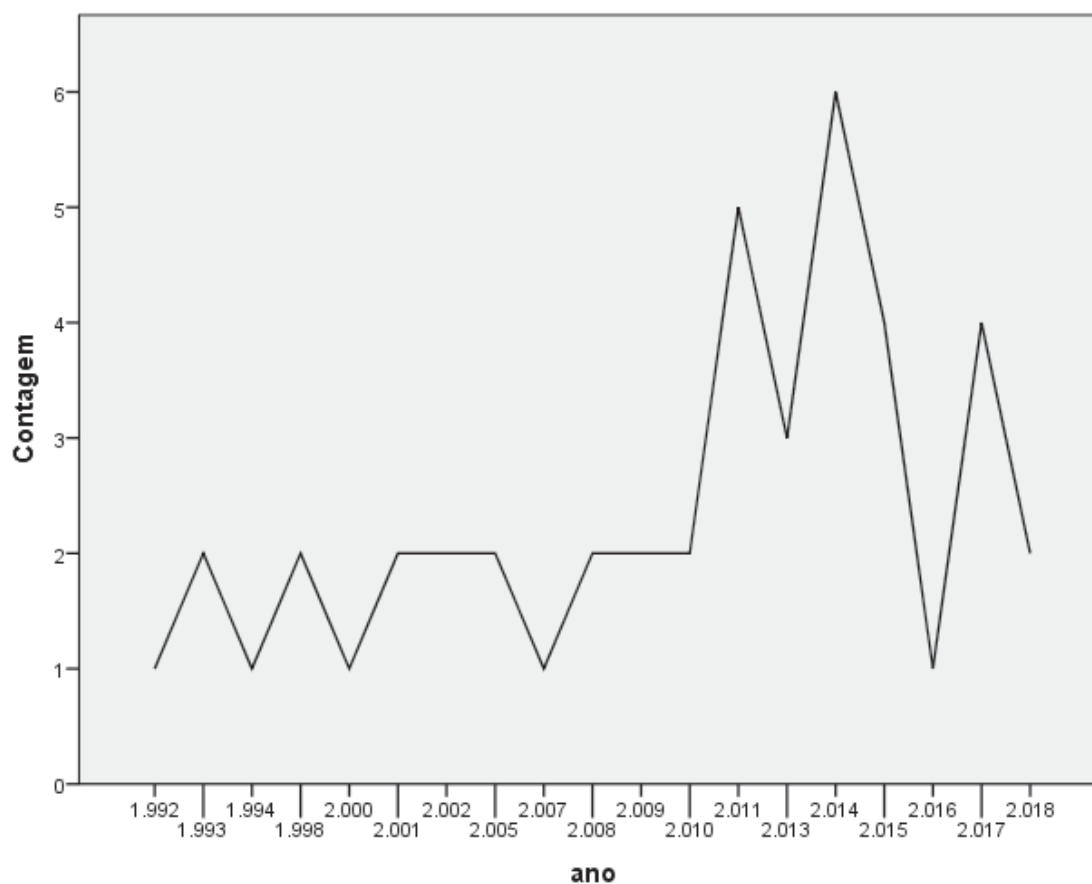
Fonte: O autor (2019), com dados da revisão sistemática rodados no SPSS.

Categorização de abordagens metodológicas predominantes

		Frequência	Porcentagem	% válida	% acumulativa
Válido	Qualitativos	30	66,7	66,7	66,7
	Quantitativos	15	33,3	33,3	100,0
	Total	45	100,0	100,0	

Fonte: O autor (2019), com dados da revisão sistemática rodados no SPSS.

Periodização dos artigos



Fonte: O autor (2019), com dados da revisão sistemática rodados no SPSS.

ANEXO V - Periódicos






Informações sobre os periódicos do banco de dados

Periódico	Documentos	Total de citações	Força total de ligação
Party Politics	7	336	33
West European Politics	4	140	18
Comparative Political Studies	2	143	11
European Journal of Political Research	2	42	9
Democratization	2	17	4
Pacific Review	1	38	3
Europe-Asia Studies	1	26	0
Third World Quarterly	1	14	0
Political Studies	1	12	0
Pacific Focus	1	7	3
Asian Perspective	1	6	0
Modern Italy	1	4	6
Journal of Current Southeast Asian Affairs	1	4	1
East European Politics	1	2	2
Civil Wars	1	2	1
Politics and Policy	1	2	0
Politologicky Casopis	1	1	5
Contemporary Southeast Asia	1	1	1
Perfiles Latinoamericanos	1	1	1
Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales	1	0	4
Journal of Politics	1	0	3
Forum for Development Studies	1	0	2
Social Sciences (Pakistan)	1	0	1
Report - Chr. Michelsen Institute	1	0	0

Fonte: Scopus

ANEXO VI – Dados da análise de acoplamento bibliográfico

Tabela de clusterização, análise de acoplamento bibliográfico

Cluster	Documentos			Proposição de proximidade
	1º autor / ano	TL	TFL	
	Arter (2014)	28	20	Estudos predominantemente europeus
	Bolleyer (2013)	27	17	
	De Lange (2011)	08	08	
	Hlousek (2017)	27	14	
	Ikeaniybe (2014)	25	11	
	Mcmenamin (2011)	24	09	
	Pedahzur (2002)	20	08	
	Perepechko (2011)	17	05	
	Vercesi (2015)	28	15	Cluster heterogêneo
	Casal Bertoa (2017)	28	41	
	Dix (1992)	15	04	
	Kalua (2011)	18	09	
	Lam (2010)	23	7.08	
	Stockton (2001)	21	07	
	Weissembach (2010)	28	20	
Yardimi-Geyikçi (2015)	27	19		
	Bolleyer (2018)	29	20	Estudos predominantemente latino-americanos
	Hermanns (2009)	25	08	
	Levitisky (1998)	24	12	
	Perez Talia (2017)	22	06	
	Ufen (2008)	25	13	
	Yaffé (2013)	22	05	
	Lewis (1994)	17	4.67	Institucionalização e transição democrática
	Muriaas (2016)	04	06	
	Rakner (2011)	21	08	
	Randall (2002)	25	22	
	Whitehead (2000)	02	02	
	Mallakurbanov (2015)	17	02	Cluster periférico
	Mierzejewski-Vosnyak (2014)	23	09	
	Sinpeng (2014)	24	10	
	Stokke (2015)	18	10	

Fonte: Autor (2019), com dados da Scopus

Obs.: TL = total de ligações. TFL: total de força de ligação

ANEXO VII – Dados da análise de cocitação de documentos

Tabela de sumarização de informação da análise de cocitação de documentos

Cluster	Autor(es) / ano	Título da obra	Tipo	Citações	FTL
Vermelho	Diamond (1989)	Democracy in developing countries (vol. 3)	Livro	4	4.00
	Duverger (1964)	Political parties: their organization and activity in the modern state	Livro	4	3.33
	Harmel e Svasand (1989)	From protest to party: institutionalization on the right in Denmark and Norway	Artigo	3	3.00
	Hicken e Kuhonta (2011)	Shadows from the past: party system institutionalization in Asia	Artigo	3	3.00
	Janda (1980)	Political parties: a cross national survey	Livro	9	9.00
	Kirchheimer (1966)	The transformation of the western european party system (<i>In: political parties and political development</i>)	Cap. de livro	3	3.00
	Kitshelt (1994)	The transformation of european social democracy	Livro	3	3.00
	Levitsky (1998)	Institutionalization and peronism: the concept, the case and the case for unpacking the concept	Artigo	10	10.00
	Lewis (1994)	Democratization and party development in eastern Europe	Artigo	3	3.00
	Mainwaring e Scully (1995)	Building democratic institutions: party systems in Latin America	Livro	12	12.00
	Mainwaring e Zoco (2007)	Political sequences and the stabilization of interparty competition: electoral volatility in old and new democracies	Artigo	3	3.00
	McGuire (1997)	Peronism without Peron: unions, parties, and democracy in Argentina	Livro	3	3.00
	Morlino (1998)	Democracy between consolidation and crisis: parties, groups and citizens in southern europeu	Livro	3	3.00
	North (1990)	Institutions, institutional change and economic performance	Livro	3	3.00
	Panebianco (1988)	Political parties: organization and power	Livro	20	17.83
	Sartori (1976)	Parties and party systems	Livro	14	14.00
Schedler (1995)	Under- and overinstitutionalization: some ideal typical propositions concerning new and old party systems	Livro	3	3.00	

Verde	Arter e Kestila-Kekkonen (2014)	Measuring the extent of party institutionalization: the case of a populist entrepreneur party	Artigo	3	3.00	
	Bolleyer e Bytzek (2013)	Origins of party formation and new party success in advanced democracies	Artigo	3	3.00	
	De Lange e Art (2011)	Fortuyn versus Wilders: an agency-based approach to radical right party building	Artigo	3	3.00	
	Gunther e Hopkin (2002)	A crisis of institutionalization: the collapse of the UCD in Spain (<i>In</i> : Political parties: old concepts and new challenges)	Cap. de livro	4	4.00	
	Harmel e Svasand (1993)	Party leadership and party institutionalisation: three phases of development	Artigo	6	6.00	
	Lucardie (2000)	Prophets, purifiers and provocators: towards a theory on the emergence of new parties	Artigo	3	3.00	
	Mainwargin e Torcal (2006)	Party system institutionalization and party system theory after the third wave of democratization (<i>In</i> : Handbook of party politics)	Cap. de Livro	5	5.00	
	Mair (1997)	Party system change: approaches and interpretations	Livro	4	3.92	
	Mudde (2007)	Populist radical right parties in Europe	Livro	3	3.00	
	Pedahzur e Brichta (2002)	The institutionalization of extreme right-wing charismatic parties: a paradox?	Artigo	6	6.00	
	Rose e Mackie (1988)	Do parties persist or fail? the big trade-off facing organizations (<i>In</i> : When parties fail: emerging alternative organizations)	Cap. de Livro	4	4.00	
	Stockton (2001)	Political parties, party systems, and democracy in East Asia: lessons from Latin America	Artigo	3	3.00	
	Azul	Basedau e Stroh (2008)	Measuring party institutionalization in developing countries: a new research instrument applied to 28 African political parties	Artigo	5	5.00
		Bratton (1997)	Democratic experiments in Africa: regime transitions in a comparative perspective	Livro	3	3.00
Carothers (2002)		The end of the transition paradigm	Artigo	4	4.00	
Dix (1992)		Democratization and the institutionalization of Latin American political parties	Artigo	10	10.00	
Huntington (1991)		The third wave: democratization in the late twentieth century	Livro	3	3.00	
Kuenzi e Lambright (2001)		Party system institutionalization in 30 African countries	Artigo	6	6.00	
Lebas (2011)		From protest to parties	Livro	3	3.00	

Amarelo	Lindberg (2007)	Institutionalization of party systems? stability and fluidity among legislative parties in Africa's democracies	Artigo	3	3.00
	Lipset (2000)	The indispensability of political parties	Artigo	4	4.00
	Mainwaring (1998)	Party systems in the third wave	Artigo	4	4.00
	Przeworski (1991)	Democracy and the market: political and economic reforms in eastern Europe and Latin America	Livro	3	3.00
	Randall e Svasand (2002)	Party institutionalization in new democracies	Artigo	19	19.00
	Bartolini e Mair (1990)	Identity, competition, and electoral availability: the stabilisation of european electorates 1885-1985	Livro	4	4.00
	Blondel (1995)	Toward a systematic analysis of government-party relationship	Artigo	3	1.50
	Heller e Mershon (2009)	Integrating theoretical and empirical models of party switching (<i>In</i> : political parties and legislative party switching)	Cap. de Livro	3	2.14
	Mainwaring (1999)	Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil	Livro	4	4.00
	O'donnell e Shmitter (1986)	Transition from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies	Livro	3	3.00
Roxo	Pedersen (1979)	The dynamics of european party systems: changing patterns of electoral volatility	Artigo	4	4.00
	Dalton e Weldon (2007)	Partisanship and party system institutionalization	Artigo	5	4.83
	Huntington (1968)	Political order in changing societies	Livro	18	16.00
	Meleshevich (2007)	Party systems in post-soviet countries: a comparative study of political institutionalization in the baltic states, Russia, and Ukraine	Livro	4	3.50

Fonte: O autor (2019), com dados da Scopus.